



JÉSSICA HONÓRIO DE OLIVEIRA SILVA

REPÚBLICA E IMPÉRIO EM SÊNECA

Mariana – MG
2018

JÉSSICA HONÓRIO DE OLIVEIRA SILVA

REPÚBLICA E IMPÉRIO EM SÊNECA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Favversani

Mariana – MG
2018

S586r Silva, Jéssica Honório de Oliveira.
República e Império em Sêneca [manuscrito] / Jéssica Honório de
Oliveira Silva. - 0.
114f.:

Orientador: Prof. Dr. Fabio Favarsani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-
Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Sêneca, ca.4a.C.-ca.65d.C. 2. República. 3. Roma. 4. Liberdade. 5.
Poder (Filosofia). I. Favarsani, Fabio. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU: 94(37)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br




Jéssica Honório de Oliveira Silva

“República e Império em Sêneca ”.


Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.


Prof. Dr. Fábio Favversani

Departamento de História/UFOP


Prof. Dr. Fábio Duarte Joly

Departamento de História/ UFOP


Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

Departamento de História/USP

JÉSSICA HONÓRIO DE OLIVEIRA SILVA

REPÚBLICA E IMPÉRIO EM SÊNECA

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto pela banca examinadora formada por:

Mariana, ____ de _____ 2018.

Prof. Dr. Fábio Faversani (UFOP)

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly (UFOP)

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello (USP)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas passaram por minha vida ao longo do meu processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Algumas são importantes há muito, outras ganharam lugar recentemente; outras, o próprio processo trouxe para minha vida.

Agradeço, primeiramente, à minha avó Cacilda por ter acreditado em mim desde que cheguei ao mundo, por ter me dado muito amor e ter me compreendido. Sem esta mulher tão forte e amável em minha vida nada teria sido possível.

No âmbito acadêmico, agradeço ao meu orientador Fabio Faversoni por ter me recebido na Universidade Federal de Ouro Preto. Seu olhar crítico foi crucial para a composição deste trabalho e sempre me mostrou que há muito ainda o que aprender. Agradeço por ter me ajudado na produção deste trabalho e por ter me ensinado sobre métodos de pesquisa em História Antiga. Minha admiração pelo exímio pesquisador Faversoni é um alimento para meu desenvolvimento ainda no estágio de uma iniciante.

Agradeço o apoio e a disponibilidade do professor Fabio Joly no processo desta pesquisa. As indicações bibliográficas, a presença na qualificação e o material disponibilizado gentilmente foram de grande importância.

Ao professor de latim da Universidade Federal de Uberlândia, Frederico de Sousa Silva, *magister*, grande latinista, devo agradecer pelos livros emprestados, pelas conversas e por acreditar em mim como pesquisadora. Ainda dos contatos de Uberlândia, agradeço ao amigo da mesma área Pedro Benedetti por gastar tantas horas discutindo comigo, indicando bons livros e outras fontes. Sem a companhia do Pedro este trabalho teria sido mais solitário do que já o é por natureza. Rafael Fonseca e Erick Wutke também merecem meus agradecimentos por terem me ouvido tantas vezes com paciência e por terem tentado entender e opinar a respeito deste trabalho.

Aos amigos pesquisadores Caroline Morato, Stephanie Martins e Thiago Paschoal agradeço pela ajuda, pelos bons conselhos e, principalmente, por terem me acolhido no Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR) com tanto amor.

Por último, agradeço à melhor amiga Melina Paixão pelo olhar calmo e amoroso, por receber tantas ligações, por aconselhar-me, pela dedicação exclusiva e por me amar e me entender como sou.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a fronteira entre República e Império na obra de Sêneca, filósofo estoico do século I d.C., preceptor do imperador Nero, *amicus principis* e importante homem político da época. Por meio de seus textos *De Clementia*, *De Beneficiis* e *Epistulae Morales ad Lucilium*, buscamos investigar como Sêneca concebeu a ruptura entre a República e o Império. Para Sêneca, a consolidação do poder centralizado coloca-se como um instrumento de sustentação da *Res Publica* antes de ser sua destruição. O poder centralizado é, assim, entendido como um elemento de continuidade da *Res Publica*. Destacamos, além do poder centralizado, outra noção política, a liberdade. A liberdade é entendida, por Sêneca, nesse contexto, não como uma prerrogativa da República, mas como um exercício pouco provável, tanto no governo de muitos como no governo de um só. O poder centralizado não daria fim aos interesses públicos assim como a liberdade não seria totalmente realizada seja na República, seja no Império.

Palavras-chave: Sêneca. República. Império. Liberdade e Poder Centralizado.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the threshold between Republic and Empire in the works of Seneca, stoic philosopher of the first century AC, preceptor of the emperor Nero, *amicus principis* and important politician of his time. We seek to investigate how Seneca conceived the rupture between the Republic and the Empire by his texts, namely, *De Clementia*, *De Beneficiis* and *Epistulae Morales ad Lucilium*. Seneca sees the consolidation of centralized power as a sustenance apparatus of the *Res Publica* right before its collapse. Centralized power is thus understood as continuity factor of the *Res Publica*. We highlight, besides centralized power, another political notion, freedom. In this context, Seneca understands freedom not as prerogative of the Republic, but as an unlikely practice either in the rule of many or in the rule of one. Centralized power would not put an end to public interests; and freedom would not be fully accomplished neither in the Republic nor in the Empire.

Keywords: Seneca. Republic. Empire. Freedom and Centralized Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 SÊNECA E O IMPÉRIO ROMANO.....	10
1.1 Vida e obra de Sêneca.....	10
1.2 Sêneca e Nero.....	21
2 REPÚBLICA E IMPÉRIO.....	34
2.1 Confronto historiográfico sobre a fronteira entre República e Império.....	40
2.2 República e Império em Sêneca.....	47
2.3 República, Império e <i>princeps</i> : algumas permanências.....	56
2.4 República: uma noção política construída.....	61
3 A FRONTEIRA ENTRE REPÚBLICA E IMPÉRIO: NOÇÕES POLÍTICAS.....	68
3.1 Poder centralizado em Sêneca.....	72
3.2 Liberdade em Sêneca.....	85
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

Na revista *Mare Nostrum*, no volume 4, em 2013, foi publicado um artigo de Fabio Fav ersani intitulado *Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira*. Nesse artigo, o autor buscou questionar a periodicidade da história da Roma Antiga. Segundo Fabio Fav ersani, predomina a interpretação, na historiografia contemporânea, de que, com a morte de César e a emergência de Augusto como imperador, teve-se, em Roma, uma ruptura definitiva. “Há um ponto final na República e, depois, temos outra sentença, que é o Império. República e Império estão separados em dois parágrafos e, conforme o autor que considerarmos, haverá ainda entre os parágrafos algum separador.” (FAVERSANI, 2013, p. 100)

Para Fav ersani, duas vertentes historiográficas contribuíram para pensar o limiar da República com o Império ao longo dos anos: a primeira, do alemão Mommsen, e a segunda, de Syme. Mommsen interpretou, a partir do direito romano, que houve uma continuidade da República em termos jurídicos. Syme, por sua vez, esteve mais inclinado para o aspecto da ruptura entre os dois. Os dois importantes historiadores contribuíram enormemente para os estudos da Roma Antiga. O que Fav ersani trouxe de importante em seu balanço (e seu confronto com as fontes) é que a defesa de uma continuidade ou de uma completa ruptura não é inteiramente possível. A realidade não está dada, e nós a enxergamos conforme nossos modelos atuais. Assim, se tentarmos pensar nas rupturas e nas continuidades dos dois momentos históricos, teríamos o que o autor chamou de *fronteira*.

Esta dissertação foi pensada e produzida na intenção de investigar o que Sêneca afirma sobre a República e o Império e as ideias ligadas aos dois significados. Nosso principal objetivo foi compreender e mostrar de que maneira Sêneca, como um romano da época do Principado, da primeira dinastia, diretamente ligado à dinâmica do poder imperial, concebeu ou não uma ruptura entre a República e o Império e como isso é refletido em seus textos. Nossa hipótese é que, para o filósofo estoico, a República, como Coisa do Povo, necessitou da centralização do poder para manter-se. Temos, assim, uma República transformada e administrada por um *princeps*, mas que também não se mantém sem sua estrutura política vigente de antes da emergência dos príncipes. Encontramos, em Sêneca, elementos de ruptura e de continuidade.

Para entendermos essa ruptura – predominante nas análises historiográficas –, elencamos duas noções políticas comumente associadas à República e ao Império como sistemas de governo: a liberdade e o poder centralizado. A ascensão de Augusto significou,

para algumas análises historiográficas, um marco de ruptura porque se instalou um regime de “poder absoluto” que acabou com a liberdade republicana. Buscamos, então, entender como essa fórmula aplicar-se-ia nos escritos de Sêneca investigando sobre as duas noções citadas.

A estrutura do nosso estudo foi dividida em três capítulos: *Sêneca e o Império Romano*, *República e Império em Sêneca* e, por último, *A fronteira entre República e Império: noções políticas*.

No primeiro capítulo buscamos apresentar a vida e a obra de Sêneca. Elencamos os principais momentos de sua vida baseando-nos em algumas biografias, buscamos retratar suas obras e, por fim, tentamos entender sua relação com Nero e seu universo de atuação. Com esse capítulo, temos o objetivo de mostrar uma imagem de Sêneca e por que ele é importante para o entendimento de nossa questão. Ao investigarmos sobre sua vida e obra e sua relação com Nero, percebemos Sêneca como um agente político atuante, escritor e homem político e, sobretudo, como uma fonte importante de informação sobre a cultura política de sua época.

No segundo capítulo, buscamos entender, primeiro, o que significou *res publica* e *imperium* em Roma. Depois, selecionamos alguns autores para compor um debate historiográfico, como Ronald Syme, Aloys Winterling e Fabio Favarsani. Como terceiro ponto do capítulo, procedemos à análise das fontes selecionadas para a verificação da ideia de Sêneca sobre a sociedade política romana, seus problemas, seu modo de funcionamento e como o poder centralizado tem importância para ele como um elemento que asseguraria a continuidade da República. No último tópico do capítulo, buscamos analisar a República como uma forma que poderia encontrar pontos de ruptura e de permanência nas narrativas de alguns autores romanos. Assim, vemos a ruptura entre a República e o Império como uma construção política produzida pelos agentes de atuação no cenário político.

O terceiro capítulo é dedicado às duas noções políticas: poder centralizado e liberdade. Buscamos problematizar a ideia de poder centralizado como um elemento de ruptura entre a República e o Império. Ademais, pretendemos apreender, em Sêneca, o que seria o poder centralizado e também seu conceito de liberdade. Assim, procuramos entender as duas noções, nesse capítulo, para verificar suas aplicações na ideia de ruptura. A liberdade seria, para Sêneca, um conceito ético que ultrapassaria as formas de governo e de distribuição do poder. Segundo o filósofo estoico, a liberdade não se sustentaria na República ou no Império se os homens não pudessem conviver a partir da conduta ética adequada.

As fontes selecionadas são: *De Clementia*, *De Beneficiis* e *Espitulae Morales ad Lucilium*. Em *De Clementia*, encontramos concentradas as ideias de poder e de Império de Sêneca. *De Beneficiis*, por sua vez, é uma obra sobre os favores e sua importância na

sociedade imperial. E *Epistulae Morales ad Lucilium* é o conjunto de epístolas direcionadas ao seu amigo Lucílio com o intuito de educá-lo segundo os preceitos estoicos.

Dessa maneira, Nosso *corpus* documental não é homogêneo em termos de gêneros literários, temas e extensão. Sêneca foi um autor complexo e sabemos que suas obras possuíam objetivos diversos. *De Clementia*, por exemplo, é uma obra específica dentro de seu conjunto e que, por tamanha singularidade, raramente encontra continuidade de ideias e objetivos em outras obras.

Por fim, cabe mencionar que obras de outros autores romanos, que julgamos importantes, também são destacadas ao longo do trabalho para a compreensão do nosso problema, como as de autoria de Cícero e Tácito.

1 SÊNECA E O IMPÉRIO ROMANO

Sêneca foi e ainda é um homem importante para a história do pensamento ocidental. O caráter de sua obra dificilmente deixará de ser reconhecido. Pouco fragmentada – se comparada a outras produções intelectuais antigas –, sua obra possui uma história de recepção particular. A história das reflexões sobre Sêneca e sua obra incumbiu-lhe, algumas vezes, títulos como de pagão, cristão, dissimulado, exímio estoico, monarquista e republicano. Devemos considerar, com isso, a complexidade de seus escritos e de sua própria figura. As opiniões divididas, os estudos acurados e os diversos rótulos não esgotaram ainda as tentativas de interpretação. Sêneca, nas Ciências Humanas, dificilmente será totalmente desvendado.

No Brasil, Sêneca já foi objeto de estudo das diversas áreas das Ciências Humanas, como nos cursos de Letras, História e Filosofia. Com uma obra composta por gêneros e temas diversos, Sêneca teve alguns de seus livros publicados, recentemente, no Brasil, em edições consideradas como livros de espiritualidade, de condução da vida e de preceitos de como viver bem. Os estudiosos, por sua vez, encaram-no como pensador complexo e fonte de conhecimento sobre a história da Roma Antiga.

Neste capítulo inicial, buscaremos compreender Sêneca em seu contexto histórico e social, informar sobre sua obra e sua produção e entender um pouco sobre sua vida e sua relação com o imperador Nero.

1.1 Vida e obra de Sêneca

Lucius Annaeus Seneca nasceu em Córdoba, capital da província Bética, na região da *Hispania*. Oriundo de uma família da elite provincial da região, seu pai foi Sêneca, o Orador, e sua mãe chamou-se Hélvia. De seu pai, restaram alguns livros das obras *controversiae* e *suasoriae*. Grimal afirma sobre a origem do filósofo estoico:

Uma menção de sua patria existe no “poema do exílio”; ela é confirmada por um epigrama de Marcial e a tradição medieval conhece Sêneca com o nome de *Cordubensis*. Córdoba era uma das mais antigas colônias romanas fundadas fora da Itália e remontava do segundo século antes de nossa era. Sêneca advém então dos *Annaei* (GRIMAL, 1978, p. 47).

O ano de seu nascimento, bem como os anos de produção de suas obras, ainda causam dúvidas. A data de nascimento de Sêneca defendida por Pierre Grimal é do ano 1 de nossa era. Sêneca viveu 64 anos em meio ao poder. De família com muitos bens, pôde ascender a cargos

políticos e participou dos embates na Política da nobreza romana. Teve uma carreira promissora, foi também um homem de posses e ficou conhecido por suas obras e pela participação no governo de Nero. Para Rimell:

A carreira de Sêneca foi um milagre de *timing*. Sua vida perpassou os reinados dos cinco primeiros imperadores (o que já é um feito improvável, dada sua proximidade ao poder do final dos anos trinta em diante), e seu suicídio forçado sob Nero em 65 marcou o início do fim de toda a dinastia Júlio-Claudiana. De fato, é a relação especial de Sêneca com Nero que acabou por definir seu lugar na história tanto como escritor quanto como pensador e ator político (RIMELL, 2015, p. 122).

Sua vida e sua obra foram marcadas pelos governos de todos os imperadores da dinastia júlio-claudiana. Esteve, na maior parte de sua vida, em Roma. Foi no governo de Nero que Sêneca ganhou ainda mais visibilidade na principal cidade do Império. Sua história de vida é ligada ao governo do filho de Agripina. Assim, entender Sêneca é também entender uma parte da essência filosófica do Império Romano e seu pensamento político.

Sêneca mudou-se para Roma quando criança e estudou retórica e filosofia. Em 32, tornou-se questor, a primeira magistratura do *cursus honorum*. Em 41, foi acusado de ter cometido adultério com Júlia Livilla, filha de Germânico, sobrinha de Cláudio. Foi condenado, então, ao exílio durante oito anos, em Córsega, onde escreveu algumas consolações. De acordo com Grimal, não há evidências do acontecido.

Foi precisamente com uma filha de Germânico, Julia Livilla, que no ano de 41, provavelmente em seus últimos meses, sob o reino de Cláudio, Sêneca foi acusado de ter cometido o crime de adultério. É naturalmente impossível saber se esta acusação foi baseada em fatos reais (GRIMAL, 1978, p. 84).

Em 48 morreu Messalina, esposa do imperador Cláudio, a qual supostamente armou contra Sêneca e Livilla. Cláudio casou-se, depois, com Agripina, sua sobrinha, mãe do futuro imperador Nero, também filha de Germânico, irmã de Calígula e quem chamou Sêneca novamente para Roma em 49.

Para Grimal, a volta de Sêneca, promovida por Agripina, “foi o primeiro ato de conspiração para dar o poder a Nero” (GRIMAL, 1978, p. 22). Nero não era filho de Cláudio, mas foi adotado pelo imperador. Sêneca possuiu, nessa época, cargos públicos, além de ter sido preceptor do futuro imperador. Grimal afirma, ainda, que, entre a primeira magistratura e a pretura, Sêneca cumpriu também a função em outro cargo intermediário do *cursus honorum*.

Mais tarde, quando ele volta do exílio, no início do ano 49, Sêneca foi imediatamente designado como pretor graças à Agripina. Isto significa que, entre sua questura e sua saída para o exílio, no fim de 41, ele já havia exercido a magistratura intermediária indispensável, quer dizer, ou a edilidade plebeia ou o tribunal da plebe. Como um intervalo de dois anos era indispensável entre duas magistraturas consecutivas, ele não poderia ter passado para a nova etapa do *cursus* antes do ano 37 (GRIMAL, 1978, p. 81).

Em 50, foi, então, pretor e em 55/56 tornou-se *consul suffectus*, e Nero tornou-se imperador em 54. Sêneca foi chamado a Roma em 49, a pedido de Agripina. Segundo o olhar de Tácito, ela não teria intercedido por Sêneca sem alguma razão. Para o historiador romano, Agripina o fez também como estratégia política.

[...] que nele teria um bom mestre para a educação de Domício, e que os seus conselhos valeriam de muito para realizar suas esperanças futuras. E havia para isto todo o fundamento, porque tendo Sêneca sido desterrado por Cláudio, era natural lhe conservasse sempre rancor pela lembrança da injúria, e fosse ao mesmo tempo agradecido à benfeitoria de Agripina.¹

Possivelmente em 59, Nero ordenou a execução de sua mãe porque ela representava um “perigo para a República”. Até o ano de 62, Sêneca manteve-se próximo de Nero e, nesse ano, retirou-se do poder. Em 65, Sêneca foi acusado de participar da conjuração de Pisão, na qual almejavam matar o imperador Nero. Seu *discipulus* deu-lhe a ordem de suicídio.

Essas seriam, assim, as principais informações sobre a vida de Sêneca. Obteve cargos políticos, escreveu e produziu sobre filosofia e outros temas, casou-se, foi acusado de adultério, foi exilado, retornou a Roma, recebeu cargos e também o título de *amicus principis* no governo de Nero. Os historiadores comumente utilizados como referências sobre a vida de Sêneca são Tácito, Suetônio e Dion Cassio. Sabemos, no entanto, terem existido outros que não chegaram até nós como, por exemplo, Fábio Rústico, noticiado por Tácito.

Sêneca aparece, assim, nessas fontes, nos livros sobre Nero e é menos citado nos livros sobre outros imperadores, como Cláudio e Calígula. Alguns fatos sobre sua vida não podem ser afirmados ou resolvidos como, por exemplo, o caso com Livilla, a participação de Nero no assassinato de Agripina e o empréstimo de dinheiro para a província Britânia.

De fato, o que nos chegou sobre Sêneca são informações transmitidas por historiadores posteriores à sua época. O que Grimal afirma sobre as informações dadas por

¹ Tac. *Ann.*, XII, VIII: *utque Domitii pueritia tali magistro adolesceret et consiliis eiusdem ad spem dominationis uterentur, quia Seneca fidus in Agrippinam memoria beneficii et infensus Claudio dolore iniuriae credebatur.*

Tácito pode ser aplicado também a Suetônio e a Dion Cassio. Afirma que “o retrato de Sêneca, nos *Annais*, é uma composição e Tácito não conseguiu compor uma unidade perfeita. Há um Sêneca de Tácito, como há um Tibério, um Nero” (GRIMAL, 1978, p. 45). O próprio Sêneca, na sátira sobre a *apothose* de Cláudio, escreveu: “Quem avaliou alguma vez os juramentos de um historiador?”².

Historiadores modernos continuaram emitindo julgamentos sobre a vida e a figura do filósofo estoico. O historiador Ullmann, por exemplo, afirmou que Sêneca é ainda “um homem que pertence à História e não apenas à Filosofia. Ele mesmo testemunhou a força do pensamento estóico. Sua ambição mais íntima era servir ao império romano e aos homens” (ULLMANN, 1996, p. 13). Para outros pesquisadores, tal afirmação parece exagerada, sobretudo no que diz respeito à sua fidelidade à escola filosófica. Schotter escreveu que “Sêneca era rico e mundano, e é claro, lendo os seus tratados filosóficos, tais como *A clemência* (*De clementia*), que o seu estoicismo não deu a Nero o acesso ao agudo ‘republicanismo’ por vezes associado a membros da seita” (SCHOTTER, 2008, p. 41). A opinião de Cizek sobre Sêneca foi elogiosa. Ele defende a seguinte visão sobre o filósofo:

Personalidade brilhante, orador e filósofo célebre, que exerceu uma atração impressionante sobre a opinião pública, Sêneca, graças ao seu sucesso como advogado, reuniu uma grande fortuna nos reinos de Tibério e Calígula e tornou-se um dos maiores proprietários de terra. Suas propriedades foram das maiores do Egito. No reino de Calígula, Sêneca foi considerado uma das personalidades mais sedutoras e Suetônio revelou que ele foi também um orador exemplar e apreciado (CIZEK, 1972, p. 61).

Cizek ressaltou, no trecho citado, um aspecto muito importante e alvo de acusações a respeito de Sêneca: sua condição financeira. Sêneca acusou a corrupção dos costumes, o aumento das riquezas romanas com as conquistas imperiais e a ganância por bens materiais. As notícias sobre sua vida pessoal são de que ele foi um homem demasiadamente rico. Assim, alguns autores denunciam certa incoerência entre seus escritos e seu modo de vida.

Dion Cassio é uma das fontes antigas que denunciaram tal inconformidade. Ele noticiou que Sêneca emprestou dinheiro para a Britânia em um momento de grande necessidade e reclamou a quantia sem espera. O historiador grego também delatou a quantia de sua riqueza e seus costumes incoerentes. Na História Romana, Dion Cassio (VIII, LXI) diz que, apesar de criticar os costumes dos ricos, Sêneca foi um homem de muitas posses. Afirma,

² Sen. *Apoc.*, I, 2: *Quis unquam ab histórico iuratores exegit?*

também, que ele fez um casamento brilhante, mas tinha relações com garotos e ensinou Nero a ter o mesmo costume.

As imagens dos imperadores e de certos membros da aristocracia, como Sêneca, foram retratos compostos a partir de diferentes objetivos. Champlin explica, usando o exemplo da imagem de Nero, que poderíamos, hoje, crer em outras visões sobre o imperador diferentes daquelas apresentadas pelos historiadores.

As páginas de Tácito, Dion Cássio e Suetônio gotejam com o sangue das vítimas de Nero. Horror que não se acaba. Mas se aceitássemos os fatos trazidos pelos escritores e rejeitássemos suas explicações? E se adotássemos a versão de Nero sobre os eventos? Isto é, as execuções, os suicídios forçados e o matricídio foram necessários para a salvaguarda do imperador e o bem do Estado? Muito da monstruosidade de Nero seria dissipada (CHAMPLIN, 2003, p. 35).

Segundo ele, não acreditamos nas explicações dadas pelo imperador segundo as mesmas fontes. Cremos, entretanto, nos julgamentos e nas conclusões dos historiadores antigos. Esse problema faz parte, contudo, do fazer historiográfico: o passado, nosso objeto de estudo, nunca será palpável e completamente verificável. O historiador transita entre percepções singulares dos acontecimentos históricos.

Portanto, se alguns elementos biográficos acerca da vida de Sêneca são incertos, como podemos encará-los como determinantes de suas obras? A equação vida-obra é utilizada, por vezes, como detentora de respostas. Por exemplo, é certo que Sêneca escreveu algumas consolações no exílio. Aquela destinada a Políbio, em especial, tinha como objetivo conquistar seu perdão perante o imperador Cláudio para que ele pudesse retornar a Roma. Nesse caso, um acontecimento da vida, o exílio, estava ligado a uma produção, uma carta consolatória. No entanto, não podemos sempre prever que tais explicações aplicam-se a todos os casos, a todas as obras.

Desse modo, o que Sêneca escreveu nem sempre pode ser relacionado com sua vida e, menos ainda, podemos cobrar fidelidade do autor em relação à sua obra. Medir até que ponto o autor “é” sua obra é uma tarefa árdua e, talvez, inalcançável.

Outro argumento constantemente encontrado em trabalhos sobre sua vida é o seu domínio sobre Nero e sobre as decisões políticas no Império. Grimal é um representante desse pensamento:

A vida de Sêneca pertence à história e não somente à história literária. Ela foi misturada aos dramas mais cruéis que se formaram ao redor do poder.

Ele teve, ao longo de dez anos, a responsabilidade do mundo romano – que era então todo o Universo conhecido (GRIMAL, 1996, p. 34).

Constatamos, desse modo, que a vida de Sêneca e sua importância histórica podem ser vistas por ângulos diversos determinados por algumas intenções. Autores antigos com obras densas como ele suscitam constantemente questões sobre sua conduta. Vejamos, agora, algumas de suas obras.

Temos notícia de que Sêneca produziu alguns trabalhos relacionados aos assuntos da natureza que não chegaram até nós. Entre 31 e 39, ele pode ter produzido títulos como *De lapidum natura*, *De piscium natura* e *De motu terrarum*. Berno informa-nos que:

Sabemos através de Plínio, o Velho, Sêrvio, Cassiodoro e do próprio Sêneca os títulos ou tópicos de alguns dessas obras perdidas. Plínio menciona certas *De Piscium Natura* e *De Lapidum Natura* dentre as fontes que ele consultou, Cassiodoro certa *De forma Mundi*, e Sêneca se recorda de ter escrito sobre terremotos quando era mais jovem (BERNO, 2015, p. 82).

A primeira obra de Sêneca a qual temos acesso é a Consolação à Marcia. Marcia foi filha do célebre senador *Cordus* e perdeu seu filho mais velho. O filósofo estoico escreveu tal consolação com o intuito de alentá-la por conta da morte do filho. Após três anos da morte, Marcia não se recuperava e sua dor parecia cada vez maior. Van Raij explica que:

A carta é rica de nobres pensamentos sobre os valores da vida, a instabilidade das coisas humanas, sobre o dever de se considerar com serenidade a idéia da morte, presença inevitável em nossa vida e uma libertação de todas as dores; rica em exemplos de homens e mulheres que, em situações semelhantes, deram mostras de extrema fortaleza de espírito (VAN RAIJ, 1999, p. 16).

A primeira consolação de Sêneca pode ter sido escrita entre os anos 49 e 50 de nossa era sob o governo de Calígula. A próxima obra, após a Consolação, foi o texto *De Ira*. Escrito provavelmente após a morte de Calígula, em 41, tem, em sua primeira frase, uma suposta reivindicação do irmão de Sêneca, Novato, para que aquele escrevesse sobre a ira. No entanto, o texto pode ter sido direcionado a Cláudio, pois é datado no período de exílio de Sêneca.

A obra seguinte, também do ano 41, foi a Consolação à sua mãe Hêlvia. Com esta Consolação, Sêneca teve o intuito de conformar sua mãe sobre seu exílio. Entre 43 e 44, Sêneca escreveu a Consolação a Políbio. Políbio era um liberto influente junto a Cláudio. A intenção era de que Políbio pudesse interceder por Sêneca e fazer com que ele obtivesse a

permissão de voltar a Roma. Outra produção é *De Brevitate Vitae*, escrita em 49. Neste escrito, o filósofo interessou-se em demonstrar alguns princípios estoicos sobre a natureza do tempo. Aproximadamente entre 53 e 54, ele escreveu *De Tranquillitate Animi*, dedicado a seu amigo *Serenus*.

Em 54, na ocasião da ascensão de Nero, Sêneca produziu *Apocolocyntosis*, que difere quanto ao gênero, por ser uma sátira *menipeia*, e no que se relaciona com o conteúdo, pois também apresenta um elemento diverso: aponta para o governo que merece ser criticado. A obra foi escrita logo após a morte do imperador Cláudio e faz uma crítica destrutiva tanto ao governo desse imperador quanto ao seu comportamento particular. Ao final, há um elogio e uma saudação aos novos tempos que se abrem com o governo de Nero. Um ponto que nos interessa a respeito dessa fonte, além do contraste entre o bom e mau governo que são sempre o centro dos estudos de *Apocolocyntosis*, é o papel da principal instituição republicana no Império, qual seja, o Senado. Sêneca, nessa obra, ilumina satiricamente a aristocracia senatorial e deixa claro que a centralização do poder era desejável em razão dos vícios dessa elite política.

De Constantia sapientis pode ter sido escrito entre 59 d.C. e 62 d.C. Em 55, no início do governo de Nero, Sêneca escreveu o que foi talvez seu texto mais importante e conhecido. *De Clementia* é um tratado sobre política e é o único exclusivamente dessa natureza dentro da obra senequiana. A intenção do texto é ensinar a governar apoiando-se na clemência como um instrumento de manutenção de seu poder. Braren afirma sobre os sentidos de clemência nessa obra:

Ora é um atributo político de soberano, ora é uma medida exclusivamente jurídica, ora é uma virtude própria de um ser essencialmente humano. Na verdade, o conceito senequiano de *clementia* é um complicado mecanismo exatamente porque obedece a múltiplas intenções. Nele encontramos a intenção pedagógica subjetiva de Sêneca, que é a formulação teórica objetiva de considerar a *clementia* como um instrumento político de soberano e, ainda, um instrumento jurídico deste mesmo soberano (BRAREN, 1990, p. 20).

De Vita Beata foi escrito em 58 e trata sobre a felicidade do sábio. Conta-se que, no momento de sua produção, Sêneca havia sido acusado de não viver de acordo com sua própria filosofia, de ter tido um caso com Agripina e de ser amante de jovens garotos.³ Pensou-se, também, que o texto poderia ter sido produzido em resposta às acusações de *Suillius*. Sobre as palavras de Suílio sobre Sêneca, lemos em Tácito:

³ Informação encontrada em Dion Cassio (VIII, LXI).

Que fora sempre um inimigo declarado dos amigos de Cláudio, e que por isso este príncipe justamente o havia desterrado. Que afeito a ociosos estudos, e a tratar sempre com rapazes ignorantes, odiava a brilhante e vigorosa eloquência de todos aqueles que dela se serviam para defender os cidadãos. Que ele Suílio havia sido questor de Germânico, enquanto Sêneca era o adúltero corruptor da sua família. E qual seria então pior, receber dinheiro de um litigante por um trabalho decente, ou corromper as filhas dos príncipes? Com que filosofia ou com que máximas dos sábios tinha ele acumulado no espaço de quatro anos, que era valido do César, a soma de trezentos milhões de sestércios? Não se fazia um testamento em Roma, e nenhuma pessoa morria sem herdeiros de quem ele cavilosamente não agarrasse os bens; e a Itália e as províncias se empobreciam só para lhe pagar as usuras.⁴

Em *De Vita Beata*, Sêneca responde às acusações de relações com meninos referindo-se à mesma acusação direcionada a Sócrates. Ele se defende assim:

Censurai Platão pelo fato de ter procurado ganhar dinheiro, reprovai Aristóteles pelo fato de o ter recebido, Demócrito por tê-lo negligenciado, Epicuro porque o gastou; lançai-me em rosto Alcibíades e Fedro. Haveríeis de ser muito felizes, se tivésseis a sorte de imitar os nossos vícios!⁵

Para Griffin, Sêneca não deu uma resposta direta aos ataques de *Suillius*, mas a todos que buscavam acusar-lhe anteriormente. Entre 59-60, aproximadamente, Sêneca produziu outra obra de grande importância: *De Beneficiis*, que trata dos favores dentro da sociedade imperial. Para Sêneca, mais do que um favor, um benefício é um bem porque é necessário existir uma boa intenção vinculada a ele. Segundo Griffin, “*De Beneficiis* é o mais longo tratado de Sêneca sobre um assunto. É também o único que trata do assunto a chegar da antiguidade até nós” (GRIFFIN, 2013, p. 11).

De Beneficiis é uma expressão da dinâmica social do Império: a construção de redes de apoio nas quais membros das classes sociais romanas trocavam favores. Essa obra discorre sobre os códigos de benevolência aristocráticos que incluem também a figura do *princeps* como integrante dessa dinâmica social.

⁴ Tac. *Ann.*, XIII, XLII: *et Senecam increpans infensum amicis Claudii, sub quo iustissimum exilium pertulisset. simul studiis inertibus et iuvenum imperitiae suetum vivere iis, qui vividam et incorruptam eloquentiam tuendis civibus exercerent. se quaestorem Germanici, illum domus eius adulterum fuisse. an gravius aestimandum sponte litigatoris praemium honestae operae adsequi quam corrumpere cubicula principum feminarum? qua sapientia, quibus philosophorum praeceptis intra quadriennium regiae amicitiae ter milies sestertium paravisset? Romae testamenta et orbos velut indagine eius capi, Italiam et provincias immenso faenore hauriri: at sibi labore quaesitam et modicam pecuniam esse.*

⁵ Sen. *Dial.*, XXVII, 5: *Obicite Platoni quod petierit pecuniam, Aristoteli quod acceperit, Democrito quod neglexerit, Epicuro quod consumpserit; mihi ipsi Alcibiadem et Phaedrum obiectate, euasuri maxime felices cum primum uobis imitari uitia nostra contigerit!*

Em 62, Sêneca escreveu *De Otio*, obra sobre a vida contemplativa, aquela que não exclui também a ação, segundo o autor. Cabe mencionar que no período de 62 a 65, Sêneca produziu muitas obras. É também de 62, provavelmente, o início de *Naturales Quaestiones*, texto sobre a natureza e seus fenômenos. Outra produção também da mesma época é *De Providentia*, que tem como temática o destino. Remontam, ainda de 62 a 65, duas obras as quais não temos acesso: *Libri Moralis Philosophiae* e *De superstitione*.

Ao longo de sua vida, Sêneca escreveu também tragédias inspiradas nas tragédias gregas. Seus títulos foram *Hercules furens*, *Troades*, *Medea*, *Phaedra*, *Agamemnon*, *Oedipus*, *Thyestes*, *Hercules Oetaeus* e *Phoenissae*.⁶

Dois aspectos ainda merecem ser ressaltados sobre sua vida e sua obra: o estoicismo de Sêneca e o alinhamento deste com sua vida. Sêneca considerava-se estoico e ficou conhecido como tal. A escola estoica surgiu na Grécia no século III a.C. e foi sustentada por Zenão, sendo conhecida também como *Pórtico* ou *Stoa*. Essa vertente filosófica é dividida em três fases: antiga (Zenão, Cleanto, Crisipo), média (Panécio e Possidônio) e romana (Sêneca, Epiteto e Marco Aurélio). Conhecido principalmente por sua ascese, a vertente filosófica conquistou diversos intelectuais da antiguidade. “Ao dizer que alguém é ‘estóico’, apontamos para uma qualidade de sua ação, uma boa qualidade, no caso. Queremos dizer de sua firmeza moral, de seu caráter incorruptível, de sua força diante dos reveses da vida” (GAZOLLA, 1999, p. 12).

Em sua fase romana, o estoicismo deu mais atenção à ética prática. A ética, pensada por Sêneca, foi baseada no ideal de sábio – herdado dos antigos estoicos. Significou, assim, um tipo de aconselhamento prático para a verdadeira felicidade. O filósofo elencou, em suas obras, conselhos e preceitos a serem seguidos para o caminho da verdadeira sabedoria. O molde do homem eticamente perfeito de Sêneca revelou a automoderação como um instrumento de governo.

O estoicismo de Sêneca, apesar de estar presente em todas as obras e exercer uma função determinante, não pode ser visto, no entanto, como única vertente filosófica presente. O filósofo aproximou-se de outras vertentes, como o epicurismo e o cinismo. E, ainda que se definindo como um estoico, ele afirmou, diversas vezes em seus textos, alguns pontos de discordância em relação aos preceitos estoicos de tempos anteriores. Desse modo, Sêneca deve ser entendido como um estoico, embora não sem algumas observações.

⁶ Um estudo acurado sobre as tragédias senequianas é: CARDOSO, Zélia de Almeida. *Estudos sobre as tragédias de Sêneca*. São Paulo: Alameda, 2005.

A variação das ideias estoicas encontrada em suas obras não define, contudo, uma negação do estoicismo por parte do filósofo. Ela representa, antes, alguma reformulação dentro da vertente – o que, de fato, não foi um privilégio somente de Sêneca. Conforme Gill, os trabalhos originais surgidos após a fase grega não rompem com seu ponto inicial. “O tipo relevante de ‘originalidade’ não é, julgo, avançar um conjunto completamente novo de ideias, mas sim realizar uma jogada nova e significativa em um debate persistente baseado em uma estrutura de pensamento estoica preexistente” (GILL, 2006, p. 41).

Nas Cartas a Lucílio, encontramos pontos convergentes e divergentes. Dos trechos em que ele se difere dos antigos, podemos citar: “não estou te falando em linguagem de estóico, mas sim em linguagem menos rigorosa”⁷ e, também, “imagina que faço minhas as palavras daqueles estóicos...?”⁸. Em *De Otio*, por exemplo, encontramos um trecho de adesão: “provarei a ti que não abandono os preceitos estoicos, pois na verdade nem eles próprios têm abandonado os seus”⁹

Gazolla toma o estoicismo como uma base filosófica que se modificou no tempo e tomou contato com outras vertentes.

Apesar de algumas diferenças profundas de pensamento entre certos filósofos estóicos, são todos eles considerados partícipes da escola estóica como se ela fosse um todo harmonioso que persistiu por quase quinhentos anos. Assinalem-se, por exemplo, certas reflexões de Epicteto (séc I d.C.); ou de Sêneca (séc I a.C.), que, teorizando e vivenciando os princípios da Stoa, por vezes modifica-os em função, exatamente, de sua própria experiência de vida (GAZOLLA, 1998, p. 18).

Se, para Gazolla, ele modificou o estoicismo de acordo com sua própria experiência, para outros autores, ele viveu da forma oposta ao que escreveu. Bartsch assevera que:

Como objeto de estudo, Sêneca nos desconcerta. Nenhum outro filósofo nos apresentou tão duro desafio a ser resolvido: analisar uma vida levada sob condições morais duvidosas com o legado de seus escritos sobreviventes (BARTSCH, 2015, p. 1).

Como figura de imensa popularidade, Sêneca agradou e desagradou muitos ao longo de sua existência e, ainda mais, depois dela. Poderíamos compor uma história de seu personagem. Dentre as observações, algumas são sobre sua obra, outras sobre seu comportamento, e algumas ainda tentariam impor embates entre as duas. Quintiliano, quem

⁷ Sen. *Ep.* 13, 4: *Non loquor tecum Stoica lingua, sed hac summissiore.*

⁸ Sen. *Ep.* 57, 7: *Nunc me putas de Stoicis dicere.*

⁹ Sen. *Dial.*, II, 1: *Nunc probabo tibi non desciscere me a praeceptis Stoicorum, nam ne ipsi quidem a suis descuerunt.*

produziu um importante tratado sobre retórica do século I, contemporâneo a Sêneca, criticou o estilo do filósofo. Para o autor romano, Sêneca tinha um estilo próprio muito diferente de outros autores romanos e não deveria ser preferido entre os iniciantes. Quintiliano (*Inst.* X, 1, 125-131) afirma, ainda, que Sêneca estava abaixo dos autores mais antigos.

Ao compor uma lista de autores gregos e latinos dignos da leitura de um orador, Quintiliano (*Inst.* X, 1, 125-131) afirma que o estoico tinha grande talento, mas se desenvolveu pouco. Ele reconheceu a aptidão de Sêneca, porém não deixou de criticá-lo. Segundo ele, Sêneca tinha um estilo decadente e era pouco rigoroso na filosofia. Sua obra seria repleta de defeitos que seduzem o jovem aprendiz.

Aulo Gélíio, autor do século seguinte, também nos deixou sua opinião sobre o preceptor de Nero. A condenação assemelha-se àquela feita por Quintiliano: Sêneca criticou bons autores como Cícero, embora ainda fosse digno, em sua época, de leitura. Aulo Gélíio (*Noctes Atticae*, XII, 2, 2, 12-13) condena a crítica de Sêneca aos autores antigos.

Do século IV, encontramos uma crítica de Santo Agostinho sobre Sêneca: para o filósofo da Igreja, Sêneca não viveu conforme seus escritos. Para Agostinho (*C.D.*, VI, X), apesar de ter se libertado por meio da filosofia, Sêneca praticava o que reprovava. Agostinho refere-se, assim, à posição de estoico de Sêneca que, conforme sua opinião, não estava de acordo com sua vida prática.

O estudo do estoicismo foi importante para a produção da obra de Sêneca. Desenvolvendo muitos dos preceitos nos textos, Sêneca conseguiu tornar-se um dos principais divulgadores da filosofia estoica em Roma. Embora o estoicismo tenha sido determinante para sua composição literária, a corrente não foi a única presente em seus escritos, como já mencionamos.

Sêneca fez parte de uma ala estoica no poder à época de Nero. O estoicismo foi marcado no ambiente político romano por causa dos estoicos que compunham, também, a aristocracia politicamente atuante. O reinado de Nero contou com algumas figuras importantes e foi, para alguns, uma tentativa de implementação de um programa estoico desenhado por Sêneca. Guarinello, a esse respeito, afirma que:

A possibilidade de execução desse programa levou a nobreza estóica a saudar a ascensão de Nero como o início de um novo século, de uma idade de ouro de caráter quase místico: é assim que ela aparece em obras de meados dos anos cinqüenta, como a *Apocoloquintose*, de Sêneca, o *Proêmio da Pharsalia* de Lucano ou as *Bucólicas*, de Calpúrnio Sículo. O próprio Nero, conta Tácito, cercava-se de filósofos em seu palácio, conversando com eles após as refeições (XIV, 16, 2) (GUARINELLO, 1996, p. 58).

A partir dessa presença estoica, algumas interpretações sobre Nero e seu governo foram criadas ao longo do tempo. Uma delas é a ideia do *Quinquenium Neronis* atribuído a Trajano – termo utilizado para designar os cinco primeiros anos do governo de Nero, que teriam sido bons porque foram regidos com a ajuda da ala estoica, sobretudo com a presença de Sêneca, Burro e Thrasea Paetus –, afirmado, muitas vezes, para explicar dois contextos: o primeiro, em que Nero governa com a ajuda estoica, e o segundo, sem essa ajuda. Nero teria feito, desse modo, um bom governo com a ajuda de Sêneca. Sem o filósofo estoico ao seu lado, sua crueldade transformou-o em um péssimo governante para Roma.

O pensamento citado ganha sentido se crermos no *Quinquenium* e, ainda mais, se dermos excessiva importância à figura de Sêneca no poder. Que os estoicos estiveram junto a Nero não temos dúvida, porém a demasiada capacidade de manipular Nero, atribuída a Sêneca, pode ser questionada. A construção, por parte da historiografia antiga, do mito de Nero – lenda esta que nomeou Nero como um dos piores e mais cruéis imperadores romanos – influenciou diretamente na composição da figura histórica de Sêneca: para que Nero tivesse sido bom em algum momento, quem o “governou” foi Sêneca.

1.2 Sêneca e Nero

A afirmação da incorruptível presença de Sêneca no governo de Nero pode ser atribuída a algumas fontes historiográficas. As afirmações historiográficas a respeito de Nero, na obra de Tácito, dividem-se em dois momentos históricos: o primeiro, quando ele parecia ser “bom” (sob os jugos de Sêneca e Burro) e, depois, quando ele revelou sua “personalidade cruel”. No discurso do início do governo de Nero, noticiado por Tácito, tem-se uma promessa de mudança: Nero escolheu fazer diferente do passado.

Asseverou que nunca se constituiria juiz de todas as causas, porque não podendo ouvir-se fora do recinto do palácio as vozes dos acusadores e dos réus, a sorte destes últimos viria então só a depender dos caprichos de alguns validos. Que da sua corte desterraria a venalidade e as intrigas; e que os interesses da República haviam de ser independentes dos negócios da sua casa. Que o senado gozaria de toda a sua antiga jurisdição; e a Itália, e as províncias do império ficariam sujeitas ao tribunal dos cônsules, pelo qual passariam os seus requerimentos aos padres. Quanto a ele, tomaria a seu cargo o comando das legiões. Cumpriu, com efeito, a sua palavra; e muitas coisas se decretaram só por autoridade do senado...¹⁰

¹⁰ Tac. *Ann.* XIII, IV: *Ceterum peractis tristitiae imitamentis curiam ingressus et de auctoritate patrum et consensu militum praefatus, consilia sibi et exempla capessendi egregie imperii memoravit, neque iuventam armis civilibus aut domesticis discordiis imbutam; nulla odia, nullas iniurias nec cupidinem ultionis adferre. tum formam futuri principis praescrisit, ea maxime declinans, quorum recens flagrabat invidia. non enim se*

Com tais afirmações, Tácito faz-nos crer que, no início de seu Principado, Nero governou junto aos senadores.¹¹ Assim, o ideal senatorial fez parte da construção do “mito de Nero”. O reinado de Nero foi, a partir de tal opinião, muito justo no princípio no que diz respeito ao poder de deliberação, e Tácito atribui a boa consciência de Nero às presenças de Sêneca e Burro.

Burro e Sêneca eram homens experientes. Burro era da guarda pretoriana e conseguiu aclamação de Nero por parte do exército, e Sêneca já era bastante conhecido entre a nobreza romana naquele momento. O quadro formado era, então, de um jovem imperador com dois preceptores dignos da formação de um bom governo. Sua mãe, Agripina, tornou-se, assim, segundo o historiador, um empecilho para a boa condução do imperador. Os assassinatos, à época, teriam sido maiores se Nero tivesse ouvido Agripina e não os dois homens experientes.

Conta-se, também, que Sêneca produziu os discursos de Nero – além do texto *De Clementia*, que pode ter sido parte de um discurso. Na narrativa taciteana, após alguns anos, a crueldade de Nero impõe-se sem limites. A influência estoica, então, decaiu. O julgamento de Tácito demonstra uma mudança. Após a morte de Agripina – marco para a maldade de Nero ter início –, maus presságios assolaram a cidade de Roma.

Foram neste tempo muitos os prodígios, e assaz continuados, mas todos inúteis. Uma mulher pariu uma serpente; e outra, estando nos braços do marido, foi morta com um raio. Escureceu-se repentinamente o sol, e nos quatorze bairros de Roma caiu o fogo do céu; mas todas estas coisas sucederam certamente sem particular destino dos deuses, porque Nero ainda continuou por muitos anos a governar, e a ser pelos seus crimes o flagelo do mundo.¹²

Nero transitou, na opinião de Tácito, de um ponto de aceitação entre o exército e os senadores – pois teria governado em consonância com estes –, para um ponto de indicador de péssimos acontecimentos para Roma. Os acontecimentos supracitados revelavam que a maldade de Nero não teria limite e estaria só começando. O imperador jovem, que prometia ser diferente dos anteriores e era bem acompanhado por estoicos, ganhou o estigma que

negotiorum omnium iudicem fore, ut clausis unam intra domum accusatoribus et reis paucorum potentia grassaretur; nihil in penetibus suis venale aut ambitioni pervium; discretam domum et rem publicam. teneret antiqua munia senatus, consultum tribunalibus Italia et publicae provinciae adsisterent: illi patrum aditum praeberent, se mandatis exercitibus consulturum.

¹¹ Sobre este tema, ler em: FAVERSANI, Fabio. Tácito, Sêneca e a historiografia. In: JOLY, Fábio Duarte. *História e Retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

¹² Tac. *Ann.* XIV, XII: *prodigia quoque crebra et inrita intercessere: anguem enixa mulier, et alia in concubitu mariti fulmine exanimata; iam sol repente obscuratus et tactae de caelo quattuordecim urbis regiones. quae adeo sine cura deum eveniebant, ut multos postea annos Nero imperium et scelera continuaverit.*

acompanha sua memória até os dias atuais: Nero teria sido um dos piores imperadores do Império Romano.

Suetônio parece não dar muita importância ao que foi, para Tácito, o “bom momento” de Nero. Para ele, o filho de Agripina carregava premonições desde seu nascimento.

Nero veio ao mundo em Âncio, nove meses após a morte de Tibério, dezoito dias antes das calendas de janeiro e exatamente ao nascer do sol, de sorte que seus raios o tocaram quase antes que a terra. De seu horóscopo inúmeras pessoas tiraram de imediato uma série de predições assustadoras, vendo-se mesmo um presságio nas palavras de seu pai Domínio ao responder às felicitações: “De Agripina e de mim nada pode nascer que não seja odioso e detestável ao Estado”. O destino nefasto de Nero também foi anunciado de maneira muito clara no dia da purificação; com efeito, Caio César, instado pela irmã a dar um nome à criança, relanceou os olhos para Cláudio, seu tio (que mais tarde, já imperador, iria adotar aquele menino) e disse: “Dou-lhe o nome dele”. Falava, no entanto, apenas por brincadeira, nem Agripina fez caso da sugestão, pois Cláudio na época era apenas um palhaço da corte.¹³

No trecho, temos a composição de duas imagens negativas de imperadores júlio-claudianos: Cláudio era um “inútil” já na época do nascimento de seu sobrinho, Nero, que, por sua vez, quase recebeu o nome do tio “bobo”. Na narração de Suetônio, Nero foi marcado desde o início de seus anos de vida como um mau presságio para Roma. Suetônio ainda apela para o comportamento de Nero dizendo que ele foi relevando-se paulatinamente. Conforme Suetônio (*Nero*. 26), Nero mostrou traços negativos de sua personalidade com o decorrer do tempo: era afeito à libertinagem, ao amor descontrolado, à crueldade e ao luxo.

Dion Cassio (VIII, LXI) teve uma percepção também a ser destacada: para ele, nem mesmo a boa condução de Sêneca e Burro faria com que Nero pudesse abandonar seu ímpeto cruel e inadequado para um imperador romano. Nero teria uma inclinação natural à crueldade e ao descomedimento que se acentuaria na condição de detentor de um grande poder.

Sêneca e Burro exerceram demasiada influência, podendo, assim, modificar e tomar certas medidas no governo do Império, mas não conseguiram mudar a personalidade de Nero – que seria tarefa difícil. Um homem jovem no governo de um grande Império não sairia ileso e incorruptível, segundo o historiador grego. Temos, assim, um pequeno conjunto de afirmações negativas sobre Nero que foram, ao longo dos séculos, repetidas muitas vezes.

¹³ Suet. *Nero*. 6: *Nero natus est Anti post VIII. mensem quam Tiberius excessit, XVIII. Kal. Ian. tantum quod ex oriente sole, paene ut radiis prius quam terra contingeretur. De genitura eius statim multa et formidulosa multis coniectantibus praesagio fuit etiam Domiti patris vox, inter gratulationes amicorum negantis quicquam ex se et Agrippina nisi detestabile et malo publico nasci potuisse. Eiusdem futurae infelicitates signum evidens die lustrico exstitit; nam C. Caesar, rogante sorore ut infanti quod vellet nomen daret, intuens Claudium patrum suum, a quo mox principe Nero adoptatus est, eius se dixit dare, neque ipse serio sed per iocum et asperrante Agrippina, quod tum Claudius inter ludibria aulae erat.*

Acusado de ter cometido incesto com a própria mãe, de ter colocado fogo em Roma, de ter tido relações com homens e garotos, de se vestir e cometer crimes pela madrugada, Nero foi também visto como um privilegiado por ter a presença de dois homens importantes ao seu lado.

Nero é evidenciado de tal forma como um imperador cruel, que, nos historiadores já citados, a morte de Sêneca é vista também como mais uma demonstração de severa crueldade. Temos a impressão de que, salvo em Dion Cassio, a possibilidade da participação do filósofo estoico na Conjuração de Pisão é minimizada comparada à crueldade do imperador. Em Suetônio (*Nero*. 35), lemos que Sêneca implorou para que Nero acreditasse em suas afirmações e jurou que deixaria seus bens para o imperador. Nero, ainda assim, não teria tido piedade do filósofo. Em Dion Cassio (VIII, LXII), lemos que Sêneca não pôde suportar o comportamento deplorável de Nero e resolveu participar da conspiração.

Se, para Suetônio, Sêneca foi obrigado a suicidar-se mesmo tentando provar que não faria mal a Nero, Dion Cassio demonstra que Sêneca participou da Conjuração porque havia necessidade de retirar um tirano do poder. Enquanto Sêneca foi criticado, algumas vezes, por não viver de acordo com a própria filosofia, ter sido um homem rico e interessado no poder, Nero ganhou fama de cruel e assassino. Isso posto, algumas questões podemos propor: Nero fez um bom governo porque Sêneca estava ao seu lado? Nero tornou-se mau, assim, porque Sêneca se ausentou?

Creemos, de fato, na importante presença de Sêneca e da ala estoica no poder à época de Nero, porém a entendemos como menos decisiva do que alguns autores a apresentam. A ideia de que Nero era um mau imperador pode ter influenciado na ideia historiográfica de que o jovem imperador precisasse de um preceptor incisivo ao seu lado. Nero foi tratado, pelas fontes historiográficas aqui já citadas, como um incapaz de governar só: ou dependia do arbítrio de sua mãe, ou dos dois mestres. Outro imperador que recebeu uma imagem peculiar foi Cláudio. Segundo Tácito (*Ann.*, XII, I e XII, LXIV), Cláudio dependia da presença das mulheres e lhes obedecia. Ele foi um homem governado por suas esposas – tais informações contribuíram para sua imagem de homem vacilante.

Para Waltz e também Grimal, houve um “ministério de Sêneca”. Como uma época admirável, a presença de Sêneca no poder denominou-o como um “primeiro ministro” dada a sua grande importância. Grimal, ao se referir ao que acontecia no Egito naquela época, diz: “durante o ‘ministério’ de Sêneca [...]” (GRIMAL, 1978, p. 160). E não menos importante é o caráter desse ministério. Ele afirma que, após a morte de Cláudio, “a mudança de reino inauguraria um principado estoico” (GRIMAL, 1978, p. 167).

Como podemos afirmar que o filósofo estoico teve tanto poder sobre seu aluno a ponto de governar por ele? A ideia de um bom governo é justificada pela imagem de Sêneca. Griffin também afirma que, no momento em que Burro apresenta Nero para a guarda pretoriana, não havia certeza de quem fosse governar. Nero, aparentemente, não governaria. “O Senado seguiu o exemplo, conferindo a Nero o poder da tribuna necessário e o *imperium* proconsular, e amontoando honrarias sobre Agripina. Nero era agora *princeps*, mas ainda não estava claro quem iria governar” (GRIFFIN, 2001, p. 93).

Se há uma tradição historiográfica sobre a ideia do *Quinquenium Neronis*, ela pode ter sido baseada também na obra *De Clementia*. As diretrizes políticas desenvolvidas neste texto fazem-nos crer que se Nero as seguiu ele teria feito um bom governo, aos olhos dos antigos. Griffin declara:

Podemos assumir que Sêneca lidou com Nero dessa maneira no dia a dia, persuadindo-o a adotar medidas, fazer compromissos, decidir casos judiciais, de acordo com o programa anunciado em suas palavras para o Senado e com o seu modelo de governante virtuoso? Tácito relata sobre um discurso anterior sobre a Clemência, e que Sêneca o escreveu para demonstrar a excelência de seus ensinamentos ou para exibir seu talento. Talvez *De Clementia* seria um preceito para convencer o público que Sêneca estava treinando seu governante para ser um rei filósofo (GRIFFIN, 2001, p. 47).

O texto teria, assim, um caráter de promoção política que favoreceria Nero – o que não nos faz crer que Nero tinha a intenção de pôr em prática aquelas diretrizes ou que Sêneca esperava isso acontecer. Ainda que, no texto, apareça uma demonstração de intensa intimidade e confluência entre as duas figuras do cerco imperial, não temos indícios de que Nero teve o interesse de praticar um governo estoico ou clemente. Griffin contribui afirmando que “não há como provar que Nero e Sêneca realmente mantiveram o relacionamento representado em *De Clementia*” (GRIFFIN, 2001, p. 47).

Percebemos, assim, que, para além do “mito de Nero”, houve também a produção de um mito acerca da relação entre o imperador e o estoico. Griffin afirma:

Ainda assim, a evidência da determinação de Nero nas artes sugere que ele poderia não ter sido totalmente dominado pelos seus conselheiros em outros aspectos. Por analogia com o compromisso desempenhado em suas ambições de corrida e teatrais, que duraram até 65 (quando ele finalmente se apresentou em público em Roma), deveríamos esperar que seus conselheiros não pudessem fazer muito mais além de guiá-lo na direção correta (GRIFFIN, 2001, p. 43).

Portanto, para Griffin, Nero foi guiado, e não impedido de governar por seus preceptores ou por sua mãe. O segundo momento importante da relação de Nero com Sêneca

é a retirada do filósofo do poder. Como consta das fontes, Sêneca teria pedido a Nero para que pudesse se retirar do poder e o imperador recusou o pedido. Depois de algum tempo, Sêneca retirou-se, de fato, mesmo contra a vontade de Nero. A saída do filósofo do poder é atribuída à crueldade crescente do imperador, segundo Tácito. Nero poderia estar envolvido na morte de Burro. Para Tácito (*Ann.*, XIV, LII), essa morte fez com que decaísse o poder de Sêneca sobre Nero. O partido da virtude – a ala estoica, no governo de Nero – foi substituído por homens perversos e de má índole, anunciou o historiador.

Assim, após a morte de Burro, Nero deixou-se levar por outros componentes da aristocracia romana, e Sêneca começou a ser atacado. Tácito pronunciou as palavras proferidas contra Sêneca. Ele não especifica quem as disse ou mesmo qual teria sido a reação de Sêneca.

Estes entraram logo a atacar Sêneca com diferentes acusações, e diziam: - “Que, sendo as suas riquezas imensas e excessivas para um particular, ainda assim mesmo ele se não fartava de acumular outras de novo; que punha um grande cuidado em ganhar as atenções populares; e que na beleza dos seus jardins, e magnificência das suas quintas era já quase superior ao mesmo príncipe.” Acrescentavam ainda mais: - “Que só ele queria ter a palma da eloquência; e que depois que vira o gosto que Nero mostrava pela poesia já também não cessava de fazer versos. Era um inimigo declarado dos divertimentos do príncipe; tinha em pouco o vigor e a destreza com que governava os cavalos; e até zombava da sua voz quando o ouvia cantar. Decerto, que em tudo isto não mostrava Sêneca outro fim senão o querer dar a conhecer que só ele era o primeiro homem da República.”¹⁴

Toda a narrativa do que havia sido dito sobre Sêneca culmina em sua perda de influência sobre Nero. Sêneca seria, naquele momento, uma espécie de inimigo de Nero. Um ponto importante do trecho é a impressão de que Sêneca seria o primeiro homem da República, e não Nero.

Tácito criou um contexto de saída de Sêneca do poder: inimigos divulgavam informações sobre ele, Nero estava sob outro comando – o de aristocratas inimigos de Sêneca – e Burro, seu parceiro, havia morrido. No trecho seguinte, Tácito explica que Sêneca soube das acusações e pediu a concessão de sua saída do poder. Depois de sua retirada, tornou-se mais introspectivo e recolheu-se em sua casa para estudos, segundo o historiador.

¹⁴ Tac. *Ann.* XIV, LII: *hi variis criminationibus Senecam adoriuntur, tamquam ingentes et privatum modum eVectas opes adhuc augetet, quodque studia civium in se verteret, hortorum quoque amoenitate et villarum magnificentia quasi principem supergrederetur. obiciebant etiam eloquentiae laudem uni sibi adsciscere et carmina crebrius factitare, postquam Neroni amor eorum venisset. nam oblectamentis principis palam iniquum detrectare vim eius equos regentis, inludere vocem, quotiens caneret. quem ad finem nihil in re publica clarum fore, quod non ab illo reperiri credatur?*

O que para Dion Cassio foi um fato – que Sêneca tenha participado, realmente, da Conjuração de Pisão –, para Tácito foi uma especulação. Sêneca foi acusado, por um tal Romano, de participar de um plano de assassinato de Nero (*Ann.*, XIV, LXV).

Conta-se, em seguida, que Nero deu a Sêneca a sentença de morte. Na suspeita de que Sêneca havia almejado atentar contra a vida do imperador, Nero resolveu eliminá-lo. Primeiro, um centurião lhe informou da sentença e a ordem era que Sêneca fosse morto com um golpe de ferro, e não com veneno, conta Tácito (*Ann.*XV, LX). A referência do ferro explica-se porque, em um episódio anterior, provavelmente Nero tentou matar o preceptor envenenado (*Ann.*XV, XLV). Nos trechos seguintes, Tácito explica que, primeiramente, Sêneca e a esposa foram atingidos por um ferro nos braços; posteriormente, ele tomou veneno e, por último, entrou em uma banheira com água quente (*Ann.*XV, LXIII-LXIV).

Ainda em Tácito, lemos uma possível declaração de Sêneca sobre Nero, no momento em que recebeu sua sentença de morte. Sêneca teria dito aos amigos que a crueldade de Nero não o surpreendia, pois o imperador matou a mãe e o irmão. O assassinato de seu mestre seria somente mais um de seus crimes (*Ann.*, XV, LXII).

Parece-nos que, no relato de Tácito, Sêneca foi acusado injustamente, e isso corrobora a ideia de que Nero tornou-se um tirano cruel. O assassinato de seu educador pesou na lista de seus assassinatos. Tácito não defende a participação de Sêneca na Conjuração de Pisão, mas revela que sua tentativa de saída do poder foi motivada pelo comportamento desmedido do príncipe.¹⁵ A vida de Sêneca foi diretamente dependente das deliberações de Nero, segundo a narrativa de Tácito.

A morte de Sêneca fez cumprir o ciclo de crueldades de Nero como as fontes nos mostram. Grimal admite, por exemplo, que “de trás de Pisão, é a silhueta de Sêneca que percebemos” (GRIMAL, 1978, p. 238), e também pensa que a morte do filósofo marcou a história do Império Romano porque, a partir dela, tem-se como um “certificado” de crueldade de Nero.

A morte de Sêneca foi um evento muito importante para a história de Roma; ela rompe as últimas ligações de Nero com o seu passado; a partir daqueles dias de abril de 65, o regime torna-se completamente uma tirania e o príncipe, mais isolado do que nunca, se perde em seus sonhos (GRIMAL, 1978, p. 240).

¹⁵ Em *Ann.* XV, XLV, Tácito revela que Sêneca gostaria de sair do poder para não fazer parte dos sacrilégios do príncipe.

Sêneca teve a tal ponto sua história de vida “determinada” pelas ações de Nero que sua morte culmina uma mudança definitiva no Império Romano, segundo alguns autores, como se um “bom Nero” fosse enterrado com Sêneca. A acentuada importância dada à influência do filósofo parece produzir esse tipo de reflexão. Grimal cita, ainda, que Nero temeu o afastamento de Sêneca antes de sua morte. “Nero vivia, aparentemente, com medo. Com o afastamento de Sêneca a possibilidade de acontecer conjurações era certa” (GRIMAL, 1978, p. 226). Segundo a visão de Grimal, o Império somente teria segurança e estaria livre de desavenças se Sêneca se mantivesse no poder ao lado de Nero.

Primeiro, Sêneca perdeu influência; depois, foi Nero quem temeu mais. Temos a impressão de que tais julgamentos a respeito da relação dos dois foi baseada na realização ou não do projeto político de *De Clementia*. Talvez esse texto tenha sido o mais importante do principado de Nero e tornou-se um parâmetro para a historiografia antiga e moderna sobre seu império. As diretrizes indicadas por Sêneca para a realização de um bom governo, na fonte, são relacionadas ao comportamento ético do governante. Certamente, Nero não seguiu tais preceitos e não se tornou o rei-filósofo e clemente indicado no texto de Sêneca. Temos, por outro lado, a percepção de que, ainda que Sêneca discorresse sobre o rei-filósofo, o mais sábio de todos os governantes, ele também nos levou a crer que o modelo de sábio inserido naquele do bom governante é impossível de alcançar.

Sêneca não parecia acreditar que o homem pudesse ser bom – mesmo tendo passado sua vida inteira dissertando sobre preceitos para que isso pudesse se realizar. Portanto, é possível que o modelo de bom governante talvez não fosse completamente realizável na ótica de Sêneca, e a ideia de clemência desenvolvida em seu texto fizesse parte da construção de uma imagem de Nero. Da aristocracia, os grupos que a compunham, seus vícios e suas ambições até o comportamento ético do governante eram motivos para que um tipo de “governo ideal” não se realizasse. Na carta 42, ele diz:

Um homem de bem não é coisa que surja e se reconheça por tal assim tão depressa! E sabes o que eu entendo aqui por “homem de bem”? Apenas o de segunda categoria, porque o de primeira é como a fênix, que só aparece um em quinhentos anos. Não é de espantar que as coisas de facto grandes, surjam com tão grandes intervalos...¹⁶

¹⁶ Sen. Ep. 42,1: *Atqui uir bonus tam cito nec fieri potest nec intellegi. Scis quem nunc uirum bonum dicam? Huius secundae notae. Nam ille alter fortasse tamquam Phoenix semel anno quingentesimo nascitur. Nec est mirum ex interuallo magna generi.*

Temos, assim, nas cartas, a expressão de Sêneca sobre a incredulidade da existência de um homem de bem. Na mesma carta, nas linhas seguintes, ele assegura que alguns homens só não se tornam cruéis pela invisibilidade e insignificância de suas vidas. Qualquer homem com um pouco de poder e visibilidade fará seus vícios virem à tona.

A partir disso, intuímos que, embora na obra direcionada a Nero ele o considere bom e incomparável aos imperadores precedentes por causa de sua boa conduta, a ideia de que Sêneca acreditou que Nero pudesse realmente ser um imperador clemente e bondoso é, no mínimo, duvidosa. Sêneca explicitou, em suas últimas obras, que o poder torna o homem aquilo que ele realmente é: perverso. “A muitos, para que a crueldade, a ambição, a luxúria atinja o nível dos piores, apenas falta o favor da fortuna. Verá que outra coisa eles não desejam se lhes deres o poder de fazer quanto querem”.¹⁷

A ideia de que Nero contrariou a vontade da ala estoica e assim perdeu seu apoio porque se tornou cruel é firmada, possivelmente, na ação de Nero ao não seguir as diretrizes de *De Clementia*. Essa obra tornou-se, assim, em alguns estudos sobre o Principado de Nero, algo que direcionasse Nero para o bom caminho. O “partido da virtude” foi desagradado. De acordo com Grimal,

[...] o “partido de Sêneca” renunciou à sustentação da política “solar” de Nero, ele passou assim à oposição. Nos anos anteriores, Sêneca e seu grupo apoiavam a teologia do poder formulada no *De Clementia* (GRIMAL, 1978, p. 202).

O ano de 62 marcou a desistência política dos aliados de Nero. A situação que, aparentemente, segundo fontes como Tácito, estava sob o controle, especialmente, de Burro e Sêneca, tornou-se degradante, e Nero apoiou-se em outras figuras menos confiantes. Cremos, no entanto, que, com as diretrizes traçadas, Sêneca tinha a intenção de compor uma boa imagem de Nero diante do povo romano. Como pondera Fav ersani,

O certo, no entanto, é que o que nos chegou dessa obra é um receituário acerca de como Nero deveria ser na opinião de Sêneca. Nela, o filósofo estóico apresentou o seu *optimus princeps*. Apresentou ali, portanto, a contraface de maus imperadores como Cláudio e Calígula. Apresenta-nos Nero, tal como desejava que ele fosse nos seus primeiros anos de governo (FAVERSANI, 2007, p. 143).

¹⁷ Sen. Ep. 42,4: *Multorum crudelitas et ambitio et luxuria, ut paria pessimis audeat, fortunae fauore deficitur. Eadem uell si subaudis cognosces: da posse quantum uolunt.*

A intenção de Sêneca era traçar como um bom imperador deveria ser e se comportar no exercício do poder e as fontes historiográficas estudadas afirmam que Nero tenha “cumprido” isso em algum momento e depois desvirtuou-se. Em Sêneca, nas obras seguintes, não encontramos indícios de que Nero havia cumprido os preceitos de *De Clementia*. Eventualmente criou-se uma imagem de Nero resultante do não cumprimento do que Sêneca havia escrito. Schotter é um autor que propaga essa imagem:

Foi ainda uma falta de espírito crítico que levou Nero a tornar-se uma espécie de caricatura do papel imperial que Sêneca se esforçara por lhe transmitir. Assim, a *clementia* transformara-se, de uma virtude cujo propósito era fornecer uma base aceitável para se relacionar com os seus súditos, para um atributo de um monarca tirânico (SCHOTTER, 2005, p. 106).

O impasse na interpretação de *De Clementia* produz, ainda hoje, tal imagem de Nero. Para alguns historiadores da Antiguidade, como Tácito, Sêneca almejava, em seu texto, que Nero pudesse ser clemente e governar junto do Senado. Para Favertani, a ideia de centralização do poder presente na fonte escrita para Nero não parece ser admitida por Tácito como ideia do próprio Sêneca. A imagem de imperador cruel contrapõe-se, em Tácito, à imagem de bom filósofo estoico de Sêneca. Para Schotter, “que as proclamações de Nero mostram sinais de megalomania dificilmente se põe em causa, mas estaria ele a tentar estabelecer-se a si mesmo como deus na terra?” (SCHOTTER, 2005, p. 98).

Por causa do comportamento de Nero denunciado em algumas fontes, chegou-nos sua imagem de louco e desequilibrado. Para Winterling, certos imperadores romanos ganharam o título de loucura por conta de seus comportamentos frente aos grupos aristocráticos em seus reinados. O que, para Schotter, seriam sinais de “megalomania”, para Winterling parecem ser resultado das relações sociais dentro do Principado. Além disso, muitas informações emitidas pela historiografia antiga não encontram ainda hoje legitimidade. Segundo Winterling:

Calígula, Nero e Domiciano não eram “loucos” no sentido contemporâneo. Seu comportamento não se ligava a uma noção de realidade limitada apenas a si próprios. Pelo contrário, concernia a um tema central de suas épocas, os paradoxos de uma monarquia recém-estabelecida em uma sociedade politicamente integrada e o ódio a eles votado, que foi sua consequência imediata (WINTERLING, 2012, p. 23).

Desse modo, se alguns historiadores da Antiguidade forneceram informações muitas vezes baseadas em ações imperiais as quais afetaram membros da aristocracia da época, historiadores de nossos tempos tendem à “psicologização” dos mesmos comportamentos. Se a

representação de Nero, nos historiadores antigos já citados, tendeu a demonizá-lo e, algumas vezes, criaram uma “boa imagem” de Sêneca, o contexto após a sua morte pode indicar que havia outra imagem de Nero concomitante à primeira.

Para Champlin,

A percepção corrente sobre Nero não é a única percepção, nem mesmo necessariamente a percepção certa, como o conflito de opiniões de 68 e 69 parece sugerir. Monstro ou não, Nero teve uma sobrevida que foi única na antiguidade (CHAMPLIN, 2003, p. 10).

A referência à vida *post mortem* de Nero diz respeito ao aparecimento de três Falsos Neros após a morte do imperador. Para Champlin, tais aparições revelam que o imperador, naquele momento, ainda presente na memória coletiva foi, no mínimo, uma figura aclamada.

Nero foi declarado inimigo público em seus últimos dias, mas nenhuma dessas punições foram aplicadas a ele; com efeito, o funeral havia sido esplêndido e normal, suas estátuas reapareceram no Fórum e seus decretos imperiais não foram abolidos pelo senado ou seus sucessores. Seu nome pode ter sido apagado dos monumentos, como o foi por vezes, mas, assim como a destruição de suas estátuas nos turbulentos dias depois de sua morte, tais atos eram irrupções de fervor privado, não respostas aos mandatos públicos. A memória de Nero não foi condenada, e o quão abertamente ou secretamente isso foi celebrado foi mais um aferidor do estado da opinião pública e da política imperial (CHAMPLIN, 2003, p. 29).

O argumento de Champlin dá-nos indícios de que houve um esforço, por parte das fontes historiográficas conhecidas, de compor, para a posteridade, uma cena imperial de crueldade e intemperança à época de certos imperadores. A memória de Nero, bem como a de outros imperadores, foi condenada pela tradição literária, mas sua figura foi lembrada ao longo dos anos em outros espaços. Se, para alguns cristãos, posteriormente, Nero foi a encarnação do anticristo, no século IV, sua face apareceu nos *contorniates*. Champlin explica:

Essa preocupação apareceu ainda depois. Centenas de medalhões conhecidos como *contorniates* sobreviveram do final do quarto e início do quinto séculos. Para o quê eles eram usados não se sabe, talvez como lembranças para celebrar o ano novo ou os jogos públicos. Seus aversos trazem retratos de grandes romanos do passado: imperadores e filósofos, por motivos que ainda nos são desconhecidos. Uma vez que todos os homens representados eram pagãos, tem-se argumentado que eles serviam para transmitir uma propaganda anti-cristã em meio às tensões entre paganismo e cristianismo no século quarto tardio, embora isso pareça improvável. De qualquer modo, Nero foi uma das três figuras mais populares nesses medalhões, e entre cerca de 395 e 410 ele foi o mais popular de todos (CHAMPLIN, 2003, p. 31).

Percebemos, assim, que a imagem do imperador Nero foi relacionada e veiculada por grupos sociais distintos em tempos igualmente diversos. Muitas vezes ela foi sustentada por informações difundidas nos livros de Tácito, Suetônio e Dion Cassio; por outro lado, parece-nos ter havido uma outra formação da imagem do imperador.

A ideia de que Sêneca compôs uma imagem de Nero – de como realmente ele teria sido –, em *De Clementia* e, posteriormente, Nero não continuou a cumpri-la ou Sêneca se decepcionou com as ações do imperador, parece-nos difícil de ser comprovada. Buscamos encarar o texto *De Clementia* não como uma fonte que expõe como Nero era realmente, mas, antes, como uma tentativa de promoção de seu reinado.

Sêneca, como um homem de grande importância na esfera política, marcou o governo de Nero: sua vida foi associada à vida do imperador com grande relevância. Como preceptor do imperador, sem dúvida influenciou o quadro político romano, embora não o tenha determinado completamente. Para Griffin, “Sêneca levou seu papel de propagandista imperial mais longe do que qualquer um antes dele ao escrever os principais discursos políticos de Nero” (GRIFFIN, 2001, p. 76). A produção dos discursos e a educação de Nero foram funções importantes exercidas pelo filósofo e talvez por tal razão sua imagem tenha ficado reduzida, algumas vezes, a esses dois papéis.

A imagem de Nero também esteve associada e determinada por aquela de seu preceptor. O que veríamos sobre os dois se conseguíssemos, por um momento, desvencilhar as duas imagens? Seria possível retratar outros elementos e fatos da vida de Sêneca? Acreditamos, assim como Champlin mostrou, que se tornou necessário desmistificar a imagem de Nero que chegou até nós. Se pudermos desmistificar a imagem de Nero como um dos piores imperadores de Roma, poderemos, também, repensar sua relação com Sêneca e imaginar um outro lugar para o filósofo estoico em seu reinado que não seja o de “preceptor decepcionado” ou o de “verdadeiro governante de Roma”.

A relação de Nero e Sêneca anuncia um capítulo da história do Império Romano localizado na primeira dinastia, a júlio-claudiana, tendo sido Nero o quinto imperador da família imperial. Tal relação demonstra ainda uma condição peculiar: a de um filósofo que escreve para um imperador e que o educa segundo as diretrizes estoicas. Para entendermos ainda o vínculo entre um imperador e um intelectual, na Roma Antiga, tornou-se necessário termos contato com fontes antigas que nos informassem sobre os limites e os desafios dessa relação.

O próprio Sêneca, nesse caso, torna-se também uma fonte de informação para o entendimento do que foi o Império Romano vivido por ele, uma fonte particular, de um

ângulo muito próximo do poder imperial. Nosso interesse, nesta dissertação, é empreender um estudo do Império que Sêneca percebeu e idealizou, bem como compreender o limite desse Império com a República. Não se trata, pois, do capítulo da história de Roma atribuído historiograficamente à transição da República para o Império – este seria o governo de Augusto, e não de Nero, porém é um capítulo escrito a partir das interações entre imperador e aristocracia política/aristocracia intelectual –, interações que produziram conflitos sociais que marcaram a percepção de República e Império na Roma Antiga.

Assim, no próximo capítulo iniciaremos a análise das fontes selecionadas para pensar a ruptura entre a República e o Império em Sêneca.

2 REPÚBLICA E IMPÉRIO

Primeiro, Roma teve um sistema monárquico, depois, um sistema republicano e, por último, teve um sistema imperial: essa afirmação é um lugar-comum historiográfico. Monarquia, República e Império são os principais marcos cronológicos construídos pelos historiadores sobre a história da Roma Antiga. É uma saída convencional que não mensura, nem poderia, toda a complexidade da realidade política romana.

O conjunto de possibilidades da divisão cronológica da história de Roma, está claro, não é resolvido com tais marcos históricos – vide, por exemplo, a própria dificuldade em delimitar quando “começou o Império”, se seria em 31 ou 27 a.C. O Império não é justificado tão somente pela existência de um imperador. Na República, os chefes militares eram chamados *imperatores* – ainda que com poderes distintos daqueles recebidos por imperadores posteriores, especialmente a partir de Augusto. Outro argumento que justificaria a separação dos dois regimes seria a acumulação de poderes de Augusto, o “primeiro imperador”. No entanto, outros agentes políticos, tão importantes quanto ele, também acumularam poderes, como César e Pompeu.

Este capítulo busca revisar, a partir de uma bibliografia selecionada, o problema da ruptura entre a República e o Império na história romana. Uma afirmação historiográfica vigente, hoje, a de que Augusto inaugurou um sistema completamente novo e fez padecer a República romana, não nos parece convincente. Uma ruptura definitiva e irreconciliável não é percebida nas fontes da época. Tentaremos entender como o escritor romano Sêneca apreendeu essa separação entre os dois sistemas políticos que justificaria a divisão cronológica vigente. Se ele os opõe, se os congrega ou se, por acaso, não percebe como dois momentos históricos distintos.

É certo que Império e República, como conhecemos hoje, são termos distintos de *imperium* e *res publica* em alguns significados. Os significados modernos não correspondem, em diversos momentos históricos, à realidade vivida nas diferentes culturas. Os sinônimos nunca foram perfeitos – ainda que pensemos estar totalmente ligados às raízes romanas em diferentes níveis.

Grosso modo, Império e República são sistemas políticos totalmente opostos em nossos dias. Eles não compõem a mesma esfera política. Impérios modernos contam com um rei, enquanto Repúblicas modernas, frequentemente, com um presidente – dentre outras grandes diferenças que não iremos aqui elencar. No mundo romano, primeiramente, *imperium* foi um poder. No dicionário de Ernesto Faria encontramos definições como poder soberano,

supremo, autoridade, ordem, magistratura, comando militar. No dicionário de Meillet e Ernout, tem-se a seguinte definição:

Imperium significa o poder soberano (por exemplo do pai das famílias sobre as crianças, do mestre sobre seus escravos), *imperare* quer dizer “comandar como mestre”. A partir daí, 1. político, o sentido de *imperium* “comando”, poder soberano de tomar todas as medidas de utilidade pública, mesmo fora da lei (ERNOUT; MEILLET, 1951, p. 554).

No mesmo dicionário, encontramos a formação do verbo *impero*. “*Impero* é composto de *in+paro* e significa ‘tomar medida, fazer os preparativos para que uma coisa se faça’, ‘forçar a produzir’” (ERNOUT; MEILLET, 1951, p. 554). No dicionário *The Oxford Companion to Classical Literature*, lemos uma definição mais prática desse poder. Lá está assim:

Imperium, na constituição romana, o ‘poder de comandar’, possuído por um ditador, cônsul, pretor e *magister equitum*; os magistrados que, de fato, podem comandar um exército. Era em teoria irrestrita fora do *pomoerium* ou do limite consagrado da cidade de Roma, mas restrito de várias maneiras dentro dele. Um magistrado possuindo *imperium proconsular* abria mão dele ao entrar na cidade. Assim, gerais aguardando triunfos eram obrigados a permanecer fora de Roma e, por isso, as reuniões do Senado às vezes eram realizadas do lado de fora dos muros (ERNOUT; MEILLET, 1951, p. 554).

Esse “poder de comando” era delegado a um magistrado. Alguns magistrados eram *sine imperio* e outros *cum imperio*. Tais magistrados eram chefes militares. O *imperium* era um poder supremo, importante e concedido. Se *imperium* foi um poder concedido a magistrados como cônsules e pretores, podemos concluir que tal poder não seria um diferencial do momento histórico chamado Império. Tal poder faria parte da constituição política romana e independeria do sistema político vigente. Um exemplo pertinente está em Salústio. Dissertando sobre qual seria a função da alma e do corpo, um feito para mandar e outro para obedecer, ele diz: “Desde o começo, os reis – foi esse o primeiro nome que o poder teve no mundo – de acordo com sua índole, uns exercitaram a inteligência, outros, o corpo”.¹⁸ *Rex* está ligado a *imperium* na sentença: nos tempos remotos, da monarquia, *imperium* era um poder dos reis, assimilado a eles, aos olhos de Salústio.

Henrique Modanez de Sant’Anna explica que, na época da Monarquia, após a morte de um rei, determinados protocolos eram seguidos. Os patres escolhiam um *inter rex* –

¹⁸ Sal. Cat. II, 1: *Igitur initio reges – nam in terris nomen imperi id primum fuit – divorsi pars ingenium, alii corpus exercebant*

responsável por comandar Roma por cinco dias –, o qual escolheria outro e assim sucessivamente até que um fosse aclamado definitivamente.

O último *inter rex* apresentava a escolha à *comitia curiata* ou assembleia das centúrias, que deveria confirmá-lo. Sua aclamação pelo povo (*populus*) conferia-lhe o direito de recrutar e comandar exércitos, um privilégio conhecido entre os romanos como *imperium* (SANT’ANNA, 2015, p. 26).

Assim era concedido o *imperium* na Monarquia Romana: do povo para o comandante simbolicamente. A soberania do povo era um elemento político importante. Sem a aprovação simbólica do povo, não era concedida a realeza em Roma.

O *imperium* era um poder do rei, enquanto na República ele seria concedido a mais magistrados. Desse modo, entendemos que *imperium* é sinônimo de poder em todos os momentos históricos em Roma, pois ele estaria presente na realidade política da Monarquia, da República e do Império. Ele não caracterizaria somente o Império, portanto estaria longe de ser uma categoria de diferenciação entre a República e o Império.

O conceito de República, por sua vez, é ainda mais difícil apreender. Ao que nos parece, a partir do contato com as fontes, a palavra *res publica* é polissêmica, ora pode representar um significado, ora outro. No dicionário de Meillet, lemos: “*res publica* ‘propriedade do Estado, bem público’ (oposto a *private res*)” (ERNOUT, MEILLET, 1951, p. 1008). Negócio público, propriedade, bem, corpo político: tal noção antiga não é encontrada nessa forma em nossos tempos. Para Henrique Modanez Sant’Anna, República tem dois sentidos: um moderno e outro de acordo com a experiência romana.

Situada entre cerca de 500 (ou 509, se a data tradicional for considerada) e 27, data da ascensão do *princeps* Otávio Augusto, a república (lat. *res publica*) passou a significar, em termos historiográficos, uma forma de governo diferente da monarquia (sua antecessora) e do império (a forma que a sucedeu), mas não necessariamente democrática. Segundo a experiência histórica romana, o termo *res publica* definiu um sistema de governo formado no século V e IV, radicalmente diferente de uma democracia (a ateniense, p. ex.) e tendo o poder político partilhado por uma aristocracia, que o exercia por meio de leis e instituições de modo a coibir qualquer aspiração tirânica ou exercício arbitrário do poder (SANT’ANNA, 2015, p. 14).

Outra definição importante é a de Cícero. No Tratado da República, ele afirma o que seria a *res publica*, como ela deveria funcionar e quais seriam seus fundamentos filosóficos. Ele diz:

[...] *res publica*, ‘Coisa Pública’ é a *res populi* ‘Coisa do Povo’. E povo não é um qualquer ajuntamento de homens congregado de qualquer maneira, mas o ajuntamento de uma multidão associada por um consenso jurídico e por uma comunidade de interesses. E a primeira razão para se juntarem não é tanto a fraqueza quanto uma como que tendência natural dos homens para se congregarem. É que esta espécie não vive isolada e solitária.¹⁹

Res Publica seria, portanto, a união de interesses do povo. Ela existiu em função do povo, de seu interesse e de sua proteção. A *res publica* é atemporal e ahistórica ao que parece. Ponto importante da teoria ciceroniana é sobre a Monarquia como um tipo de governo da *res publica*. Ainda que a Monarquia não fosse desejada – porque ela pode trazer consigo um elemento não desejável para o governo da Coisa do Povo, a tirania –, ela seria um tipo de constituição possível e legítima. Assim, a divisão dos períodos em República e Império pode ser questionada. Se a Monarquia poderia ser um tipo de governo da *res publica* e o Império representaria, algumas vezes, um governo monárquico, como podemos sustentar uma ruptura concreta, definitiva e inflexível entre a República e o Império? Não haveria justificativa para crermos que o Império findou a República, tendo em vista tal avaliação.

Aos olhos de Cícero, as constituições nunca seriam plenas porque elas não alcançariam, por completo, o objetivo de servir à coisa do povo. Em todas elas, haveria a dificuldade de não conseguir por inteiro concretizar a participação do povo na política. A República não seria instaurada com um governo perfeito. Nem mesmo a tentativa de deixar o governo da Coisa do Povo nas mãos do próprio povo faria com que a *Res Publica* tivesse um bom funcionamento (Cic. *Rep.* I, XXVII, 43). Ela era imperfeita, mas almejada e necessária.

Podemos afirmar que, no contexto político romano, *res publica* teve dois significados interligados: o primeiro seria aquele da Coisa Pública, do interesse do povo, da forma abstrata; o segundo, por sua vez, representaria a forma prática da Coisa do Povo, qual seja, a constituição política que aparentemente asseguraria o interesse do povo: a divisão das magistraturas, assembleias, eleições etc.

Em Sêneca, percebemos outro elemento importante do caráter da *res publica*: aquele de ela não ser totalmente pública. Se Cícero nos mostra como ela não será perfeita por razão da própria imperfeição humana e de suas relações, Sêneca demonstra não crer que ela poderia ser totalmente do povo.

¹⁹ Cic. *Rep.*, I, XXV, 39: *res publica res populi, populus autem non omnis hominum coetus quoquo modo congregatus, sed coetus multitudinis iuris consensu et utilitatis communione sociatus. Eius autem prima causa coeundi est non tam inbecillitas quam naturalis quaedam hominum quasi congregatio; non est enim singulare nec soliuagum genus hoc, sed ita generatum ut ne in omnium quidem rerum affluentia...*

Em espírito, apreendemos duas repúblicas: uma, grande e verdadeiramente pública, que abarca deuses e homens, na qual não nos confinamos a este ou aquele canto, mas na qual os raios de sol marcam os limites de nossa cidade; outra, à qual nos atribui nossa condição de nascimento (essa será a dos atenienses ou dos cartagineses ou alguma outra cidade qualquer), que não se estende a todos os homens, mas a alguns determinados. Há os que, a um tempo, a uma e outra república consagram seu cuidado, à maior e à menor; outros, somente à maior. A essa maior república podemos dedicar-nos mesmo no ócio – e até não sei se melhor no ócio –, procurando o que é a virtude, se é uma ou múltipla, se é a natureza ou o estudo que faz bons os homens...²⁰

A primeira república seria a divina, onde tudo seria perfeito e público. A segunda é aquela onde prevaleceria a desigualdade natural do homem – ideia completamente aceita pelos romanos. Sendo o espaço de organização política, a república humana teria como base a cidadania, pois ela é determinada por local de nascimento, e nem todos teriam o privilégio de pertencer a ela.

Podemos afirmar que Império e República, *imperium* e *res publica*, foram termos intrincados na idade antiga. Os significados dos termos latinos dão seus sentidos antigos, que, por sua vez, não coincidem totalmente com as concepções modernas. Outro tópico complementar para pensar a problemática do binômio é a sua correspondência como cronologia. Sabemos, no entanto, que a forma de vermos a descontinuidade dos dois sistemas dizem respeito à forma como os concebemos. A título de exemplo, se defendermos que a República é um regime político no qual o poder de governar é concedido a muitos (os aristocratas) e o Império, por seu turno, seria o sistema no qual um só concentra em si mais poderes, veríamos um aspecto de ruptura. Por outro lado, se destacarmos que o Império não criou uma estrutura de organização política nova – o que é percebido na continuidade das magistraturas, do Senado, das assembleias –, poderíamos afirmar que esse seria um elemento de continuidade.

Um ponto de vista problemático e aparentemente controverso é o da afirmação de que o Império é um sistema novo e completamente distinto da República. Baseado na emergência de Augusto no poder, estabelece-se ser tal imperador um protagonista da ruptura. A ascensão de um imperador com poderes políticos seria de caráter despótico e mudaria, do dia para a

²⁰ Sen. *Dial.*, IV, 1-2: *Duas res publicas animo complectamur: alteram magnam et uere publicam, qua dii atque homines continentur, in qua non ad hunc angulum respicimus aut ad illum, sed terminos ciuitatis nostrae cum sole metimur; alteram, cui nos ascripsit condicio nascendi (haec aut Atheniensium erit aut Carthaginensium aut alterius alicuius urbis) quae non ad omnes pertineat homines, sed ad certos. Quidam eodem tempore utriusque rei publicae dant operam, maiori minorique; quidam tantum minori, quidam tantum maiori. Huic maiori rei publicae et in otio deseruire possumus, immo uero nescio an in otio melius, ut quaeramus quid sit uirtus, una pluresne sint, natura an ars bonos uiros faciat;*

noite, as realidades política e social. Um contra-argumento para tal vertente seria a própria concepção romana do *novo*. A novidade, em Roma, não era bem aceita. Juliana Bastos, no comentário tecido na revista *Mare Nostrum*, entende que:

A percepção do novo no mundo antigo é diferente da nossa: o novo diferente, o realmente novo, é sempre caótico e deve ser evitado a todo custo – o que os antigos chamam de “novo” em um sentido laudatório é sempre uma retomada e emulação do passado, mesmo que este não passe, em última instância, de uma construção da memória coletiva (BASTOS, 2013, p. 135).

O novo não surge de repente, ele é uma releitura do que passou, ou, como escreveu Bastos, do que os antigos entenderam como passado. Os romanos faziam imenso esforço em conservar antigas formas e valores. Em Salústio, compreendemos a noção citada por Juliana Bastos. Sobre a sedição promovida por Catilina, ele defende que:

Nessa mesma época, Lêntulo, seguindo ordens de Catilina, diretamente ou através de outras pessoas, estimulava, em Roma, a todos que ele pensava que por temperamento ou situação econômica, estivessem propensos a uma revolução; não só os cidadãos, mas qualquer tipo de pessoas, desde que fosse úteis à guerra.²¹

Portanto, aos olhos do historiador romano, Catilina estimulava a revolução, em latim, *novis rebus*. A revolução era a transformação da ordem estática do sistema político romano. Isso não quer dizer, de fato, que nada mudou ou que os romanos não perceberam isso. Por outro lado, poderia existir em Roma um esforço, por parte das elites, em operar transformações sem que fosse explícito o caráter de *novo* em tudo isso. O *novo* talvez não fosse completamente *novo* e, sim, uma combinação de elementos do passado e do presente.

A *res nova* romana tinha um caráter de mudança constitucional. É sabido que, se os autores romanos não apoiavam certo imperador – obviamente após sua morte, isso não significava que não apoiassem a forma constitucional romana ou que quisessem transformá-la completamente. Uma crítica a um imperador não seria direcionada pontualmente ao Principado. Dessa forma, se Augusto realizou uma mudança tão profunda no interior da organização política romana a ponto de criar algo novo, seria possível que ele fosse chamado de “revolucionário” – e isso não seria um elogio. “Há sim uma determinada consciência de

²¹ Sal. Cat., XXXIX, 6: *Isdem temporibus Romae Lentulus, sicuti Catilina praeceperat, quoscumque moribus aut fortuna novis rebus idoneos credebat aut per se aut per alios sollicitabat, neque solum civis, sed cuiusque modi genus hominum, quod modo bello usui foret.*

mudança entre os antigos, mas que se mistura dentro de um paradigma de retomada de valores e desejo de estabilidade” (BASTOS, 2013, p. 137).

Por que, então, foi construída uma barreira de separação onde se estabelecem dois sistemas políticos completamente divorciados? Quais são as bases dessa defesa? Parece, agora, que o caminho a ser empreendido para o entendimento da fronteira entre a República e o Império deverá ser aquele lançando o olhar às afirmações historiográficas sobre a ruptura entre os dois regimes.

2.1 Confronto historiográfico sobre a fronteira entre República e Império

Pensar como fronteira o confronto entre República e Império é um olhar inovador. No Brasil, recentemente, tal perspectiva foi sustentada por Fabio Favversani no artigo “Entre a República e o Império: apontamentos sobre esta fronteira”. Segundo o autor, a fronteira, nesse caso, seria de caráter temporal, e não espacial. “Propomos pensar a divisão entre República e Império não como uma ruptura, mas como uma fronteira. Sendo fronteira, há separação e ligação entre as várias ‘Repúblicas’ e ‘Impérios’ que podemos construir analiticamente” (FAVERSANI, 2013, p. 109).

A percepção da divisão como fronteira está em confronto com a forma de Ronald Syme. Para o autor de *Roman Revolution*, de 1939, a República foi um regime abandonado quando Augusto chegou ao poder. O filho adotivo de César teria causado, juntamente com aqueles que o apoiavam, uma revolução, uma *res noua*. Como revolucionário, Augusto modificou o funcionamento do jogo político bem como o papel de seus atores. Tornou-se quase um rei. Segundo Syme, Augusto foi uma figura política decisiva em meio a um cenário caótico. Ele emergiu para cessar os conflitos.

O conflito armado e o despotismo foram o fim lógico para as incruentas mas violentas usurpações de 70 e 59 a.C. Na medida em que os soldados eram o proletariado da Itália, a revolução se tornou tanto social quanto política. A solução foi simples e drástica. Para a saúde do povo romano as dinastias deviam findar. Augusto levou a cabo o expurgo e criou o Novo Estado (SYME, 1939, p. 38).

A paisagem conflituosa, marcada pelas ascensões de Pompeu e César (respectivamente, 70 e 59 a.C.), cedeu lugar a um ambiente pacificado politicamente. E Syme marca o momento do início da queda afirmando que “a ruptura entre Pompeu e César e a eclosão da guerra de 49 a.C. parecem talvez abrir o ato final da queda da República Romana”

(SYME, 1939, p. 8) Logo, não há, aparentemente, no pensamento do historiador, a afirmação de que os dois regimes poderiam coexistir e serem complementares em alguns aspectos. A República teve seu fim, e o que veio depois foi um regime monárquico.

Morta e enterrada a República, a Revolução Augustana venceu. A data decisiva para o historiador seria o ano de 23 a.C. Naquele momento, Roma deixa de ter um governo político republicano e passa a estar no poder de um só. O Império nasce.

A revolução triunfara e produzira um governo, o principado assumiu forma e definição. Se uma data exata deve ser almejada a qualquer custo naquilo que foi um processo, não uma série de atos, o estabelecimento do Império pode ser confortavelmente investigado a partir dessa data (SYME, 1939, p. 338).

Não se tratava, pois, de ações aleatórias e arbitrárias; para ele um processo revolucionário resultou na construção do Principado. Parece ter sido um processo calculado, planejado e que obteve êxito. A data de 23 a.C. refere-se ao momento em que Augusto recebeu o *imperium proconsulare maius*. De acordo com Syme, “os dois pilares de seu governo, o *imperium* proconsular e os poderes de tribuna, foram a própria revolução – o exército e o povo” (SYME, 1939, p. 337). Os dois poderes legitimaram a posição de revolucionário de Augusto, pois esses lhe conferiam caráter de chefe maior.

Desse modo, Syme parece ter cristalizado a ideia de uma ruptura de um sistema e o começo de outro. Não faltaram historiadores para reafirmar tal paradigma desde 1939. Fav ersani afirma:

O fim da República é datado pelos historiadores com a vitória de Otaviano sobre Marco Antônio em Ácio, em 31 a.C., ou pela atribuição do título de Augusto a Otaviano em 27 a.C. A partir de então, teria emergido um novo regime, erigido no território devastado, totalmente vazio da República. Na visão predominante entre os historiadores contemporâneos, há uma ruptura entre República e Império. Esta visão reforça os elementos de ruptura, marcada por mudanças nas formas de articulação e competição política da sua elite, em detrimento da continuidade, quer relativa a estas mesmas formas de articulação e competição da elite quer quando considerados outros aspectos também importantes. Essa visão que reforça os aspectos relativos à ruptura em detrimento daqueles de continuidade deriva fundamentalmente da crítica construída por Ronald Syme à visão constitucionalista de Theodor Mommsen (FAVERSANI, 2013, p. 101).

Ao almejar romper com um tipo de visão jurídica sobre a história de Roma, Syme inaugura uma era historiográfica. A afirmação e a reafirmação de rompimentos históricos, feitas pelos historiadores, é uma estratégia didática. Não apontamos uma solução para o

problema da cronologia, de forma que a ruptura entre República e Império é um recurso instrumental e convencional de análise.

Conforme Faversoni, foi colocado um ponto entre a República e o Império. Tal ponto final descontinua, não mais que de repente, todos os aspectos sociais e políticos da vida romana e implementa uma “nova ordem política”. O historiador diz sobre a vertente de Syme:

Por esta via, o que seria um ordenamento de uma série de eventos de forma arbitrária, visando a sua análise, ou seja, o que seria periodização, faz-se evento histórico, ruptura real perceptível e extensível para todas as esferas da experiência humana. Parece que os historiadores criaram com sua periodização (e a crença muito comum de que a análise que fazem é a realidade e não a sua interpretação) uma ruptura na vida das populações e territórios dominados por Roma – para todas as populações e para todos os territórios (FAVERSANI, 2013, p. 103).

O viés de Syme e seus seguidores encontra sustentação a partir de critérios convincentes, de fato, embora outros critérios poderiam ser apreendidos de outra maneira. É verdade que há razões para provar rupturas, mas não faltam outras para provar continuidades.

Um argumento usado por Syme é o da concentração de poderes. Antes, na República, cada magistrado tinha sua função determinada e não havia acúmulo em um só. Com Augusto, tem-se a concentração de mais poderes em um só governante, o que a historiografia interpreta como sistema monárquico de governo. Ele afirma sobre os poderes do imperador:

Os *princeps* da República moribunda se comportavam como dinastas, não como magistrados e servidores do Estado. Augusto controlou os consulares bem como os cônsules, desviando suas energias e seu deleite da intriga e violência para o serviço do Estado em Roma, na Itália e nas províncias. O Senado se torna uma corporação de servidores civis: magistraturas são enfraquecidas e se convertem em estágios qualificadores na hierarquia da administração (SYME, 1939, p. 387).

O Senado, principal representante da ordem política republicana, passaria a ser um coadjuvante do governo de Augusto. A figura de um *imperator* com muitos poderes é emblemática porque faz parte do critério de avaliação e comprovação da ruptura. Entretanto, em certa medida, não é uma figura tão nova assim. Lembremo-nos, novamente, dos poderes de Pompeu. Em 66 a.C., Pompeu foi indicado para substituir outro comandante na guerra contra Mitridates (rei do Ponto). Cícero fez um discurso defendendo os poderes extraordinários dados a Pompeu para empreender a guerra. Por outro lado, Hortênsio e Catulo colocam-se contra tal concessão, e Cícero destaca as guerras vencidas e a conduta moral de Pompeu.

O que diz Hortênsio então? Se é necessário tudo remeter a um só, Pompeu é digníssimo para isso, mas não é oportuno confiar todos os poderes em um só homem. Tal objeção não se sustenta, os acontecimentos refutaram-a tanto quanto as palavras.²²

Cícero, representante e defensor da República romana, advogou a favor da concessão de poderes extraordinários a um comandante fora de Roma. Pensamos, a partir disso, que *res publica* e poderes extraordinários eram formas coexistentes e não necessariamente contraditórias. Havia sempre o temor da tirania de um só, entretanto a concentração de poderes foi usada como saída política em determinadas ocasiões.

Cícero, no discurso, elenca uma série de feitos extraordinários promovidos pelo Senado e por Catulo. Segundo ele, Pompeu já havia recebido antes privilégios advindos de exceções. A novidade, temida por Catulo, não era “nova”. Para ele (Cic. *Man.* XXI, 62), a concessão a Pompeu era ação desejada pela soberania romana, e aqueles que estivessem contra estariam contra o próprio povo. Sobre tais poderes, encontramos em Syme esta opinião:

Poderes especiais não eram uma novidade, nenhum escândalo. Se a garantia de um *imperium* estendido no passado havia ameaçado a estabilidade do Estado, isso se devia às ambições deletérias de políticos que buscavam poder ilegalmente e o detinham pela glória e vantagem. Dinastas rivais arrendaram o Império e destruíram o Estado Livre (SYME, 1939, p. 316).

Syme admite que os poderes extraordinários não eram dignos de escândalos em Roma, porém se manifesta a favor da ideia de que uma elite malcomportada com muitos poderes arruinou a República. Augusto seria, nessa fronteira, o resultado de um processo revolucionário incitado por aquela elite ambiciosa. Augusto teria se sustentado, então, através de uma oligarquia. Syme afirma:

Augusto devia ser cônsul bem como procônsul, ano após ano ininterruptamente. A magistratura suprema, embora não mais pretendendo transmitir poderes ampliados, tal qual ocorreu depois do triunvirato, ainda lhe possibilitou os meios de iniciar e dirigir a política pública em Roma e de controlar através do *imperium* consular os proconsules no estrangeiro. Para tal acumulação de poderes, um paralelo próximo do passado recente pode ter sido convenientemente invocado: está muito claro que ele não foi. Os romanos como povo estavam imbuídos de uma adoração especial pela autoridade, precedente e tradição, de um despreço profundo pela mudança a menos que se possa mostrar que a mudança está em harmonia com o

²² Cic. *Man.* XVII, 52: *Quid igitur ait Hortensius? Si uni omnia tribuenda sint, dignissimum esse Pompeium, sed ad unum tamen omnia deferri non oportere. Obsoleuit iam ista oratio re multo magis quam uerbis refutata. (tradução nossa)*

costume antigo, o *mos maiorum*, que na prática representam os sentimentos dos mais velhos senadores vivos (SYME, 1939, p. 316).

Para Syme, a acumulação de poderes não era comparável às situações precedentes, e aponta que os romanos não as conceberam como comparável. Ainda que com o paradigma da tradição, da retomada dos costumes dos antigos e do sentido de estabilidade e permanência, Syme afirma que havia chegado o momento de mudança profunda na política romana. Ele assume, ao mesmo tempo, o caráter de mudança e de permanência do Principado em relação a certo substrato republicano – ainda que esse último seja apresentado como quase insignificante. “Da forma como estava, a constituição Romana serviria seu propósito suficientemente bem. Não há, enfim, nenhum paradoxo em descobrir no principado de Augusto tanto as instituições quanto a fraseologia da Roma republicana” (SYME, 1939, p. 316).

Se a constituição romana não muda, qual é, por consequência, o critério de avaliação para o rompimento da República? Parece-nos, em certa medida, que em nenhum dos seus significados a República encontra-se acabada verdadeiramente. Há, como afirmou Fav ersani, aspectos de continuidade que coabitam com os de ruptura. Aos olhos de Syme, não é um paradoxo os traços republicanos no Principado por razão da continuação da constituição republicana.

Winterling defende outra opinião. Tratando a respeito da *Lex de Imperio Vespasiani*, o autor reconhece que:

A lex de imperio Vespasiani, assim, documenta a validade e a repulsa simultâneas do ordenamento jurídico tal qual foi trazido pelas instituições da república, isso é, um paradoxo constitucional. Torna-se evidente que esse paradoxo encontrou sua continuidade nos impasses das pesquisas modernas no sentido de que toda vez ele apenas ilumina um dos lados mutuamente contraditórios: a continuação do ordenamento constitucional republicano de um lado, e sua abolição pela monarquia absolutista de outro (WINTERLING, 2009, p. 27).

Para Winterling, o Principado é um paradoxo. De acordo com Syme, porém, a existência de duas realidades políticas aparentemente contraditórias não confirmaria ainda um paradoxo. A *Lex de Imperio Vespasiani*, a qual define e legitima os poderes do imperador à época de Vespasiano, também conserva a constituição republicana. Vespasiano concentraria poderes em si, mas o faria em nome da República para defendê-la.

Ainda que Syme afirme o poder de transformação política de Augusto, o filho adotivo de César não engendrou uma transformação da constituição republicana, de sua essência. A ausência da mudança completa é vista no aspecto social. Conforme Winterling:

Por um lado, a sociologia do poder fez com que fosse necessário que os imperadores empregassem uma aristocracia; por outro, deve-se dizer que os imperadores não estavam numa posição de criar uma nova aristocracia independente das antigas instituições políticas da república. Tais instituições republicanas cuja função era reproduzir a nobreza – os cargos magistraturais e o senado – continuaram sendo efetivas durante o império, contrariamente às assembleias populares. Aboli-las teria significado abolir a nobreza e, logo, teria sido inconcebível ou – relembrando Nero – impossível. O mecanismo reprodutivo da estrutura social estratificada por meios de instituições políticas da constituição republicana, isto é, a integração política de uma sociedade estratificada, permaneceu intacto no período imperial bem como esta mesma sociedade estratificada (WINTERLING, 2009, p. 31).

Um dos pilares de sustentação do Principado é a aristocracia, ou seja, grupos dentro da aristocracia que apoiavam o *princeps*. Winterling comprova ser impossível governar, em Roma, sem grupos apoiadores – e essa realidade não era diferente na República. Ponto importante é a incapacidade do *princeps* em ser totalmente autônomo nesse sentido: não era possível agir sem apoio político. O Principado foi um momento no qual o poder imperial não controlava todos os agentes da sociedade política.

Não houve mudança social, quem dirá revolução, que tenha questionado a estrutura de uma sociedade estratificada, a preeminência da nobreza defronte aos outros. O que de fato ocorreu foi mais o monopólio dos meios físicos de poder organizados nas mãos de membros da aristocracia que os usurparam, abrindo caminho pelos arranjos legais do ordenamento político. A introdução desses meios de poder nos espaços internos da própria cidade fez com que as instituições republicanas perdessem poder, e finalmente levou ao estabelecimento da posição do imperador como um novo papel político (WINTERLING, 2009, p. 30).

A diferença, para ele, seria a mudança de localidade do poder. Continuaría uma ordem social republicana, mas com instituições menos poderosas. Winterling está em desacordo com Syme: o último enxerga uma mudança profunda na aristocracia augustana. Syme cita desde provincianos ascendendo social e politicamente, até o desaparecimento quase completo de família nobres republicanas. Não por acaso, *patronage* é um elemento importante, para ele, no entendimento da mudança social ocorrida no seio da aristocracia.

O que, para Syme, é uma revolução, para o historiador alemão é uma deformidade do sistema jurídico. O Principado é o resultado de uma articulação de um grupo dentro da

aristocracia – que nunca é uma só. Augusto tornou-se príncipe e acumulou poderes porque um grupo o manteve no poder. O Principado, por sua complexidade, talvez esteja longe de ser tão revolucionário – pois conserva estruturas e elementos consolidados – e não está totalmente fora do sistema jurídico republicano – porque não tem independência para isso.

A percepção do que seria o momento histórico chamado Império e suas distinções daquele chamado República pode variar conforme cada momento histórico de análise. Como já foi dito, influencia também em tal percepção o entendimento que se tem de República e de Império. Os critérios de mudança e permanência são flexibilizados. Nesse sentido, Eder afirma que:

Hoje isso é um motivo, claramente, de estabelecer uma linha divisória entre o antigo e o novo, entre a República e o principado ou monarquia, com Accio em 31 a.C. ou com a restauração da República em 27 a.C. Para os contemporâneos de Augusto, entretanto, essa divisão aparentemente não era tão natural. Por certo, parece que não foi até depois de sua morte (e talvez também como efeito a publicação de suas *Res Gestae*) que esses anos peculiares foram considerados um ponto de mudança decisivo (EDER, 1990, p. 72).

A divisão cronológica, apesar de ter sua função didática e analítica, torna-se digna de questionamentos quando percebemos que, para aqueles que viveram na época discutida, ela seria imperceptível. Ao escolhermos marcar como eventos históricos os dois elementos, deixamos de lado outras variáveis. É possível afirmar que a linha divisória foi percebida depois da morte de Augusto? Ela não poderia se tratar de uma construção política que atenderia a interesses diversos?

A organização da sociedade imperial seguiria sendo republicana, particularmente porque os mecanismos de hierarquização e organização social seguiam sendo os mesmos – e não havia quem pensasse em mudá-los –, e porque as estruturas de governo – magistraturas, senado, comandos militares, sacerdócios – seguiam também sem transformações consideráveis e sendo ocupados por aristocratas. Eder explica sobre quão difícil seria o entendimento da posição política de Augusto e a ideia de uma “nova era” para os antigos. De acordo com o autor,

Foi somente em retrospecto que o principado de Augusto adquiriu uma estrutura formal que se colocou em contraste com a era republicana. Claro que nenhum consenso emergiu durante algum tempo sobre o significado que Augusto teve como fundador de um novo sistema político. Para Veleio, Augusto foi um *princeps* republicano pela mesma razão que o historiador não pôde ou não quis discernir quaisquer qualidades anti-republicanas em

Tibério. Em contraste, Suetônio, embora escreva de um *novus status* da *res publica* sob Augusto, começou sua série de biografias dos Césares com Júlio. Para Plutarco também Augusto é o segundo monarca. Bem estranhamente, mesmo Tácito, que não deixa dúvidas quanto à sua atitude crítica com relação a Augusto, não faz qualquer julgamento equivocado sobre esse assunto. Seria Augusto o último de uma longa série de ditadores republicanos que oprimiram a República com suas *dominationes* desde os tempos de Cíneo, ou apareceu alguma nova condição desde Accio, por causa da concentração de toda *potentia ad unum*? (EDER, 1990, p. 74).

Parece-nos que a pretensão de afirmar uma ruptura entre os dois momentos está baseada também na ideia de uma República que funcionava muito bem. O Império teria dado fim à liberdade, instaurado um regime monárquico, retirado forças do Senado e inibido o povo romano com o despotismo. A República, diferentemente, teria sido um momento harmonioso, de liberdade, no qual a estrutura política funcionaria de acordo com os velhos costumes. Embora tais afirmações não sejam completamente falsas, elas deixam de destacar o quanto tais componentes podem variar e não estão limitados a cada sistema. Os dois conceitos, quais sejam seus significados, não são estáticos no tempo.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é compreender a linha de rompimento e/ou continuidade em determinado momento que chamamos ser o Império, localizado exatamente no Principado de Nero, na dinastia júlio-claudiana. Vamos analisar algumas passagens da obra senequiana sobre uma parte do processo de consolidação do Principado e seu diálogo com a República

2.2 República e Império em Sêneca

A transformação de um cenário político republicano para o imperial é difícil de ser mensurada. Cremos, como já foi dito, que tal transformação não ocorreu de maneira completa e rigorosa. A mudança drástica talvez não tenha sido fatalmente sentida pelos próprios romanos. Acerca disso, Fabio Favarsani afirma que:

As fontes, como todos sabem, tratam o império mais como continuidade do que como ruptura com relação à república. Aquele que seria o principal artífice desta ruptura, Augusto, apresentou sua atuação como uma reconstituição da República. E a tentativa de reconstituição de Augusto seria uma entre muitas (FAVERSANI, 2013, p. 103).

Desse modo, como fonte romana, os escritos de Sêneca não afirmam que um evento incisivo na história romana substituiu um sistema republicano por outro totalmente distinto. Augusto não é inserido em suas narrativas como um personagem de grande poder de transformação. Há, certamente, transformações políticas importantes, para o filósofo romano, porém elas não teriam influência radical e não seriam resultado da ação de um único homem no tempo.

Tratando de Catão, o Jovem, Sêneca diz sobre a República:

“Mas Catão foi vencido!” Podes inserir este episódio entre as derrotas de Catão; mas a impossibilidade de vencer a guerra, Catão encara-a com a mesma grandeza de alma com que viu ser-lhe recusada a pretura. No dia em que perdeu as eleições entreteve-se a jogar, na noite em que decidiu suicidar-se entreteve-se a ler; situou no mesmo plano a recusa para a pretura e a partida desta vida, convencido como estava de que devemos suportar todas as contingências. De resto, por que razão não havia ele de encarar com coragem e equanimidade esta transformação da república? Há alguma coisa que esteja isenta do perigo da mudança? ²³

Para Sêneca, Catão foi um exemplo de bom cidadão. A conjuntura política daquele momento não merecia tão grande alma, segundo o filósofo romano. Ao dizer que não devemos nos surpreender com o inesperado, Sêneca recorre ao exemplo da República: ela se transformou. Tratava-se de um ambiente de corrupção política e intensa briga fomentada por forças opostas, as de Pompeu e César.

Vemos, portanto, que a transformação da República – e Sêneca quer dizer com isso a entrega da Coisa Pública nas mãos de homens ambiciosos e sua corrupção moral – data de antes da morte de César. Augusto não tem relevância no trecho. A República não seria um quadro intacto para os romanos – o que torna consideravelmente difícil mensurar qual República cedeu lugar ao Império, uma vez que ela se transformou e ganha outras nuances. Eder explica:

Por causa dessa segmentação do poder em meio a várias personalidades, a constituição republicana podia ser adaptada para realidades mutáveis ao longo dos séculos e demonstrou uma imensa flexibilidade. Mesmo a identificação da *res publica* com as leis, que foi enfatizada no primeiro século a.C., essencialmente não alterou em absoluto tal flexibilidade. De fato, essa identificação fez com que fosse consideravelmente mais fácil para

²³ Sen, *Ep.*, 71, 11-12: *'Victus est tamen.' Et hoc numera inter repulsas Catonis: tam magno animo feret aliquid sibi ad victoriam quam ad praeturam obstitisse. Quo die repulsus est lusit, qua nocte periturus fuit legit; eodem loco habuit praetura et vita excidere; omnia quae acciderent ferenda esse persuaserat sibi. Quidni ille mutationem rei publicae forti et aequo pateretur animo? quid enim mutationis periculo exceptum?*

se incluir mesmo mudanças políticas substanciais na tradição republicana, contanto que elas se baseiem em modelos e conceitos legais puramente formais. A insistência orgulhosa sobre o conceito legal, visível nas *Res Gestae*, 34, quando Augusto sustenta que ele nunca possuiu mais poder (*potestas*) do que seus colegas no cargo, tem de fato, suas bases republicanas tardias, mas de qualquer maneira na retórica legalista e na ciência judicial da República; e assim isso foi compreensível e aceitável para seus contemporâneos. (EDER, 1990, p.83)

Novamente o ponto que destacamos é a mistura de continuidades com rupturas na qual o resultado é uma transformação, mas não uma morte da República. A tradição republicana convivia com as transformações – e essas não teriam sobressaído somente no tempo de Augusto. O que chamamos de *novo* estaria, para os romanos, em consonância com o *velho*. Lemos em um trecho de Cícero:

Mas a nossa época, tendo recebido o Estado como se fosse uma pintura notável, mas já evanescente, pela antiguidade, não só descurou de renová-la com as cores que tivera, mas nem sequer procurou conservar ao menos a sua aparência e como que seus derradeiros traços.²⁴

Temos uma República instável como uma pintura antiga que ganha novas formas, havendo uma insatisfação demonstrada por Cícero quanto à forma da República de sua época. Ela não estava em seu melhor modo por causa dos homens que a sustentavam. Em Sêneca, também encontramos tal desagrado quanto ao tempo de Catão.

Aqui objectarás tu: “Pois quê, então achas que M. Catão praticou com modéstia a filosofia, ele que se atreveu a votar contra a guerra civil? Que ousou entremeter-se entre os dois generais entregues à fúria das armas? Que enquanto uns invectivavam Pompeio e outros César, ousou condená-los a ambos?” Pode discutir-se se, numa ocasião daquelas, o sábio deveria ou não participar na vida política. Que objetivo visava Marco Catão? Já não estava em causa a liberdade, perdida de há muito. A questão era saber se o dono do Estado seria César ou Pompeio: que interessava a Catão essa disputa? Nenhum dos dois partidos era o seu! Escolhia-se um ditador: que lhe importava a ele qual seria o vencedor? Era possível que viesse a vencer o melhor, mas seria impossível que o pior não fosse vitorioso! Mas me estou referindo aos últimos tempos de Catão. Quanto aos anos precedentes, em que o Estado era disputado pela violência, também não próprios para aceitar a participação do sábio. Que outra coisa fez Catão senão vociferar palavras que ninguém ouvia, nesses dias em que ora era levado pelas mãos da população e, exposto aos seus escravos, era arrastado à força para fora do foro, ou conduzido do senado até ao cárcere?²⁵

²⁴ Cic. *Rep.*, V, I, 2: *Nostra uero aetas, cum rem publicam sicut picturam accepisset egregiam, sed iam euanescentem uetutate, non modo eam coloribus eisdem, quibus fuerat renouare neclexit, sed ne id quidem curauit ut formam saltem eius et extrema tamquam liniamenta seruaret.*

²⁵ Sen. *Ep.* 14, 12-13: *'Quid ergo?' inquis 'videtur tibi M. Cato modeste philosophari, qui bellum civile sententia reprimi? qui furentium principum armis medius intervenit? qui aliis Pompeium offendentibus, aliis Caesarem,*

No contexto da guerra civil, Pompeu e César não seriam líderes adequados para a República. No tempo que a precedeu, a Coisa Pública também era disputada com violência. Parece que alguns escritores romanos não consideravam a República em boa forma em nenhum momento. O problema era sustentado não por sua constituição, pelo governo em si, mas pelos homens envolvidos em sua administração. Pompeu e César eram modelos ruins que combinavam com um povo igualmente ruim – o qual não ouvia Catão, o sábio. Em outro excerto, Sêneca declara:

Toda a existência de Catão decorreu ou no meio da agitação social armada ou quando já estava em gestação a guerra civil declarada. Também de Catão se pode dizer, como de Sócrates, que se eximiu pela morte à servidão. A menos que se pense que Pompeio, César e Crasso se conluiaram para defender a liberdade!... Ninguém viu mutação alguma em Catão no meio de todas as mutações da república; em todas as circunstâncias (como pretor, depois expulso da pretura, acusador público, magistrado provincial, perante a assembleia, no exército, ao morrer) permaneceu igual a si mesmo. Finalmente, no meio da agonia da república, com César a um lado à frente de dez legiões de elite e de todas as suas tropas auxiliares estrangeiras, e Cn. Pompeio de outro lado, ele sozinho bastou para fazer frente a todos; enquanto uns tomavam o partido de César e outros o de Pompeio, Catão foi o único que abraçou o partido da república. Se quiseres, num esforço de imaginação, representar no teu espírito a situação que se viva na época, verás de um lado a plebe, a totalidade da massa empenhada na revolução, do outro lado as classes senatorial e equestre, tudo quanto de nobre e escolhido havia na cidade, e no meio, sozinhos, abandonados, Catão e a república!²⁶

A República é apresentada como uma terceira força, inferiorizada e desamparada. César, Pompeu, a plebe e os nobres não estavam envolvidos em sua causa. Cada personagem ou grupo político olhava para si, enquanto Catão zelava pela República. É uma ideia diferente

simul lacessit duos?' Potest aliquis disputare an illo tempore capessenda fuerit sapienti res publica. Quid tibi vis, arce Cato? iam non agitur de libertate: olim pessum data est. Quaeritur utrum Caesar an Pompeius possideat rem publicam: quid tibi cum ista contentione? nullae partes tuae sunt. Dominus eligitur: quid tua, uter vincat? potest melior vincere, non potest non peior esse qui vicerit. Ultimas partes attigi Catonis; sed ne priores quidem anni fuerunt qui sapientem in illam rapinam rei publicae admitterent. Quid aliud quam vociferatus est Cato et misit irritas voces, cum modo per populi levatus manus et obrutus sputis exportandus extra forum traheretur, modo e senatu in carcerem duceretur?

²⁶ Sen. Ep. 104, 29-31: *Tota illi aetas aut in armis est exacta civilibus aut togata concipiente iam <ciuitate> civile bellum. Et hunc licet dicas non minus quam Socraten <apte> in seruis se <libertate seruire per se dixisse, nisi forte Cn. Pompeium et Caesarem et Crassum putas libertatis socios fuisse. Nemo mutatum Catonem totiens mutata re publica uidit; eundem se in omni statu praestitit, in praetura, in repulsa, in accusatione, in prouincia, in contione, in exercitu, in morte. Denique in illa rei publicae trepidatione, cum illinc Caesar esset decem legionibus pugnacissimis subnixus, totis exterarum gentium praesidiis, hinc Cn. Pompeius (sat is unus aduersus omnia)? cum alii ad Caesarem inclinarent, alii ad Pompeium, solus Cato fecit aliquas et rei publicae partes. Si animo complecti uolueris illius imaginem temporis, uidebis illinc plebem et omnem erectum ad res nouas vulgum, hinc optumates et equestrem ordinem, quicquid erat in ciuitate sancti et electi, duos in medio relictos, rem publicam et Catonem.*

sobre a República: ela não seria, nesse caso, o povo. Novamente, ela não estaria em sua forma adequada. O olhar de Sêneca está mais concentrado nos homens envolvidos no jogo político do que no sistema. Em outro excerto importante de sua obra, o filósofo elenca aqueles que foram ingratos com a República, que tentaram destruí-la. A lista é longa e começa em Coriolano.

Ingrato, Coriolano, que se arrependeu mais tarde do crime; abandonou as armas, mas as abandonou no meio do parricídio. Ingrato, Catilina: não foi o suficiente para ele capturar a pátria, era necessário destruí-la.²⁷

Coriolano, Catilina, Mário e Sula teriam em comum a vontade exacerbada de poder, desejo de colocar-se acima dos interesses públicos. Fav ersani afirma:

A lista de pessoas que corresponderiam a este perfil de querer estar acima da República começa com Coriolano, que foi expulso de Roma por ser acusado de almejar a tirania e se uniu aos Volscos e levou os exércitos contra Roma. Sendo dissuadido de invadir Roma por sua mãe e sua esposa, desmobiliza os exércitos e volta para os Volscos que o mataram. Este episódio não é relatado por Sêneca, mas o conhecemos pela biografia de Coriolano que foi escrita por Plutarco. O que chama a atenção é que este episódio ocorreu em 491 a.C., quando a República tinha apenas dezoito anos! Os ingratos “seguintes” estão todos no contexto das Guerras Civis, concentrando-se no século I a.C.: Catilina, Mário e Sulla, Pompeu, César, Antônio. (FAVERSANI, 2014, p. 61).

O primeiro ingrato da lista estaria em um contexto ainda distante da “morte da República”, o que nos leva a crer que a Coisa Pública estaria em constante ameaça e insegurança, aparentemente, desde seu nascimento. Quando a lista chega em Pompeu, ele expressa com dureza:

Ingrato Cn. Pompeu, que para pagar a República de três consulados, três triunfos, tantas honras que ele teve, juntou-se com os companheiros para destruí-la, como se seu poder fosse menos odioso do que o ato que não teria sido permitido a um só, a muitos foi permitido, enquanto lhe convinha poderes extraordinários, enquanto podia escolher as províncias, ele a repartia, enquanto ele dividia a República em três senhores, não sem que fossem as duas partes de sua casa, reduziu o povo romano a não possuir nenhum benefício que não fosse pela servidão.²⁸

²⁷Sen. Ben., 5,XVI,1: *Ingratus est Coriolanus, sero et post sceleris paenitentiam pius ; posuit arma, sed in medio parricidio posuit. Ingratus Catilina : parum est illi capere patriam, nisi uerterit, (tradução nossa)*

²⁸Sen. Ben., 5,XVI,4: *Ingratus Cn. Pompeius, qui pro tribus consulatibus, pro triumphis tribus, pro tot honoribus, quo ex máxima parte immaturus inuaserat, hanc gratiam rei p. reddidit, ut in possessionem eius alios quoque induceret quae potentiae suae detracturus inuidiam, si, quod nulli licere debebat, pluribus licuisset; dum extraordinária concupiscit imperia, dum prouíncias, ut eligat, distribuit, dum ita dominis tribos rem p.*

Pompeu é um exemplo emblemático de acumulação de poderes – ainda na época da República. Se Cícero fez sua defesa, Sêneca não hesita em confirmar sua ameaça para a República. Segundo Sêneca, Pompeu desonrou e degenerou a República, usou de sua confiança para traí-la. O que seria assim o momento República e o momento Império em Sêneca a partir disso? Não seriam realidades muito distintas. Eles seriam momentos de continuação da acumulação de poderes e do perigo destes mesmos poderes. O *imperium*, poder supremo, tornou-se mais frequente. Em suma, Augusto não teria protagonismo se comparado a Coriolano, Mario, Sula, Pompeu, César, Marco Antônio.

Tal constatação nos mostra que a República não foi um ambiente pacífico e com poderes totalmente equilibrados – se a diferenciássemos completamente do Império. Ela não era mantida por uma concordância absoluta entre os romanos: cada um agiria da “melhor maneira” em nome da República e enquanto outros os apontariam como parricidas. Ela teve um ambiente de instabilidade política, acúmulo de poderes, espaço onde forças internas e externas se chocaram e os componentes das elites políticas se lançaram em embates. Portanto, o Império não é o único ambiente, por excelência, da servidão política. A submissão de certos grupos a outros era uma constante também da República: os homens da lista sujeitaram o povo aos seus caprichos, segundo Sêneca.

O Império pode ser entendido como um momento de aperfeiçoamento da República no que concerne à concentração de poder. Frigetto reitera:

De fato a ação individual de certos líderes políticos e o apoio de seus respectivos partidários, aliada a uma forte influência das formas políticas desenvolvidas nas monarquias helenísticas com as quais Roma entrou em contato direto, terminou por levar personagens que alcançaram o consulado, casos de Caio Mário, Pompeu, César, Marco Antônio e Otaviano, a concentrarem efetivos poderes de caráter pessoal e extraordinário. Um desenvolvimento paulatino que percorreu a última década do século II a.C. e todo o século I a.C. fundamentado, em grande parte, no poder de *Imperium* concedido à magistratura consular e que passou a ter uma vinculação com características personalistas e exclusivistas. Ou seja, os legionários devotavam a sua confiança em seu cônsul, atendiam a sua conclamação e, reconhecendo sua autoridade, aclamavam-no *Imperator*. (FRIGHETTO, 2016, p.149)

Tem-se a acentuação de um poder específico, o *imperium*, mas não a mudança de todo um sistema. Deste modo, uma crise política, longa e duradoura, resultou na configuração de um poder centralizado, mas não absoluto. Tal crise, para Sêneca, dependia diretamente do caráter ético e estaria longe de se resolver com o governante ideal ou com o melhor governo. Para Meier:

Minha tese é a de que essa era uma crise sem alternativa. Quer dizer, poder e interesses estavam distribuídos de tal maneira que nenhuma força poderia ser constituída que fosse suficientemente poderosa e consistentemente direcionada para a solução da crise. Havia defensores da antiga República, mas nenhum (ou de qualquer modo, muito poucos) apoiadores de uma nova ordem. Logo, não havia como ter um combate pelo futuro dentro da República. No lugar disso, mudanças (as quais, de fato, levaram à continuação e crescente seriedade da crise) para a maior parte resultou de efeitos colaterais de ações políticas e foram muitas vezes iniciada pelo próprio senado em seu esforço de defender a República. Colocando de maneira diferente, embora os romanos nesse período geralmente quisessem preservar a República, eles e em particular os senadores, como apoiadores da antiga constituição através de resultados não intencionais de suas ações, eles mesmos contribuíram para a dissolução da República. (MEIER, 1990, p.55)

Para ele, houve uma dissolução da República por razão da crise política. Para Sêneca, tal extinção dependeria daqueles que a governavam – e isso poderia variar conforme cada momento histórico. Por hora, torna-se necessário certificar que os dois momentos históricos, eleitos como marcos, possuíram certa instabilidade política em comum. O príncipe não estaria mais seguro do que os cônsules da República. Pensando o Império como espaço de atuação política do *princeps*, verificamos em Sêneca a inconstância política daquele ambiente.

Todo o património acumulado ao longo de anos e anos de esforço, sob a proteção da contínua benevolência divina, pode ser destruído e dissipado num único dia. E ao dizer “um único dia” já estamos a dar um grande prazo à aproximação do infortúnio: uma hora, um mero instante chega para derrubar um império! Seria um certo alívio para a nossa fragilidade e para a de todas as obras do homem, se tudo levasse tanto tempo a ruir como levou a edificar: só que enquanto o processo de crescimento é lento a destruição é sempre rápida! Na vida privada ou na vida pública, nada há que permaneça estável: sejam homens, sejam cidades, o destino está sempre em mudança. O perigo pode surgir na mais pacífica das situações; mesmo sem nenhuma causa exteriores de perturbação, o mal pode irromper donde menos se espera. Quantos impérios, incólumes no meio de guerras, civis ou externas, ruíram sem que ninguém os derrubasse!²⁹

²⁹ Sen. Ep.91, 6-7: *Quidquid longa series multis laboribus, multa deum indulgentia struxit, id unus dies spargit ac dissipat. Longam moram dedit malis properantibus qui diem dixit: hora momentumque temporis evertendis imperis sufficit. Esset aliquod inbecillitatis nostrae solacium rerumque nostrarum si tam tarde perirent cuncta quam fiunt: nunc incrementa lente exeunt, festinatur in damnum. Nihil privatim, nihil publice stabile est; tam hominum quam urbium fata voluntur. Inter placidissima terror existit nihilque extra tumultuantibus causis mala*

As conquistas imperiais não eram completamente asseguradas, os postos políticos não se mantinham intactos. Em outro excerto fica claro a efemeridade da posição do imperador.

Que a nossa alma, portanto, se habitue a entender e a suportar o seu destino, a saber que nada é interdito à fortuna, que esta tanto se abate sobre os impérios como sobre os imperadores, que tanto poder tem sobre as cidades como sobre os homens. E não devemos indignar-nos contra as desgraças; nós entramos num mundo que se rege precisamente por esta lei. Se a lei te agrada, obedece-lhe; se não, sai deste mundo pelo processo que quiseres! Indigna-te, sim, com alguma iniquidade que o destino te tenha feito somente a ti; mas as leis que regem o mundo constroem tanto os grandes como os humildes, e por isso deverás reconciliar-te com o destino: ele dará solução a tudo!³⁰

A lei da destruição, movida pela fortuna, estaria também acima da hierarquia social. Não somente a fortuna, o funcionamento da ordem política romana oferecia ao príncipe um poder centralizado, porém ele não seria isento de ameaças e da perda do poder. Ele ainda confirma sobre sua época:

É que hoje a loucura não se limita à vida privada, invade igualmente a vida pública. Nós punimos os assassínios, castigamos um homem que mata outro: então e as guerras, os criminosos massacres de populações, que são tomados como motivo de glória? A ganância e a crueldade não conhecem limites. Ainda assim, menos nocivas e menos monstruosas elas são quando exercidas às escondidas e por particulares: hoje, é através de decretos senatoriais e de plebiscitos que se exerce a ferocidade, é a lei que manda fazer-se a nível do Estado o que proíbe a nível particular! Um crime que, cometido às ocultas, incorreria em pena capital, suscita louvores quando praticados por militares! A espécie humana – raça branda por natureza! – não tem pejo em satisfazer-se com o sangue do próximo em iniciar guerras e deixa-las em herança às gerações seguintes, quando até as feras irracionais vivem em paz entre si.³¹

Novamente Sêneca faz afirmações sobre homens corruptos dentro do grupo aristocrático: nenhuma ordem funcionaria perfeitamente enquanto os nobres fossem

unde minime expectabantur erumpunt. Quae domesticis bellis steterant regna, quae externis, inpellente nullo ruunt: quota quaeque felicitatem civitas pertulit!

³⁰ Sen. Ep. 91, 15: *Itaque formetur animus ad intellectum patientiamque sortis suae et sciat nihil inausum esse fortunae, adversus imperia illam idem habere iuris quod adversus imperantis, adversus urbes idem posse quod adversus homines. Nihil horum indignandum est: in eum intravimus mundum in quo his legibus vivitur. Placet: pare. Non placet: quacumque vis exi. Indignare si quid in te iniqui proprie constitutum est; sed si haec summos imosque necessitas alligat, in gratiam cum fato revertere, a quo omnia resolvuntur.*

³¹ Sen. Ep. 95, 30-31: *Non priuatim solum sed publice furimus. Homicida compescimus et singulas caedes: quid bella et occisarum gentium gloriosum scelus? Non auaritia, non crudelitas modum nuit. Et ista quamdiu furtim et a singulis fiunt, minus noxia minusque monstrosa sunt: ex senatus consultis plebisque scitis saeva exercentur et publice iubentur uetata priuatim. Quae clam commissa capite luerentur, quia paludati fecere laudamus. Non pudet homines, mitissimum genus, gaudere sanguine alterno et bella gerere gerendaque liberis trader, cum inter se etiam mutis ac feris pax sit.*

desonestos e insaciáveis na busca do poder. Por conseguinte, se os precedentes políticos não eram positivos, no momento em que ele vivia não havia um cenário melhor do que o anterior. Sêneca ataca diretamente a classe senatorial: aqueles destinados a serem os melhores e governar o povo eram os piores, elevavam suas vontades e caprichos à leis absurdas. Tratando do passado, da época de Pompeu, como se Lucílio estivesse interrogando-o, ele diz sobre a brevidade das coisas dadas pela fortuna:

“Mas Cn. Pompeio perderá o seu exército, o partido aristocrático – o mais belo adorno da república romana –, o senado em armas – a primeira linha do partido pompeiano –, será posto em fuga nessa única batalha, enquanto a queda em ruínas de um tão grande império se dividirá pelo mundo inteiro: parte desmoronar-se-á no Egípto, parte em África, parte na Hispania. Para cúmulo da miséria, à república romana nem ao menos foi dado ruir de uma só vez!”³²

Primeiro, o império, como um espaço conquistado, ruirá, depois, a *res publica*, diretamente ligada a ele. O *Imperium Populi Romani* está dentro da *Res Publica*, ou seja, as conquistas e as riquezas são posses a serem conservadas porque pertencem à Coisa Pública. Pompeu fez perder todos os elementos republicanos, mas essa não é uma resposta definitiva. Parece-nos que Sêneca responsabiliza Pompeu pela perda, porém não se trata do sistema, refere-se a algo mais abstrato, aos interesses públicos. Temos uma *res publica* que pode ser dissipada, porém também um *imperium* que não se mantém sem se abalar.

Assim, em Sêneca, temos, de um lado, uma República que se transformou, mas também uma que desapareceu. Buscamos entender República como uma variável porque esteve em constante exercício de transformação por causa das ações dos homens nela envolvidos. No excerto da carta 94, sobre César e outros ingratos, ele diz:

O que moveu G. César a provocar a sua própria queda e a da república? A glória, a ambição, uma vontade extrema de superar os demais. Não podia admitir um único homem acima de si, ao passo que a república era forçada a aguentar dois! Pensas tu que G. Mário, cônsul uma só vez (pois só uma vez obteve o consulado, das outras todas usurpou-o!), ao esmagar os Teutões e os Cimbros, ao perseguir Jugurta pelos desertos da África, era movido a afrontar tantos perigos por instinto da virtude? Mário dirigia o exército, mas quem dirigia Mário era a ambição. Estes homens ao abalarem tudo e todos, eram eles próprios abalados, à maneira dos tornados que fazem girar e por isso mesmo se abatem com tanto maior força quanto carecem de qualquer força que os reprima; assim, se foram causadores da desgraça de muitos,

³² Sen. Ep. 71, 9: '*Sed Cn. Pompeius amittet exercitum, sed illud pulcherrimum rei publicae praetextum, optimates, et prima acies Pompeianarum partium, senatus ferens arma, uno proelio profligabuntur et tam magni ruina imperii in totum dissiliet orbem: aliqua pars eius in Aegypto, aliqua in Africa, aliqua in Hispania cadet. Ne hoc quidem miserae rei publicae continget, semel ruere.*'

acabaram por sentir também eles o efeito da força perniciosa com que causaram o infortúnio alheio. Não penses que alguém pode ser feliz à custa da infelicidade dos outros.³³

Não se trata de uma única queda, definitiva, irrecuperável, mas perdas pontuais do povo, prejuízos do interesse público constantemente levados a cabo por personagens políticos. A “queda” demonstrada por Sêneca seria um enfraquecimento imediato e talvez temporário da vontade do povo. Seria um momento no qual o povo romano estaria sujeito, a contragosto, à tirania de um só. Por tal razão, vemo-nos diante de uma hipótese: entendemos que não há a constatação de uma ruptura definitiva nos escritos senequianos. Um dos elementos de ligação entre a República e o Império, em Sêneca, é a presença conciliadora do *princeps*.

2.3 República, Império e *princeps*: algumas permanências

Sêneca foi um homem do Principado. Diretamente ligado ao cenário político, ele nos mostra um olhar e lugar de fala privilegiados dentre os letrados da época. Como compreender que, ao relatar sobre o passado, encontramos em seus escritos a ideia de uma República, como Coisa Pública, dilacerada e em outro momento ele afirma que ela sobrevive? A preservação da *Res Publica* depende, aos olhos de Sêneca, das figuras políticas envolvidas e de suas interações, das forças que fazem permanecer um governante e de outras que o fazem ser deposto. A *Res Publica* é um elemento atemporal que atravessa diversos momentos históricos.

Desse modo, se Sêneca trata pouco da República como um sistema, isso não significa que tal sistema não exista mais em sua época. Por sua vez, quando ele trata da Coisa Pública, pela qual os governantes e governados devem lutar para preservar, temos rompimentos momentâneos. Certamente teríamos momentos de interrupção e outros de transformação. A esse respeito, Favarsani atesta que:

Mesmo sendo adeptas da ideia de uma ruptura, as narrativas historiográficas da passagem da República ao Império apontam este processo em dois tempos: o fracasso de César e o sucesso de Augusto. Teríamos dois pontos muito próximos, quase confundidos um com o outro? Considerando o que

³³ Sen. Ep.94, 65-67: *Quid C. Caesarem in sua fata pariter ac publica inmisit? gloria et ambitio et nullus supra ceteros eminendi modus. Unum ante se ferre non potuit, cum res publica supra se duos ferret. Quid, tu C. Marium semel consulem (unum enim consulatum accepit, ceteros rapuit), cum Teutonos Cimbrosque concideret, cum Iugurtham per Africae deserta sequeretur, tot pericula putas adpetisse virtutis instinctu? Marius exercitus, Marium ambitio ducebat. Isti cum omnia concuterent, concutiebantur turbinum more, qui rapta convolvunt sed ipsi ante volvuntur et ob hoc maiore impetu incurrunt quia nullum illis sui regimen est, ideoque, cum multis fuerunt malo, pestiferam illam vim qua plerisque nocuerunt ipsi quoque sentiunt. Non est quod credas quemquam fieri aliena infelicitate felicem.*

pensa Cícero à época de seu exílio, teríamos muitos pontos, que derivariam tanto da natureza da aristocracia romana e da busca desmedida por glória quanto em razão de seus vícios, que levavam à ruína e a buscar retirar dos outros o que não lhes pertencia (FAVERSANI, 2013, p. 104).

O fracasso de César e a ascensão de Augusto são identificados como momentos que marcam o desvincular de um sistema e a adesão a outro diferente em um período de tempo curto. Em Sêneca, percebemos pontos de ruptura derivados de situações específicas, de comportamento moral inadequado ou de mau uso do poder. Em conclusão, o fim da República pode ser um artifício retórico que se localizaria em determinada disputa política na qual está inserido por vezes o próprio autor. Para ilustrar tal variação, o excerto de Sêneca diz que:

Os benefícios tornaram-se crime e o sangue daqueles não foi poupado, para os quais devemos devolver todo o sangue; a espada e veneno são a nossa resposta aos benefícios. Atacar com a mão a própria pátria, destruí-la com seus grupos é sinal de poder e de dignidade; se sentem humilhados e deprimidos se aos seus pés a República não estiver; o exército que receberam volta contra ela e o chefes supremos dizem: “Lutem contra as esposas e contra seus filhos! Altares, casas, penates destruam!” Vocês que ainda recebem o triunfo, deveriam não entrar na cidade sem a ordem do Senado, que, trazendo o seu exército vitorioso só teria audiência fora dos muros, agora, após o massacre de seus cidadãos, banhados pelo sangue de seus irmãos, levanta sua bandeira ao entrar na cidade. Entre os barulhos militares, o silêncio a liberdade e, quanto a esse povo, o vencedor e o pacificador do mundo, quando a guerra está longe, qualquer motivo de terror cessado, sitiado dentro de seus muros teme diante de seus águias!³⁴

Acima, ele desaprova uma situação em que a República teria sido subordinada aos homens. Aqueles encarregados de defendê-la e resguardá-la fizeram o contrário. O exército seria usado até mesmo contra a própria família. É o contexto da guerra civil. Aqui, temos uma *res publica* enfraquecida.

Em outro excerto, ao imaginar um quadro ideal para a política romana, tentando legitimar o lugar político de Nero por meio da clemência – justamente porque o Império não é um ambiente seguro e cada *princeps* precisava reafirmar sua posição –, ele diz:

³⁴ Sen. Ben. V, XV, 4-6: *beneficia in scelus uersa sunt, et sanguine eorum non parcitur, pro quibus sanguis fundendus est; gladio ac uenenis beneficia sequimur. Ipsi patriate manus adferre et fascibus illam suis premere potential ac dignitas est; humili se ac depresso loco putat stare, quisquis non supra rem p. stetit; accepit ab illa exercitus in ipsam conuertuntur, et inperatoria contio est: “pugnate contra coniuges, pugnate contra liberos! Aras, focos, penates armis incessite!” » Qui ne triumphatum quidem inire urbem iniussu senatus deberetis quibusque uictorem exercitum reducentibus curia extra murs praerberetur, nunc ciuibus caesis perfusi cruore cognato urbem subrectis intrate uexillis. Obmutescat inter militaria signa libertas, et ille victor pacatorque gentium populus remotis procul bellis, omni terrore compresso, intra muros obsessus aquilas suas horreat. (tradução nossa)*

Portanto, é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um homem só, quando acorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador; pois ele é o vínculo, cujo poder intervém na coesão das forças públicas. Ele é o sopro vital que arregimenta estes tantos milhares que por si mesmos nada seriam a não ser ônus e presa de guerra, se esta ideia de império lhes fosse retirada.³⁵

República e *princeps* são elementos incorporados. A República continua porque o Principado a sustenta, na ótica de Sêneca. O *princeps* torna coesa a *res publica* pois, aparentemente, cessa conflitos civis e equilibra forças. Para Gowing, “o Principado, nunca reconhecendo explicitamente ser uma ‘nova’ forma de governo, é assim visto como sendo um meio de manter mais do que substituir a República” (GOWING, 2005, p. 35).

Por certo, o governo de muitos ou com poder centralizado poderia ocasionar certa instabilidade política, porém, segundo Sêneca, o poder centralizado poderia ainda manter o Império Romano (*mens imperii*) e a *Res Publica*. É importante destacar que a República pode ter um significado diferente de sistema político, estar para além disso. “República pode ser uma forma de Estado específica ou simplesmente o ‘Estado’” (JOLY, 2013, p. 116). E o que Sêneca nos apresenta é também uma forma específica que se vincula à figura do príncipe para manter-se. Existem formas variadas aliadas à estrutura política. Hurlet confirma:

Do ponto de vista político, o principal elemento de continuidade que atravessa a história romana de 70 a.C. a 73 d.C. é a existência de uma *res publica* e a permanência desta fórmula genérica. Trata-se de conciliar a ideia de *res publica* como um bem comum e justifica a permanência do Senado e das assembleias do povo ao longo do Alto Império com a evolução dos lugares dos principais componentes do sistema político que eram o povo, o Senado e o magistrado – em particular quando o príncipe se torna o principal magistrado (HURLET, 2014, p. 10).

Na continuação, em *De Clementia*, Sêneca fala que o povo:

[...] se manterá afastado do perigo durante tanto tempo quanto souber suportar freios, que, se alguma vez se romperem ou, se por algum acidente, não se puderem sustentar os elos partidos, esta unidade e esta vasta rede do enorme império se fragmentarão em muitas partes, e esta cidade terá deixado

³⁵ Sen. Cl., I, IV, 1: *Suam itaque incolumitatem amant, cum pro uno homine denas legiones in aciem deducunt, cum in primam frontem procurunt et adversa volneribus pectora ferunt, ne imperatoris sui signa vertantur. Ille est enim vinculum, per quod res publica cohaeret, ille spiritus vitalis, quem haec tot milia trahunt nihil ipsa per se futura nisi onus et praeda, si mens illa imperii subtrahatur.*

de dominar no mesmo momento em que tiver deixado de prestar obediência.³⁶

Parece-nos que o poder centralizado torna-se, aos olhos de Sêneca, a saída para a República, portanto um símbolo de sua permanência, e não de seu rompimento. Manter o domínio do Império Romano sobre os outros povos significaria aceitar o domínio de um só internamente. Ele continua:

Eis por que príncipes e reis, ou qualquer outro nome que tenham, são os tutores da ordem pública, não é de admirar que sejam estimados muito além das relações de caráter particular; pois, se homens sensatos colocam os interesses públicos acima dos privados, sucede que a pessoa mais querida é também a que personifica o Estado. Com efeito, outrora César se investiu do poder estatal de tal modo que nenhum poderia ser suprimido sem a destruição do outro. Por conseguinte, tanto é necessário a força para um, quanto a cabeça para outro.³⁷

Enquanto na lista dos ingratos tínhamos homens os quais se colocaram acima da *res publica*, o príncipe elevaria os interesses desta acima dos seus próprios. Vejamos que o príncipe é a personificação da Coisa Pública, e não seu destruidor. Conforme Braund, ao tratar de César, no trecho acima, “a referência é para Augusto, que dedica grandes passagens de sua *Res Gestae* a enfatizar sua manutenção do sistema político da República” (BRAUND, 2009, p. 219). Desse modo, Augusto é apresentado como um personagem que encarna a *res publica*. Nem como agente de transformação, nem como novo rei: Augusto continua a ordem antes ameaçada. “Sêneca está dizendo que a estabilidade e prosperidade do Império Romano depende do imperador” (BRAUND, 2009, p. 215).

Para Eder, também de acordo com Braund, a posição de Augusto era legitimada nas estruturas republicanas e também através de sua retórica e imagética.

Além da separação da *potestas* tribuniciana do próprio cargo, cada elemento da autoridade do *princeps* e a forma do principado estão ancorados nos paralelos ou analogias republicanos. Não havia necessidade de inventar nada novo aqui. Além do mais, o *princeps* cuidadosamente evitou levantar a suspeita de que ele estava à frente de uma ditadura junto às linhas do modelo

³⁶ Sen. Cl. I, IV, 2 : *periculo aberit hic populus, quam diu sciet ferre frenos, quos si quando abruperit vel aliquo casu discussos reponi sibi passus non erit, haec unitas et hic maximi imperii contextus in partes multas dissiliet, idemque huic urbi finis dominandi erit, qui parendi fuerit.*

³⁷ Sen. Cl. I, IV, 3 : *Ideo principes regesque et quocumque alio nomine sunt tutores status publici non est mirum amari ultra privatas etiam necessitudines; nam si sanis hominibus publica privatis potiora sunt, sequitur, ut is quoque carior sit, in quem se res publica convertit. Olim enim ita se induit rei publicae Caesar, ut seduci alterum non posset sine utriusque pernicie; nam et illi viribus opus est et huic capite.*

Cesariano. A amarga guerra propagandística contra Antônio impediu-o de almejar uma monarquia do tipo helenístico. Ele rapidamente renunciou a sua preferência pelo provocativo nome honorário de Rômulo e mostrou-se pessoalmente indulgente e bondoso. Assim, ele fez com que fosse fácil para seus contemporâneos vê-lo mais como um *princeps* dentre os *principes* do que um rei dentre os súditos. Além disso, a acumulação dos *imperia* dos cônsules e procônsules e da *potestas* dos tribunos da plebe teve o efeito salutar de submeter esses poderes de magistratura, incapazes de serem voltados uns contra os outros, posto que estavam agora balanceados e unidos em uma só pessoa (EDER, 2009, p. 166).

Essa seria, portanto, a ideia sustentada por Sêneca: o Principado poderia balancear e cessar conflitos oferecendo mais poderes a um só, mas ao mesmo tempo não o tornaria o mais poderoso, totalmente seguro de sua posição. Ele afirma: “és a alma do Estado e o Estado é teu corpo, podes ver, como espero, quão necessária é a clemência; pois é a ti que poupas, quando pareces poupar a outro”³⁸. Ou seja, existe uma relação de sobrevivência entre o príncipe e a *res publica*. Ambos seriam ameaçados quando a clemência não fosse o motor do governo, ambos se destruiriam.

Ainda se direcionado a Nero, ele reflete sobre a posição do príncipe diante da *res publica*:

César, podes anunciar galhardamente que todas as coisas que vieram confiadas a tua guarda e tutela são consideradas seguras; que, por teu intermédio, nada de mau se prepara contra o Estado, nem pela violência, nem em segredo. Cobiçaste uma distinção bastante rara e que até agora não se concedeu a príncipe nenhum, a inocência. Esta singular bondade não pôs a perder tua obra, nem encontrou avaliadores ingratos ou maldosos. Adquiriste este reconhecimento: nunca um homem foi tão caro a outro homem quanto tu és ao povo romano, seu único e duradouro bem.³⁹

Nero seria o protetor da Coisa Pública. A posição do imperador asseguraria a importância dos interesses públicos, da conservação de posições sociais e do poder exercido pelos grupos aristocráticos. O príncipe estaria não a serviço de todos, como Sêneca nos faz crer, mas sem dúvida agiria segundo o interesse de alguns, quais sejam, aqueles que sustentavam sua posição política.

³⁸ Sen. Cl., I, V,1: *tu animus rei publicae tuae es, illa corpus tuum, vides, ut puto, quam necessaria sit clementia; tibi enim parcis, cum videris alteri parcere.*

³⁹ Sen. Cl. I, I, 5: *Potes hoc, Caesar, audacter praedicare: omnia, quae in fidem tutelamque tuam venerunt, tuta haberi, nihil per te neque vi neque clam adimi rei publicae. Rarissimam laudem et nulli adhuc principum concessam concupisti innocentiam. Non perdit operam nec bonitas ista tua singularis ingratos aut malignos aestimatores nancta est. Refertur tibi gratia; nemo unus homo uni homini tam carus umquam fuit, quam tu populo Romano, magnum longumque eius bonum.*

À vista disso, as duas situações políticas aparentemente opostas significariam, a primeira (República), como um governo de muitos onde alguns tentaram sobressair e ocasionaram sérios conflitos internos (ao exemplo de Catilina, Pompeu e César); a segunda (Império), como um governo ainda de muitos, entretanto com um componente que sobressairia aos demais – sustentado pelos primeiros. Ao fim e ao cabo, quem faz o governo são os homens por meio de suas interações conflituosas ou harmoniosas. A partir disso, República e Império são mais do que marcos cronológicos, eles são noções políticas determinadas a partir de conflitos sociais.

2.4 República: uma noção política construída

Vimos que, se República e Império podem ser momentos históricos distintos, eles são também realidades complementares em certos aspectos. No que concerne aos escritos de Sêneca, um seria a continuação do outro a partir da figura do príncipe, elemento de ligação, e não de desligamento. A República é um elemento atemporal e permanente cuja sobrevivência pode ser mais ou menos enfraquecida conforme os agentes políticos que se envolveriam nela. Logo, torna-se insuficiente pensar em categorias rígidas quando República e Império podem traduzir realidades móveis e complexas. Eles podem significar, também, formas de organização de poder não históricas, ou seja, que não dependem necessariamente de uma realidade específica.

Certamente, República e Império são termos polissêmicos os quais se separam e se associam. Para Fabio Favarsani, os termos são formas que ganham traços conforme cada época e sua fronteira é repensada constantemente. A fronteira, espaço de articulação de permanências e rompimentos, é estabelecida por agentes atuantes do momento. “A fronteira pode ser pensada também como tomada de posição pelos agentes sociais” (FAVERSANI, 2013, p. 148).

Existem exemplos em momentos distintos de ruptura da República romana. Como já dito por Favarsani, há pontos onde, por alguma razão específica, crê-se que a Coisa Pública estaria acabada. Observamos, primeiro, em Sêneca:

Deste modo, percorrendo com o espírito todo o revolver dos tempos, poder-se-ia dizer como M. Catão: *“Toda a espécie humana, presente ou futura, está condenada à morte; todas as cidades florescentes que tem havido, todas as metrópoles enriquecidas por conquistas imperiais – um dia ignorar-se-á até onde ficavam, pois todas desaparecerão, levadas por várias formas de destruição: umas serão arrasadas pela guerra, a outras consumi-las-á a*

*inação, a paz transformada em indolência, e essa peste funesta que se sucede à abundância da riqueza: o luxo! Todas estas planícies férteis serão submersas por uma inesperada irrupção do mar ou ruirão nas entranhas da terra por súbito aluimento do solo. Por que, então, indignar-me ou afligir-me se precedo um pouco o destino comum da República? Uma alma grande deve submeter-se à divindade e obedecer sem hesitação à lei geral do universo...*⁴⁰

As riquezas e conquistas imperiais, na fala de Catão, estariam diretamente relacionadas à queda da República. A República seria, no trecho citado, a sociedade humana. Condenando ao fim a República, assim como tudo o que os homens conquistaram e dominaram, Sêneca mostra-nos um final hipotético. Os fins perpassariam diversos momentos históricos.

Em Cícero, também vemos a mesma noção. Ele afirma: “Se me dessem ouvidos teríamos, quando não o melhor, pelo menos algum governo republicano, que agora não existe”⁴¹. Ao dirigir-se ao filho, também em *De Officiis* (Cic. *Off.*, II, XIII, 45), ele lamenta que sua glória tenha fracassado ao mesmo tempo que a República – referindo-se ao fato de o filho ter participado da guerra civil ao lado de Pompeu.

Devido à guerra civil, a República ruiu. Forças internas, de Pompeu e de César, teriam ocasionado tal conflito político. E ele continua:

Quisera que a república se mantivesse no mesmo estado em que havia começado, sem cair nas mãos de homens ávidos não tanto de mudanças quanto de destruições. Sim, pois, como costumávamos fazer quando ela existia, daríamos prioridade à execução da obra e não ao escrevê-la; em seguida registraríamos as nossas próprias ações e não o que agora registramos. Porém, como a república a que se voltavam todos os meus cuidados, preocupações e trabalho desapareceu, evidentemente cessaram também aquelas atividades literárias do foro e do Senado.⁴²

Sem a República, sobra-lhe a atividade de escrever sobre ela. Em certo momento, ela começou e manteve-se bem, porém não nos parece ser o momento em que Cícero viveu. Esse

⁴⁰ Sen. *Ep.* 71, 15-16: *Itaque ut M. Cato, cum aevum animo percucurrerit, dicet, 'omne humanum genus, quodque est quodque erit, morte damnatum est; omnes quae usquam rerum potiuntur urbes quaeque alienorum imperiorum magna sunt decora, ubi fuerint aliquando quaeretur et vario exitii genere tollentur: alias destruent bella, alias desidia paxque ad inertiam versa consumet et magnis opibus exitiosa res, luxus. Omnes hos fertiles campos repentini maris inundatio abscondet aut in subitam cavernam considentis soli lapsus abducat. Quid est ergo quare indignus aut doleam, si exiguo momento publica fata praecedo?' Magnus animus deo pareat et quidquid lex universi iubet sine cunctatione patiatur*

⁴¹ Cic. *Off.*, I, XI, 35: *In quo si mihi esset obtemperatum, si non optimam at aliquam rem publicam, quae nunc nulla est, haberemus.*

⁴² Cic. *Off.*, II, I, 3: *Atque utinam res publica stetisset quo coeperat statu nec in homines non tam commutandarum quam euertendarum rerum cupidus incidisset! Primum enim, ut stante re publica facere solebamus, in agendo plus quam in scribendo operae poneremus, deinde ipsis scriptis non ea, quae nunc, sed actiones nostras mandarem, ut saepe fecimus. Cum autem res publica, in qua omnis mea cura, cogitatio, opera poni solebat, nulla esset omnino, illae scilicet litterae conticuerunt forenses et senatoriae.*

momento de bom funcionamento, no entanto, não foi declarado por parte dos letrados romanos. Ameaças, parricidas, descontrole político, guerras civis e decadência moral são constantes nos textos latinos.

O perfeito funcionamento da República romana, também para Cícero, dependeria dos homens, os quais jamais seriam perfeitos ou deixariam de se entregar à ambição. O passado aparece sempre como melhor: o não vivido, o não presenciado. O tempo presente – de cada autor – é corrompido. A República já foi boa com bons homens, mas não seria mais, de acordo com Cícero. Fav ersani explica:

Minha posição aponta em outro sentido, mais próximo de Winterling, que busca analisar como as aristocracias contribuíram para constituir esta fronteira entre República e Principado, que é território de disputa, construída pelos agentes sociais através de sua atuação, mais do que um ponto em uma grande rede mundial que iria se integrando mais e mais. Em outras palavras, as estruturas não estão lá, mas são produzidas pelos agentes, através de sua atuação e, não menos importante, pela nossa interpretação, pela ação de quem analisa e coloca em destaque (ou deixa de lado) tal ou qual aspecto para dizer que há ali ruptura ou continuidade (FAVERSANI, 2013, p. 149).

Existe, portanto, um movimento do passado e do presente para com o passado. De fato, Cícero é um agente social que interage com a ideia de República e faz chegar até nós um tipo de fronteira. Intencionando maldizer César e defender Pompeu, ele produz um rompimento com um sentido negativo o qual tem um culpado. Não é somente um território de disputa física, mas, também, de disputa de discursos. Indubitavelmente, teremos diversos pontos de ruptura.

Salústio, por exemplo, opõe-se a Cícero. Sobre os poderes extraordinários dados a Pompeu, ele diz:

O senado, no entanto, não se opôs a que lhe fosse dada a província, pois desejava manter bem longe da república esse homem corrompido e também porque muitos aristocratas pensavam que teriam nele um aliado firme, e já então o poderio de Pompeu inspirava medo.⁴³

Pompeu seria um mal para a República, *persona non grata*. Referindo-se ao seu próprio tempo, Salústio afirma como a República não estava em boa forma:

⁴³ *Sal. Cat., XIX, 2: Neque tamen senatus provinciam invitus dederat, quippe foedum hominem a republica procul esse volebat; simul quia boni complures praesidium in eo putabant et iam tum potentia Pompei formidulosa erat.*

Mas a cada dia cresce minha revolta quando examino qual será nossa condição de vida, se nós mesmos não conquistarmos nossa liberdade. Depois que o centro das decisões da república passou para as mãos de uma oligarquia, sempre a eles, reis e tetrarcas pagamos tributos, a eles os povos e as nações pagam os impostos; todos os demais, os denodados, os bons, nobres e plebeus, temos sido a gentalha sem influência, sem poder, sujeitos àqueles que nos temeriam se a república estivesse em sua plena forma. É porque toda a influência, poder, honra e riqueza estão em suas mãos ou onde querem eles; para nós deixaram os fracassos eleitorais, os riscos, os processos, a miséria.⁴⁴

Há uma República adoecida nas mãos dos piores cidadãos. Não existiria liberdade. Concedido o poder de deliberação a poucos, os demais sofreriam as consequências do mau governo. Sem dúvida, para Salústio, não teria sido a morte de César o marco do fim da República. Ele já vivia em uma República agonizante antes desse acontecimento.

Ao relatar sobre a insurreição de Catilina, Salústio conta-nos os atos vergonhosos de seu próprio tempo: homens que lutam uns contra os outros e contra a República, o povo que jamais denunciou Catilina e a corrupção dos costumes. Ele atesta:

Mas quando o luxo e a ociosidade corromperam a cidade, a república à custa de sua grandeza sustentava os vícios de seus generais e magistrados; e, como uma mãe cuja fecundidade se exauriu, por muito tempo em Roma realmente não houve nenhum homem de grande valor.⁴⁵

Novamente, o passado foi melhor do que o presente. Os homens do tempo de Salústio adoeceram a República – a qual produzia os melhores homens. Seu tempo não contou com figuras insignes. Tácito, historiador romano do século II d.C., também nos informa sobre a forma como a República se encontrava no tempo de Augusto. Seus trechos demonstram o entendimento que se tinha sobre o governo dele e o papel dos grupos da aristocracia em tal contexto. Conforme o historiador, no início do governo de Augusto, existiam duas opiniões contrárias.

A primeira (Tac. *Ann.* I, IX), visão mais positiva sobre o governo de Augusto, dizia que ele havia cessado a guerra civil, castigado o assassinato de seu pai adotivo, César,

⁴⁴ Sal. Cat., XX, 6-8: *Ceterum mihi in dies magis animus accenditur, cum considero, quae condicio vitae futura sit, nisi nosmet ipsi vindicamus in libertatem. 7 Nam postquam res publica in paucorum potentium ius atque dicionem concessit, semper illis reges, tetrarchae vectigales esse, populi, nationes stipendia pendere; ceteri omnes, strenui, boni, nobiles atque ignobiles, vulgus fuimus, sine gratia, sine auctoritate, iis obnoxii, quibus, si res publica valeret, formidini essemus. Itaque omnis gratia, potentia, honos, divitiae apud illos sunt aut ubi illi volunt; nobis reliquere pericula, repulsas, iudicia, egestatem.*

⁴⁵ Sal. Cat. LIII, 5: *Sed postquam luxu atque desidia civitas corrupta est, rursus res publica magnitudine sua imperatorum atque magistratuum vitia sustentabat ac, sicuti effeta parentum vi, multis tempestatibus haud sane quisquam Romae virtute magnus fuit.*

aumentado o Império em conquistas e feito a República recobrar sua dignidade. Para essa opinião, segundo Tácito, a República não foi munida de um título de rei ou de um ditador, mas de um príncipe.

A opinião contrária afirmava que Augusto usurpou o consulado e usou suas armas para oprimir a República. (Tac. *Ann.* I, X) Na primeira opinião, o poder de um só salvaria a República da situação de perigo instaurada anteriormente. Cessados os conflitos internos, a paz reinaria. Na segunda, Augusto teria submetido a República à sua própria vontade.

Em Histórias, obra que retrata o período posterior ao governo de Nero, Tácito nos informa sobre o discurso de Galba para Pisão. Há, ali, um trecho interessante para nossa análise.

Se o imenso corpo do Império pudesse se erguer e se equilibrar sem um governante, digno eu seria para que a República começasse: agora há algum tempo se chegou a esse estado de necessidade que nem minha velhice possa trazer para o povo Romano algo mais do que um bom sucessor, nem tua juventude mais do que um bom príncipe.⁴⁶

Galba acusava a dinastia anterior, a júlio-claudiana, de tirania e de comprometimento da Coisa Pública. Os imperadores precedentes destruíram a *res publica* e a condenaram. Trata-se de um argumento para legitimar a própria posição e a do possível sucessor. Temos no trecho uma ideia talvez afirmada em sua época: a de que o Império Romano, como extenso espaço de conquista, impediu a sobrevivência do interesse comum. A partir da dinâmica política, a República não seria o melhor tipo de governo para um grande império.

Os trechos acima selecionados, tendo sido produzidos por autores e realidades completamente distintas – alguns na época republicana e outros já na época imperial –, podem ser pensados em conjunto por um ponto comum: a maleabilidade da República. Ela pode ser definida a partir de critérios distintos e da estrutura política, como também pode ser um elemento abstrato.

Temos diversas Repúblicas, mortas ou sobreviventes, restauradas ou não, porém ao mesmo tempo temos uma única abstrata, sem forma definida pela qual todos tentam zelar. Para Gowing, trata-se de uma memória resultante de um processo de (re)lembrar qual, ao longo de vários governos, ficaria mais enfraquecido. “Um passo crucial neste processo reside em começar a conceber a ‘República’ como uma entidade a ser lembrada, independente do

⁴⁶ Tac. Hist. XVI, 1: *Si immensum imperii corpus stare ac librari sine rectore posset, dignus eram a quo res publica inciperet: nunc eo necessitatis iam pridem uentum est ut nec mea senectus conferre plus populo Romano possit quam bonum successorem, nec tua plus iuuenta quam bonum principem.*

‘estado’ atual, ainda utilizando-se de uma linguagem que originalmente não demonstrava tal distinção” (GOWING, 2005, p. 5).

Nesse sentido, quando a República deixasse de ser uma forma de governo, ela tomaria a forma de uma memória – pela qual, por exemplo, Augusto produziu sua legitimação. Nosso ponto de afirmação é um pouco diverso: a República teve uma forma abstrata que percorreu momentos históricos independentemente de sua forma política existente ou não. Os autores citados têm em comum tal República abstrata. Wirszubski, acerca dessa questão, afirma que:

A República se tornou uma *imago sine re* bem antes do estabelecimento do principado, e muitos devem ter percebido isso como Cícero e César o fizeram. Os contemporâneos de Augusto conheceram a República como uma forma sem muita substância, e essa forma foi basicamente preservada “*Non regno. neque dictatura, sed principis nomine constitutam rem publicam*”. As magistraturas familiares foram mantidas (“*eadem magistratum vocabula*”), o Senado deliberava e aprovava resoluções, o povo depositava votos na Assembleia. Se comparado com o passado remoto, tudo isso pode ter parecido um engodo. Mas qualquer pessoa sensível sabia que a “*vetus ilia et antiqua rei publicae forma*” estava irremediavelmente perdida bem antes (WIRSZUBSKI, 1968, p. 121).

Esse seria outro aspecto de continuidade entre os dois momentos históricos: a própria ideia de República sem substância, nas palavras de Wirszubski. Inexistente em sua melhor forma, mas sempre presente. Outro ponto em comum em todas as passagens é a importância da ação dos homens e sua conduta moral. A partir da corrupção dos costumes, a República ganha pontos finais, mas que não são definitivos. Destarte, República e Império não são formas dadas, mas moldadas no tempo. São ideias produzidas em momentos de conflitos políticos e fazem parte de certa retórica de acusação dos agentes políticos – vemos, por exemplo, a acusação de despotismo/tiranía feita contra alguns envolvidos na dinâmica política.

Cada sujeito envolvido ou defensor de um partido pode apontar um fim para a República. Ela é uma noção política construída por grupos aristocráticos. Cada qual se impõe como guardião e defensor de uma República na disputa de poder. Assim, a ideia de República pode ser plural e associada ou contraposta a noções políticas como a liberdade e poder centralizado.

Visto isso, propomos pensar, no próximo capítulo, duas noções importantes que sustentariam, aparentemente, o rompimento de República com o Império em alguns trabalhos historiográficos: a liberdade e o poder centralizado. As duas noções estão interligadas e

muitas vezes legitimam a ruptura como se o Império, enquanto regime monárquico, tivesse acabado com a liberdade, noção estritamente republicana.

3 A FRONTEIRA ENTRE REPÚBLICA E IMPÉRIO: NOÇÕES POLÍTICAS

A fronteira que liga e separa a República do Império é uma construção política resultante das interações entre aristocratas e imperadores. Certas noções políticas vinculam-se a cada sistema opondo-os, como a guerra e a paz, a liberdade e a servidão, o poder absoluto e o poder de vários. As noções fazem parte de uma afirmação de uma ruptura e conceituação de cada modo de governo. Duas noções políticas comumente ressaltadas pela historiografia são o poder absoluto e a liberdade: a primeira seria o elemento de caracterização do Principado como um regime monárquico, e a segunda define-se como parâmetro do desaparecimento da República como um sistema político.

A intenção, neste capítulo, é demonstrar, por meio de algumas passagens, como a interpretação de que Sêneca afirmava que o Império Romano poderia ser governado por um poder absoluto durante o Principado pode ser repensada e a que nível a liberdade pode ser uma noção política ligada à República. Partindo de alguns trechos senequianos, conseguimos compreender como o poder centralizado – e não absoluto – tornou-se a salvaguarda da República.

A liberdade política, por sua vez, é uma constante medidora do fim da República. Diante do poder absoluto, não haveria liberdade política. O que foi possível perceber, a partir dos textos senequianos, é que, para ele, não houve liberdade e segurança nem mesmo na República. E, ainda mais, a liberdade nunca seria absoluta em nenhum regime porque os homens não estariam moralmente aptos para tal, segundo Sêneca. Pelo contrário, um poder centralizado deveria refrear uma liberdade que nunca poderia ser absoluta e, assim, tentar manter a Coisa Pública sob controle.

A ideia, para o autor romano em questão, é a de que Roma contava, naquele momento, com líderes despreparados, com um povo moralmente afetado, com costumes inadequados e com pouca inclinação ao autocontrole. Diante desse cenário, Sêneca não via outra opção para governar tal povo senão a do poder centralizado, visto que, diante de um governo da oligarquia, poderiam ser estimulados ainda mais os conflitos sociais. O problema seria maior do que qual seria o melhor governo para Roma; ele seria, antes, qual o feitio dos agentes politicamente ativos daquela sociedade. A ideia de que os homens fazem seu governo não aparece somente em Sêneca. Vejamos em Salústio:

Sob o nome da realeza tinham um governo fundado sobre a lei. Uma elite, que tinha o corpo alquebrado pelos anos, e a mente enriquecida pela sabedoria, cuidava do bem comum; chamavam-se pais essas pessoas quer em

razão da idade, quer em razão da semelhança de suas preocupações. Depois, quando o governo real, que no início teve a finalidade de preservar a liberdade e desenvolver o Estado, se transformou em arrogância e opressão, mudou-se o sistema e criou-se uma magistratura anual e dois governantes. Pensavam que desse modo a alma humana de forma alguma se tornaria insolente pelo abuso do poder.⁴⁷

Salústio trata, como primeiro governo de Roma, aquele dos sábios. Somente eles poderiam governar com discernimento e sem corrupção. O governo real, demonstrado em segundo lugar, seria a Monarquia romana. Nota-se que a Monarquia, a princípio, seria o lugar da liberdade, mas os homens corromperam-se e também corromperam a República. A República, o último modelo citado, não conteve os ânimos humanos. Os homens, bons ou ruins, fazem o governo de acordo com seu comportamento ético. Os regimes de governo encontram-se abaixo da deliberação dos homens.

Percebemos uma constante em alguns autores romanos: a ideia de que houve um passado glorioso eticamente e um presente que produziu o despotismo. Essa afirmação em nada se relaciona com a sobrevivência ou não da República, mas com o caráter dos homens políticos. O poder absoluto aparece, em alguns deles, como um resultado dos maus costumes, da perda de controle individual – que reflete na dinâmica da esfera política. Para Tácito (Ann. III, XXVI), os primeiros homens eram virtuosos e seguiam as leis, não se entregavam a paixões desordenadas. A perda da igualdade e os costumes incorretos ocasionaram o surgimento do poder absoluto.

Desse modo, o comportamento dos homens partícipes da sociedade política influiria na forma de governar. O despotismo poderia nascer no governo de um só ou de vários porque ele ganharia traços e força por causa do mau comportamento. Em Sêneca, temos menções parecidas:

Os primeiros homens, os homens da geração seguinte que, ainda incorruptos, obedeciam à natureza, tinham um só chefe e uma só lei: confiar-se às decisões do melhor, já que a lei natural é que os inferiores se submetam aos melhores. Nos bandos de animais, são os mais fortes ou mais corajosos que assumem a chefia: quem guia a manada não é o touro fraco, mas sim o que se avantajava aos outros machos na corpulência e na força; entre os elefantes, o chefe é o de maior estatura; entre os homens, a chefia competia, não ao mais forte, mas ao moralmente superior. O chefe era eleito pelas suas qualidades, e por isso os antigos povos viviam em perfeita felicidade, já que era

⁴⁷ Sal, *Cat.* VI, 6-7: *Imperium legitimum, nomen imperi regium habebant. Delecti, quibus corpus annis infirmum, ingenium sapientia validum erat, rei publicae consultabant; ei vel aetate vel curae similitudine patres appellabantur. Post ubi regium imperium, quod initio conservandae libertatis atque augendae rei publicae fuerat, in superbiam dominationemque se convortit, immutato more annua imperia binosque imperatores sibi fecere; eo modo minime posse putabant per licentiam inolescere animum humanum.*

impossível o mais poderoso não ser simultaneamente o melhor. Um homem que entende o dever como limite rigoroso ao poder, pode exercer o seu poder sem perigo para os demais. Naquela época a que soe chamar-se “a idade de ouro”, o governo estava nas mãos dos sábios: tal é a opinião de Posidônio. Os sábios impediam a violência, protegiam os mais fracos dos mais fortes, indicavam o que se devia ou não fazer, apontavam o que tinha ou não utilidade. Graças à sabedoria, providenciavam para que nada faltasse ao seu povo; graças à coragem, mantinham afastados aos perigos; por meio dos seus benefícios, distribuía bem-estar e prosperidade entre os súbditos. Para eles, governar era o exercício de um dever, e não a mera posse do poder. Ninguém tentava experimentar contra eles as suas forças, pois a eles deviam essas forças; ninguém tinha a ousadia de os injuriar, nem para tal havia motivo, pois é fácil obedecer a quem governa com a justiça; a maior ameaça que o rei podia fazer aos seus súbditos era a de retirar-se do poder.⁴⁸

Referindo-se à época mitológica da Idade de Ouro, Sêneca elabora um cenário onde as forças políticas eram equilibradas e a paz reinava sem a necessidade de leis.⁴⁹ Naquele tempo, segundo ele, governantes e governados compartilhavam um comportamento moral adequado num mundo de glória. Da boa relação política não resultariam insurreições e dissidências, pois haveria um rei justo e sábio. Com o tempo, o “reino ideal” é perdido e transforma-se em seu oposto, a tirania. “Quando a gradual irrupção dos vícios transformou a realeza em tirania, e se tornou necessário o recurso às leis, foi inicialmente aos sábios que se recorreu para as elaborar”⁵⁰

Os homens do tempo da transformação do governo dos sábios em tirania, viciosos e corruptos, não puderam gozar da total liberdade política. Dessa maneira, o poder absoluto, em sua forma de tirania, teve um espaço propício para a sua permanência diante da corrupção moral. As ideias de poder absoluto e liberdade política são consideravelmente complexas em

⁴⁸ Sen. Ep.90, 3-6: *Sed primi mortalium quique ex his geniti naturam incorrupti sequebantur eundem habebant et ducem et legem, commissi melioris arbitrio; natura est enim potioribus deteriora summittere. Mutis quidem gregibus aut maxima corpora praesunt aut vehementissima: non praecedit armenta degener taurus, sed qui magnitudine ac toris ceteros mares vicit; elephantorum gregem excelsissimus ducit: inter homines pro maximo est optimum. Animo itaque rector eligebatur, ideoque summa felicitas erat gentium in quibus non poterat potentior esse nisi melior; tuto enim quantum vult potest qui se nisi quod debet non putat posse. Illo ergo saeculo quod aureum perhibent penes sapientes fuisse regnum Posidonius iudicat. Hi continebant manus et infirmiore a validioribus tuebantur, suadebant dissuadebantque et utilia atque inutilia monstrabant; horum prudentia ne quid deesset suis providebat, fortitudo pericula arcebat, beneficentia augebat ornabatque subiectos. Officium erat imperare, non regnum. Nemo quantum posset adversus eos experiebatur per quos coeperat posse, nec erat cuiquam aut animus in iniuriam aut causa, cum bene imperanti bene pareretur, nihilque rex maius minari male parentibus posset quam ut abiret e regno.*

⁴⁹ A Idade de Ouro refere-se ao governo de Saturno. Alexandre Agnolon explica que “a Idade de Ouro é caracterizada por Hesíodo como uma Era de absoluta paz onde a velhice não nos atingia, nem a dor e a morte cruel abatiam os homens; morria-se, sim, mas como que tomados por doce sono eterno. O trabalho não existia, os homens viviam somente em festins, completamente apartados de todos os males, e a terra nutria, espontânea, lhes oferecia generosa e abundante todos os bens. (AGNOLON, 2013, p.23)

⁵⁰ Sen. Ep. 90, 6: *Sed postquam subrepentibus vitiis in tyrannidem regna conversa sunt, opus esse legibus coepit, quas et ipsas inter initia tulere sapientes.*

Sêneca porque se baseiam, também, em outras substâncias, como a natureza humana. Para ilustrar, um exemplo do tempo da República:

Enganas-te, caro Lucílio, se pensas que o luxo, o desprezo pelos bons costumes e aquilo que cada um em geral critica na sua própria época são vícios do nosso tempo: tudo isso é próprio dos homens, não das épocas. Nenhuma era esteve isenta de culpa. Se puderes avaliar o desregramento de cada época (envergonho-me de o dizer!), nunca ele foi mais patente do que no tempo de Catão.⁵¹

Na época de Sêneca e na de Catão, o desregramento foi uma constante. Assim, a corrupção moral e os maus costumes são explicados, na ótica de Sêneca, com base na natureza humana. Essa corrupção, de acordo com Sêneca, é flagrante na aristocracia romana – a qual governava no principal espaço político, o Senado. Na Carta 97, ele afirma sobre o caso de Clodio⁵²:

Achas que poderá haver costumes mais corruptos do que estes, em que a lubricidade nem sequer era refreada pela religião, nem pelos tribunais, em que durante o inquérito instaurado por *Senatusconsulto* se cometeram mais delitos do que os que faziam o objeto do inquérito? A questão era se, depois do adultério, alguém podia viver em segurança; verificou-se que em segurança ninguém podia viver sem adultério.⁵³

O Senado, detentor de poder, defensor das leis e de toda a organização política de Roma, era o ninho da corrupção. Os senadores não podiam decidir, pois todos cometiam os mesmos erros. Ainda na carta 97, sobre o tempo de César, Pompeu e Catão, ele defende que “o desregramento das cidades pode ocasionalmente diminuir pelo medo da autoridade, mas nunca espontaneamente.”⁵⁴ Portanto, a autoridade absoluta poderia controlar as inclinações ao descomedimento das elites romanas, embora não sem grandes dificuldades.

Visto isso, compreendemos que o caráter ético era um determinante da dinâmica política. O fator do comportamento dos homens era decisivo porque ele influenciaria, aos olhos de Sêneca, tanto a forma de governar como o governante. O fim da República não seria

⁵¹ Sen. Ep. 97, 1: *Erras, mi Lucili, si existimas nostri saeculi esse vitium luxuriam et negligentiam boni moris et alia quae obicit suis quisque temporibus: hominum sunt ista, non temporum. Nulla aetas vacavit a culpa; et si aestimare licentiam cuiusque saeculi incipias, pudet dicere, numquam apertius quam coram Catone peccatum est.*

⁵² Clodio vestiu-se de mulher em um ritual para seduzir Pompeia, esposa de Júlio César.

⁵³ Sen. Ep. 97, 7: *Quicquam fuisse corruptius illis moribus credis quibus libido non sacris inhiberi, non iudicis poterat, quibus in ea ipsa quaestione quae extra ordinem senatusconsulto exercebatur plus quam quaerebatur admissum est? Quaerebatur an post adulterium aliquis posset tutus esse: apparuit sine adulterio tutum esse non posse.*

⁵⁴ Sen. Ep. 97, 8: *et licentia urbium aliquando disciplina metuque, numquam sponte considet.*

justificado, para Sêneca, por consequência da ascensão de um governante que concentraria em si mais poderes e títulos. A razão disso seria, antes, os homens que, afetados pela corrupção moral, não saberiam governar e ser governados sem um poder centralizado. O Principado surge como uma saída para a Coisa Pública. Sobre esse ponto, Omena afirma:

Diante de um mundo tão corrompido, Sêneca tinha a esperança de que surgisse um rei justo, com poderes extraordinários para ordenar esses homens dispostos à tirania. A centralização política parecia-lhe, portanto, inevitável perante um povo injusto. Era o máximo que se podia esperar (OMENA, 2002, p. 89).

As noções políticas poder centralizado e liberdade alinham-se na tentativa de preservação da *Res Publica*. Assim, o Principado poderia ser uma forma de República. A fronteira entre a República e o Império pode ser demonstrada, a partir de Sêneca, com as noções supracitadas, não desconectando os dois sistemas, mas os unindo. Acreditamos que Sêneca nos apresenta uma versão da fronteira que entendemos como uma construção política, ou seja, ele é um agente da aristocracia, à época de Nero, que influenciou nessa composição.

3.1 Poder centralizado em Sêneca

“Após a batalha de Ácio, foi do interesse da paz todo o poder ter sido reunido em um só”⁵⁵. A asserção de Tácito exemplifica também a percepção de outros autores do Império: diante de um sistema político republicano sustentado por meio da corrupção, desavenças políticas e guerras civis, o poder centralizado emerge como uma possível aquietação política.

O poder absoluto aparece, em algumas fontes, com uma aceção negativa e também positiva. Novamente, sua afirmação depende da situação política de Roma e de quem a governa. Em *De Republica*, Cícero defende que, se a virtude administra a *Res Publica*, o povo estaria seguro. Essa administração poderia ser realizada por um só ou por vários. Cícero foi, sobretudo, crítico do governo de certos grupos. Ele diz:

[...] se um só pudesse realizar adequadamente, não haveria necessidade de vários! Se todos conseguissem distinguir o melhor e decidir-se por ele, ninguém procuraria cidadãos escolhidos e de primeira! A dificuldade de tomar uma deliberação transferiu o Estado de um rei para um maior número; o erro e a temeridade dos povos transferiu-o da multidão para uns poucos.⁵⁶

⁵⁵ Tac. Hist. I, 1, 2: *postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit,*

⁵⁶ Cic. Rep. I, XXXIV, 52: *qui si unus satis omnia consequi posset, nihil opus esset pluribus; si uniuersi uidere optimum et in eo consentire possent, nemo delectos principes quaereret. Difficultas ineundi consilii rem a rege ad plures, error et temeritas populorum a multitudine ad paucos transtulit.*

Portanto, o regime da horizontalização do poder não seria mais salutar, para Cícero, se os homens políticos envolvidos tivessem comportamentos reprováveis. Haveria perigo de tirania em qualquer forma, pois o ímpeto tirânico surgiria de homens políticos corrompidos os quais, por sua vez, corromperiam também toda a comunidade. Se Cícero imaginou que o poder de um só pudesse ser benéfico para a República, alguns autores do Principado defenderam-no como única saída.

Apesar de a forma do poder centralizado propiciar o surgimento de governos absolutos e tirânicos, a descentralização do poder, característica aparente da República, também não intimidou tentativas despóticas. Suetônio (Suet. *Augusto*, 28) diz que Augusto julgou ser imprudente confiar o Estado a vários homens e resolveu conservar todo o poder em si mesmo. E essa afirmação fez parte da retórica augustana para legitimação de seu poder.

Como um só reinaria em Roma depois de anos sendo governada na forma do poder descentralizado, que, ainda assim, não a isentou de tentativas de instauração da tirania? Sêneca diz:

A partir dos pequenos impérios, procuremos um modelo para os grandes. Não existe uma forma única de comandar. O príncipe comanda seus cidadãos; o pai, seus filhos, o professor, seus alunos; o tribuno ou centurião, seus soldados.⁵⁷

Um príncipe deveria governar como um pai ou como outro bom mestre. Os poderes não são os mesmos, porém compõem uma mesma lógica. Os poderes maiores são resultado dos poderes menores. Sendo assim, o poder imperial seria exercido de maneira ética se os outros pequenos poderes, especialmente os da aristocracia, fossem exercidos da mesma forma. Quem está acima é mais visto, logo influencia mais. Assim, o bom imperador geraria uma boa aristocracia. E isso seria verdade se o poder fosse absoluto.

O poder absoluto é uma noção política frequentemente associada ao Império. Ele é entendido como o componente principal da Monarquia, ou seja, o período chamado de Império seria, na verdade, monárquico por causa do poder de um só. Mas o poder do *princeps* não é sustentado juridicamente por uma magistratura, não fundamenta necessariamente uma monarquia e, por último, não é obrigatoriamente hereditário. Como a administração desse poder pode ser, então, uma das justificativas da ruptura entre dois regimes? Como podemos entendê-lo como um critério que separa a República do Império? Sabemos, no entanto, existir

⁵⁷ Sen. Cl. I, XVI, 2: *In magna imperia ex minoribus petamus exemplum. Non unum est imperandi genus: imperat princeps ciuibus suis, pater liberis, praeceptor discentibus, tribunus uel centurio militibus.*

diferentes visões da ruptura entre a República e o Império nas quais algumas destacam os elementos de distinção, outras, aqueles de continuidade e outras, ainda, que visam os dois.⁵⁸ Como a historiografia que destaca o poder absoluto como um elemento de ruptura o defende?

O poder absoluto era uma ameaça antiga na esfera política romana. Para Syme, determinadas forças políticas almejavam a tomada do poder por meio da usurpação – e, para ele, o Principado é o resultado disso: “o *princeps*, os membros de sua família e seus agregados pessoais eram o governo real. O Principado surgiu de usurpação” (SYME, 1939, p. 415). Augusto não teria sido o primeiro advindo de uma “facção”:

A ameaça de poder despótico pairava sobre Roma como uma nuvem pesada durante trinta anos desde a ditadura de Sula à de César. Era a época de Pompeu, o Grande. Tomado pelas ambições, pelas alianças e animosidades dos dinastas, monarcas líderes de facções, como são chamados, o Estado Livre pereceu em sua competição aberta. Augusto é o herdeiro de César ou de Pompeu, como queiras. Em verdade, Pompeu não era melhor – “*occultior non melior*”. E Pompeu estava na linha direta de Mário, Cíneo e Sula. Parecia tudo inevitável, como se o destino ordenasse a sucessão de tiranos militares (SYME, 1939, p. 9).

Forças contrárias almejavam o poder absoluto dando fim ao que o historiador citado chamou de “Free State”, ou seja, a emergência de um poder absoluto findaria a liberdade. A liberdade era, aos olhos de Syme, incompatível com os planos políticos de Pompeu, César, Augusto e seus antecedentes.

No começo, reis governaram em Roma, e no fim, como foi predestinado, tornou-se novamente à monarquia. Ela trouxe concórdia. Durante as Guerras Cívicas cada partido e cada líder jurou estar defendendo a causa da liberdade e da paz. Esses ideais eram incompatíveis. Quando veio a paz, era a paz do despotismo (SYME, 1939, p. 9).

Ele revela a manipulação dos líderes das guerras civis: em nome da paz e da liberdade lutavam, mas desejavam todo o poder para si. Na opinião de Syme, isso aconteceu: Roma transformou-se em Monarquia. O governo de Augusto foi, conforme ele, de maneira calculada, transformado em uma Monarquia. “Ele desejava prover para uma dinastia e encontrar uma monarquia em total e evidente sentido de ambos os termos” (SYME, 1939, p. 346) É possível afirmar que Augusto tornou-se um tipo de rei? Se sim, como a monarquia foi administrada por seus sucessores? Qual seria a “monarquia” do tempo de Sêneca?

⁵⁸ Winterling explica os três tipos de posturas historiográficas sobre isso em: WINTERLING, Aloys. “State,” “Society” and Political Integration. In: *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

Para Syme, as mudanças sobressaem às permanências. Ainda que Augusto tenha escrito, em seu *Res Gestae*, sobre seu ato de restauração da República, o historiador compreende isso como manipulação. “Augusto alegou ter restaurado a *libertas* e a República, como uma fraude necessária e salutar” (SYME, 1939, p. 516). Ciro Flamarion Cardoso também concordou com a ideia de uma “fachada institucional republicana” porque, para ele, “não seria exato afirmar que existissem decisões tomadas soberanamente, sem interferência imperial, pelos órgãos republicanos tradicionais” (CARDOSO, 1987, p. 72).

Syme mostrou-se certo de que sua regência dava-se por meio de um poder absoluto. “Que o poder de César Augusto era absoluto, nenhum contemporâneo pôde duvidar. Mas seu comando era justificado pelo mérito, ancorado no consenso e moderado pelo dever” (SYME, 1939, p. 520) O governante não possui, desse modo, todo o poder de deliberação (e nem a aristocracia), pois é sustentado através do consenso. Temos os exemplos de alguns imperadores da primeira dinastia, como Calígula e Nero, retirados do poder, um assassinado e o outro “convidado ao suicídio”. Vê-se que forças contrárias a determinados governos não se intimidaram diante de alguns imperadores, e o que Syme chama de “poder absoluto” não assegurou tais líderes. Em Roma, durante o Império, o jogo político era determinado por redes de apoio as quais abandonariam o suporte quando conveniente fosse.

O que, para Syme, parece usurpação e fraude, foi feito dentro da constitucionalidade republicana – assumimos, entretanto, que governos tiranos ontem e hoje se instauram dentro da constitucionalidade. Essa é a opinião de Vizentin:

Todos esses poderes e títulos atribuídos a Augusto, finalmente, foram adquiridos pelo mesmo de forma gradual, e por uma série de atos constitucionais sucessivos, o que lhes garantia plena legitimidade. Com o advento de seus sucessores, essas atribuições são paulatinamente renovadas, seja ainda em vida do Imperador (no caso de Tibério, que já detinha o poder tribunicio e o *imperium* proconsular quando Augusto ainda regia o Principado), seja depois da morte deste (caso de Calígula, que herdou os poderes imperiais pelo testamento de Tibério). Essa “transferência de poderes”, entretanto, não estava livre do acaso, podendo o sucessor indicado ser aceito ou não (VIZENTIN, 2005, p. 41).

Sendo assim, a não hereditariedade pode ser outro elemento comprobatório de que o imperador não tinha total poder de escolha de seu herdeiro. Haveria, pois, uma indicação seguida de aprovação. Tácito (*Ann.* XII, LXIX) demonstra isso sobre a aprovação de Nero. O filho de Agripina teria sido apresentado aos soldados por Burro. A tropa o aprovou – não sem antes procurar por Britânico no recinto, conta o historiador. O Senado confirmou a aclamação de Nero como imperador de Roma e as províncias também não se opuseram.

Percebemos, destarte, ter sido essencial a aprovação do Senado e do exército para a aclamação dos príncipes. A posição do imperador, de fato, não era completamente segura. Parece, aos olhos de Syme, que um poder imposto sem apoio transformou a vida política de Roma acabando com a liberdade. Tal poder, como de rei, era completamente assegurado, pois regia pela tirania e pela força.

Temos algumas observações quanto às suas afirmações baseando-nos na leitura de Sêneca. Ainda que o Principado fosse um governo composto por elementos aparentemente contraditórios tornando-se um paradoxo, isso não comprova que ele tenha sido uma monarquia. Vinzentin corrobora:

Não se tratava, no entanto, de uma monarquia hereditária, mesmo porque isso aproximaria o Principado da realeza e os romanos não desejariam uma associação nesse sentido, mas de uma monarquia eletiva, embora a indicação do Imperador também não tivesse força constitucional alguma. Assim, os Imperadores, desde Augusto, esforçaram-se por acumular sobre seus “candidatos” títulos, honrarias e privilégios, como o título de *imperator*, o nome de Caesar, o *imperium* proconsular, o poder tribunicio, enfatizando, dessa forma, sua escolha (VIZENTIN, 2005, p. 42).

Desse modo, julgamos pertinente a pergunta de Winterling para o diálogo com Vizentin. Ele questiona:

Se os imperadores forem de fato chefes absolutos, por que, devemos perguntar, eles buscaram legitimizar sua posição através das formas da lei republicana, uma legalização que em si mesma já contradizia sua reivindicação ao poder autocrático? (WINTERLING, 2009, p. 14).

Winterling considera que as contradições do Império refletem suas características importantes: ele não era completamente monárquico e nem republicano. Para ele, elementos de ambos adaptavam-se. Ele afirma ainda:

A posição de que a república continua está baseada em circunstâncias legais de uma monarquia criada recentemente no local político do poder. Nesse ponto de vista, eles não se contradizem. Nenhuma visão, no entanto, alega oferecer uma resposta clara a respeito do caráter do ordenamento político imperial. O ponto de vista republicano termina num impasse político, o monárquico numa rua sem saída constitucional-legal. Esse duplo impasse não pode ser resolvido assumindo que poder e lei tenham sido dois assuntos totalmente separados. O fracasso dos imperadores que tentaram desdenhar as instituições políticas mostra que posições legais eram relevantes para o poder. Por outro lado, a legitimidade da posição do imperador dentro da gama da constituição republicana tradicional era impensável sem a posição do poder de cada um daqueles que reclamaram o império. Logo, é bem sabido que a legitimidade da posição do imperador pelo senado dependia da

resolução da questão do poder através da aclamação pelo exército ou pela guarda pretoriana (WINTERLING, 2009, p. 16).

Para Winterling, o “novo sistema” seria um composto de formas antigas da constituição republicana com uma posição diferente do poder. Portanto, acreditamos, com base nos argumentos de Winterling, na conciliação e na dependência da República com o Império em termos legais e do poder. Para Sêneca, a República não se asseguraria sem o imperador. O poder centralizado era necessário, porém ele não tornou a posição política do *princeps* irrefutável e inviolável. Vejamos o que nos diz Sêneca:

Logo, a clemência conserva os príncipes não só mais honrados como também mais seguros e é, ao mesmo tempo, seu ornamento e o mais sólido meio de preservação dos poderes imperiais. Por que é, então, que os reis envelhecidos têm transmitido seus tronos a filhos e netos, ao passo que o reinado dos tiranos é abominável e efêmero? Que diferença há entre um tirano e um rei (pois a aparência da sorte e a licença de arbitrar são iguais) a não ser pelo fato de que os tiranos são cruéis por prazer e os reis somente por motivo e necessidade?⁵⁹

Ainda que a localização do poder seja centralizada, ela não permitiria, assim, em tese, uma dominação desenfreada como de governos tirânicos. A diferença de um tirano e um rei, para Sêneca, não era quanto à localização do poder, mas quanto ao uso dele. E esse uso deveria ser conduzido com controle.

Ou seja, o poder de um tirano é um poder centralizado, assim como de um rei ou príncipe, mas conduzido inadequadamente. O poder do tirano falha porque é administrado de maneira absoluta. Portanto, nas palavras de Sêneca, permaneceria no poder não quem fosse mais bondoso, mas quem soubesse ser cruel com “controle” ou quem pudesse dissimular melhor.

Segundo Sêneca, era primordial que um reinasse sobre os demais, porém o escolhido deveria ser moralmente superior, pois o *princeps* era um representante dos deuses. Fav ersani confirma:

Aos olhos de Sêneca, o imperador, por ser um quase deus, conta com o favor dos deuses. É aos deuses que o imperador deve tentar se igualar. É graças a essa paridade com os deuses que ele é imperador e é a essa similaridade que ele deve o reconhecimento e o favor divino (FAVERSANI, 2007, p. 144).

⁵⁹ Sen. Cl.I, XI, 4: *Clementia ergo non tantum honestiores sed tutiores praestat ornamentumque imperiorum est simul et certissima salus. Quid enim est cur reges consenuerint liberisque ac nepotibus tradiderint regna, tyrannorum execrabilis ac brevis potestas sit? Quid interest inter tyrannum ac regem (species enim ipsa fortunae ac licentia par est), nisi quod tyranni in uoluptatem saeuunt, reges non nisi ex causa ac necessitate?*

O governante também deve saber ser severo e, ao mesmo tempo, não perder seu poder por excesso de crueldade. Em *De Clementia*, ele menciona que “para os reis é mais certa a segurança que provém da mansidão, porque punição continuada reprime o ódio de poucas pessoas, mas estimula o de todos”⁶⁰. À vista disso, a desaprovação manifestada no ódio de muitos é maléfica para o imperador. A clemência está ligada à segurança política do imperador. O poder certamente não é absoluto quando o *princeps* tem seu poder político ameaçado ou pouco seguro. Hurllet explica o lugar de poder do príncipe e sua relação com a aristocracia:

O funcionamento do novo regime aparece assim indissociável das relações que Augusto tem com a aristocracia e que são analisadas sob o ângulo da negociação permanente: se o Principado não é contestável como um regime político necessário para a manutenção da paz e da ordem, a pessoa do príncipe pode pelo contrário ser a todo momento contestado e nesses termos eliminado e substituído (HURLET, 2014, p. 22).

O *princeps* não estaria livre das represálias. Se, na ordem política anterior, na qual o poder era distribuído sem que um só concentrasse em si maior número de títulos, mais aristocratas obtinham poder de deliberação, na ordem do poder centralizado o mesmo poder de deliberação, além de não encontrar uma legitimidade na ordem constitucional da República, não poderia ser exercido sem negociação e sem limites. Sêneca diz a Nero:

Para o rei, Nero, não existe nenhuma glória proveniente de uma condenação brutal (pois quem duvida de seu poder?), mas, ao contrário, sua glória será muito grande, se contiver sua violência, se resgatou muitos da cólera alheia, se não aplicou a ninguém a sua própria.⁶¹

Governar sem medida não era o que aconselhava o preceptor de Nero. Diferente do tirano, o bom príncipe saberia a justa medida da punição, pois ele seria como um pai. Comparando o *imperium* do pai com o *imperium* do imperador, ele defende que: “Logo, qual é seu dever? O mesmo dos bons pais, que costumam censurar os filhos algumas vezes carinhosamente, outras vezes com ameaças e, às vezes, chegam até a admoestá-los a chicotadas”.⁶²

Não suscitar ódio através de injustiças, não colecionar inimigos, saber julgar, ter bom comportamento ético, ser clemente, ser como um pai: as proposições de Sêneca para um bom

⁶⁰ Sen. Cl. I, VIII,6: *regibus certior est ex mansuetudine securitas, quia frequens uindicta paucorum odium opprimit, omnium inritat.*

⁶¹ Sen. Cl. I, XVII, 3: *Nulla regi gloria est ex saeva animaduersione – quis enim dubibat posse? – at contra máxima, si uim suam continet, si multos irae alienae eripuit, neminem suae inpendit.*

⁶² Sen. Cl. I, XIV, 1: *Quod ergo officium eius est? quod bonorum parentium qui obiurgare liberos non numquam blande, non numquam minaciter solent, aliquando admonere etiam uerberibus.*

governo concentram-se especificamente no governante. Um bom governante, assim, não teria de se preocupar em ser retirado do poder se praticasse seus conselhos.

Um elemento que ofereceria dificuldades para a condução do poder do imperador seria a estrutura política republicana (Senado, assembleias, magistraturas) ainda presente e irrevogável. A figura política do imperador era contemplada com poderes e cargos importantes (*summum imperium, pontifex maximum, tribunicia potestas*), entretanto, ao lidar com grupos da aristocracia com interesses distintos, essa figura encontraria um entrave para governar como bem entendesse. Sêneca diz acerca disso:

Pequenas serpentes escapam e não são alvo da investigação pública; quando alguma ultrapassa a medida habitual e se desenvolve em monstro, quando infesta as fontes com seu escarro e, se exala algo, queima e destrói os locais por onde andou, ela é atacada por projéteis. Pequeninos males podem dar margem a discussões e passar despercebidos, mas aos ingentes a oposição pública enfrenta.⁶³

A metáfora diz que os pequenos delitos (de aristocratas, por exemplo) não serão facilmente vistos e considerados, porém um governante que age com crueldade poderá ser punido com sua retirada do poder. Quem está no centro do poder é mais visto e torna-se alvo da opinião pública.

Seu poder seria, destarte, ambíguo: forte e centralizado, mas ainda sob avaliação em certa medida. Esse poder organiza a Coisa Pública.

O príncipe que tem preocupações universais, atendendo mais a algumas, menos a outras, presta assistência ao Estado, como se fosse parte de si mesmo, inclinado às mais meigas soluções, mostrando, mesmo quando censurar é de utilidade, quão constrangido põe as mãos em ásperos corretivos. Em seu espírito nada é hostil, nada é selvagem. Exerce seu poder pacífica e saudavelmente, desejando dos cidadãos a aprovação de suas ordens; considerando-se suficientemente feliz, se puder tornar a sua boa sorte pública. Afável de conversa, fácil à aproximação e ao acesso, com fisionomia que cativa sobretudo as massas, amável, propenso às petições legítimas, e apenas ríspido em relação às ilegítimas: ele é amado, defendido e respeitado pela nação inteira.⁶⁴

⁶³Sen. Cl. I, XXV, 4: *Serpentes paruole fallunt nec publice conquiruntur; ubi aliqua solitam mensuram transit et in monstrum excreuit, ubi fontes sputu inficit et, si adfluit, deurit obterique, quacumque incessit, ballistis petitur. Possunt uerba dare et euadere pusilla mala, ingentibus obuiam itur.*

⁶⁴Sen. Cl.I, XIII, 4: *E contrario is cui curae sunt uniuersa, qui alias magis, alias minus tuetur, nullam non rei p. partem tamquam sui nutrit, inclinatus ad mitiora, etiam si ex usu et animaduertere, ostendes quam inuitus aspero remédio manus admoueat, in cuius animo nihil hostile, nihil efferum est, qui pontetiam suam placide ac salutariter exercet, adprobare imperia sua ciuibus cupiens, feliz abunde sibi uisus, si fortunam suam publicarit, sermone adfabilis, aditu accessuque facilis, uoltu qui máxime populos demeretur amabilis, aequis desideriiis propensus, etiam iniquis non acerbus, a tota ciuitate amatur, defenditur, colitur.*

O governante estaria à disposição dos governados como se trabalhasse por eles. Faversoni afirma: “o imperador ideal de Sêneca é aquele que se funde com o povo, incorpora a *Res Publica* em si e, mostrando-se à altura dos deuses, deles recebe seu favor. Um Imperador povo-Estado-deus.” (FAVERSANI, 2007, p. 144). Para ele, o imperador senequiano incorporar-se-ia ao povo e não ao Senado.

Como administrador da Coisa Pública, ele deveria estar atento à opinião pública – outro elemento que demonstra a condicionalidade de seu poder. Ele afirma, em *De Clementia*, como se seu interlocutor fosse Nero:

Consideras grave privar os reis do arbítrio de falar, arbítrio que os mais humildes têm. “Isto”, dizes, “é uma servidão e não poder imperial”. Então? Não percebeste que isto é uma nobre servidão para ti? Outra é a condição dos que se escondem no meio da multidão de onde não sobressaem, cujos valores lutam durante muito tempo para que apareçam e cujos defeitos os mantêm nas trevas. A opinião pública recolhe todos os vossos atos e palavras e, por esta razão, ninguém deve preocupar-se mais com a qualidade de sua reputação do que aqueles que hão de tê-la grande, qualquer que seja o merecimento que tenham dito.⁶⁵

A opinião pública seria de grande importância para a manutenção no poder. Todos estariam voltados para aquele que estivesse na posição mais alta. Guarinello, no Prefácio do livro *Imagens do Poder em Sêneca*, de Marilena Vizentin, expõe que:

Esse poder absoluto não é entendido, por Sêneca, como absolutamente livre. Pelo contrário: o poder imperial aparece em Sêneca como uma função que, se é essencial, está sob constante avaliação da opinião pública, que pode tanto sustentá-lo como derrubá-lo. Marilena Vizentin demonstra, assim, que a clemência é, no Tratado de Sêneca, não apenas uma virtude adequada ao Imperador, mas o grande instrumento de seu poder, a chave para manter o delicado equilíbrio entre o poder imperial e seus governados. Mas a clemência é, precisamente, o limite do exercício do poder absoluto, a chave para exercitá-lo digna e eficazmente, sem a qual o próprio poder pode dissolver-se (VIZENTIN, 2005, p. 15).

A opinião pública, a falta de discernimento do príncipe e as estruturas políticas republicanas imporiam limites para o poder do imperador romano. Indubitavelmente, tais componentes poderiam ser manipulados, falseados, administrados e coagidos, embora não

⁶⁵ Sen. *Cl.I*, VIII, 1: *Graue putas eripi loquendi arbitrium regibus, quod humillimi habent. « Ista » inquis « servitus est, non imperium. » Quid? tu non experiris istud nobilem esse, tibi seruitutem? Alia condicio est eorum qui in turba quam non excedunt latent, quorum et uirtutes ut appareant diu luctantur et uitia tenebras habent; uestra facta dictaque rumor excipit et ideo nullis magis curandum est, qualem famam habeant quam qui, qualemcumque meruerint, magnam habituri sunt.*

deixassem de ameaçar o poder de deliberação do príncipe. Outro componente demonstrado por Sêneca é a propriedade sobre todas as coisas. Comparando os bens do sábio com os do imperador, ele menciona que ambos possuem tudo e nada ao mesmo tempo. Em *De Benefeciis*, ele faz a seguinte declaração:

Posso remeter ao sábio o que é de minha propriedade particular, visto que tudo seja dele; porque posto que a exemplo do soberano ele possui todas as coisas e que, de outra parte, a propriedade de bens particulares é dividida entre os indivíduos, receber e dever, comprar e alugar não é para ele coisa impossível. César possui tudo, mas seu tesouro só contém sua fortuna privada e pessoal, e assim a universalidade dos bens estão em seu poder, seus bens próprios no seu patrimônio. O que é dele e o que não é dele é questionado sem prejuízo ao seu poder, pois o que foi julgado não sendo dele, por outro lado é dele. Assim também o sábio possui na alma a universalidade das coisas por direito e por domínio.⁶⁶

Em tese, o imperador teria o consentimento para possuir tudo, mas não possui tudo na realidade. “Sob um ótimo rei, tudo é posse dele no poder assim como aos indivíduos como proprietários”⁶⁷. O sábio também pode ter tudo como o mais poderoso dos homens. Há uma limitação, uma vez mais, para o poder sobre todas as coisas, para o poder absoluto. Não há poder sobre todas as coisas, segundo Sêneca. Ao discutir os limites do império, ele abarca os limites do poder do imperador, do poder do pai sobre o filho, do senhor sobre o escravo, do império romano sobre as províncias ou, mais especialmente, sobre os bárbaros. O *imperium sine fine* de Virgílio é uma criação poética.

Outro componente da limitação do poder do imperador são as insurreições. O consenso, fator essencial para a manutenção da posição do imperador, não era, obviamente, pleno. Do Império, assim como da República, participavam forças opostas. Ainda que o imperador estivesse em uma posição elevada, não estaria seu governo isento de revoltas. Do Senado Romano saíram muitas revoltas como respostas às perseguições imperiais.

Não menos importante foram as revoltas da época da República entre as quais está uma das mais conhecidas, a de Catilina. Do governo de Nero, lembremo-nos da conspiração de Pisão, da qual Sêneca foi acusado de participação. Apesar das sedições, alguns imperadores permaneceram no poder.

⁶⁶Sen. Ben. VII, VI, 2-3: *Possum donare sapienti, quod uiritim meum est, licet illius sint omnia; nam cum regio more cuncta conscientia possideat, singularum autem rerum iniquumque proprietas sine sparsa, et accipere minus et debere et emere et conducere potest. Caesar omnia habet, fiscus eius priuata tantum ac sua; et uniuersa in imperio eius sunt, in patrimonio propria. Quid eius sit, quid non sit, sine diminutione imperii quaeritur; nam id quoque, quod tamquam alienum abiudicatur, aliter illius est. Sic sapiens animo uniuersa possidet, iure ac dominio sua. (tradução nossa)*

⁶⁷Sen. Ben. VII, V, 1: *sub optimo rege omnia rex imperio possidet, singuli dominio. (tradução nossa)*

Um imperador não se sustentaria no poder sem um grupo interessado em sua permanência. Não por acaso a rede de favores era de suma importância. Ao dissertar sobre a diferença entre um tirano e um rei, Sêneca aponta para a segurança gerida pelo governo da paz e não da guerra. “Um dispõe de armas das quais se serve em defesa da paz, o outro, como reprime grandes ódios por meio de grande medo, nem às próprias mãos, às quais se confiou, olha-as com segurança”⁶⁸. Portanto, governar totalmente com a aristocracia e em favor dela não era possível, mas sem o apoio dos diferentes níveis aristocráticos também não poderia sê-lo. Tanto a oposição como o consenso não seriam unânimes. Hurler diz:

Era ilusório então pensar que um príncipe não encontraria nunca a mínima oposição ao longo de seu principado e é evidente que o príncipe nunca teve tal pretensão. Estas múltiplas reservas conduzem a apresentação do *consensus* como um ideal ao qual o estado romano sempre tendeu e que só alcançou de um jeito mais ou menos imperfeito (HURLET, 2009, p. 131).

Mais do que o dissenso político, as vinganças suscitadas por atos de crueldade do governante, de acordo com Sêneca, seria uma ameaça para seu próprio poder. “Matar muitos e indistintamente é poder do fogo e da destruição”⁶⁹ (XXIV, 5). A clemência, como instrumento de governo, serviria não para ser piedoso, porém para saber distinguir os bons dos maus, os que merecem castigo e aqueles que não merecem. Nada poderia ser em excesso no governo do sábio. As sevícias deveriam ser administradas com sabedoria.

E a aparência de um império tranquilo e bem estruturado outra coisa não é senão a de um céu sereno e brilhante. E um reinado cruel é perturbado e obscurecido por trevas, não permanecendo inabalado, entre os que tremem e se apavoram com um barulho repentino, nem mesmo aquele que conturba tudo (I, 7 2-3 p. 55).⁷⁰

Um Império governado com terror e grande matança não se mantém coeso e tranquilo, ou seja, o comportamento ético-político do príncipe influencia diretamente na sobrevivência do Império Romano, de acordo com Sêneca. Mais do que a segurança do próprio príncipe ameaçada, o governo regido de maneira descomedida desestabiliza a todos. “Mas supõe que a

⁶⁸ Sen. Cl. I, XII, 3: *sed alter arma habet, quibus in munimentum pacis utitur, alter ut magno timore magna odia conpescat nec illas ipsas manus quibus se commisit securus aspicit.*

⁶⁹ Sen. Cl. I, XXVI, 5: *multos quidem occidere et indiscretos incendi ac ruinae potentia est.*

⁷⁰ Sen. Cl. I, VII, 3: *Crudele regnum turbidum tenebrisque obscurum est inter trementes et ad repentinum sonitum expauescentes, ne eo quidem qui omnia perturbat inconcusso.*

crueldade é segura, como se apresentaria o reino? Não diverso da aparência das cidades capturadas e de quadros terríveis de medo público. Tudo é pesar, alarme, confusão”.⁷¹

O ambiente de caos político e as guerras civis republicanas gerados por disputas entre grupos no poder foram demonstrados por Sêneca no trecho citado. O modo de governar republicano, no qual muitos dividiam o poder, era caótico. A desigualdade republicana instaurou conflitos, a busca viciosa por poder destruiu a estabilidade. O imperador apareceu, dessa maneira, na narração senequiana, como detentor de um poder centralizado – embora ele fosse ainda alvo de grupos políticos – o qual pode aglutinar os interesses. Sêneca diz que “tendo-se perdido o rei, todo o enxame se dispersa; não toleram mais que um só rei e procuram o melhor em combate”.⁷² Guarinello demonstra:

O Imperador é, antes de tudo, para Sêneca, o sustentáculo primeiro da ordem social, o fiel imprescindível da balança, que equilibra e atende as demandas particulares de uma massa e de um território que não possuem organicidade por si próprios e que não podem se manter unidos, senão pela existência de um poder que está acima de todos e de tudo, até da própria lei. Por isso, para Sêneca, o Imperador é como o Sol, universal, onipresente, cabeça de um corpo que não existe, não pensa e não subsiste senão por seu intermédio (GUARINELLO, 2005, p. 15).

Elementos como a centralização do poder, que não garante completa segurança ao príncipe (“Engana-se, pois, quem julga que é seguro ser rei quando nada é assegurado para o rei. A segurança deve ser pactuada através da segurança recíproca”)⁷³, as instituições republicanas, que necessitam do centro político para administrar conflitos e relações sociais (“o Estado não é seu, mas ele é do Estado”)⁷⁴ e os governados, que não comporiam um ambiente político de uma monarquia ideal devido aos seus comportamentos desmedidos e ambiciosos (“agora, o rei não tem nem mesmo o curso de sua vida assegurado, pois é necessário que tema tanto quanto quis ser temido”)⁷⁵ fazem parte do que é o Império para Sêneca: um lugar de conflitos político-sociais, de ambiguidades e de uma forma de governar composta por uma realidade republicana com um poder centralizado.

⁷¹ Sen. Cl. I, XXVI, 2: *Sed puta esse tutam crudelitatem, quale eius regnum est? non aliud quam captarum urbium forma et terribiles facies publici metus. Omnia maesta, trepida, confusa.*

⁷² Sen. Cl. I, XIX, 2: *praetera opere uacat exactor alienorum operum et amisso rege totum dilabitur nec umquam plus unum patiuntur melioremque pugna quaerunt.*

⁷³ Sen. Cl. I, XIX, 5: *Errat enim si quis existimat tutum esse ibi regem ubi nihil a rege tutum est; securitas securitate mutua paciscenda est.*

⁷⁴ Sen. Cl. I, XIX, 8: *Non rem publicam suam esse sed se rei publicae*

⁷⁵ Sen. Cl. I, XIX, 5: *sed ne nunc quidem illi cursus tutus est; tantum enim necesse est timeat quantum timeri uoluit*

Em *De Clementia*, Sêneca aplica sua ideia de poder centralizado mostrando os limites desse poder. A opinião pública, as discórdias civis e os inimigos políticos seriam ameaçadores em algumas situações. Guarinello e Joly defendem que “trata-se de um poder curioso. Depende das armas, funda-se nelas, mas necessita do apoio popular, do consenso favorável de todos para manter-se. É absoluto, mas se for exercido absolutamente não se mantém” (GUARINELLO; JOLY, 2001, p. 149).

O Principado, como forma de governo centralizado, tornou-se seguro e permanente, mas os agentes de atuação em seu cenário político não o eram. Tácito (*Ann.* III, 6) diz que os príncipes eram passageiros, porém a Coisa Pública era permanente. Para Guarinello, “se o poder do Imperador, tal como visto por Sêneca, não é absoluto, ele só pode ser alterado de modo abrupto, pela substituição do governante e, não mais, pela mudança de regime político” (GUARINELLO, 2005, p. 17).

Visto isso, temos que a concentração de poder, aos olhos de Sêneca e de alguns autores romanos, foi vital para a continuação da *Res Publica*. A *Res Publica*, como interesse do povo, nas fontes, continua a ser importante. E a *Res Publica* como estrutura de organização política e social também não foi aniquilada. Winterling explica que “O ordenamento constitucional republicano é o resultado de uma tradição de muitos séculos, o poder do imperador resulta de um fato político que tomou forma apenas na república tardia” (WINTERLING, 2009, p. 28). À vista disso, teríamos uma estrutura que se impõe e se mantém durante séculos com algumas transformações.

Dessa maneira, o poder absoluto não encontraria bases sólidas para se realizar completamente e, com a permanência das instituições republicanas e sua estrutura, a “nova ordem” dificilmente poderia se sustentar como inteiramente monárquica. Se, diversas vezes, durante a vigência do governo de muitos ou do *princeps*, aspirações ao poder absoluto foram demonstradas claramente, grupos da sociedade romana não corresponderam completamente a isso. Conforme Meier:

O caminho para a monarquia estava constituído, então, pela emergência de poderosos dinastas, mas tal desenvolvimento não estava ainda refletido na distribuição dos interesses e dos objetivos tipicamente cobiçados na república tardia. Nós somos capazes de discernir, a nível individual, novos padrões de formação de poder (particularmente através das *clientelae* militares), novas capacidades e medidas de realização, novas formas de comportamento como as que foram posteriormente típicas de Augusto; mas na sociedade romana como um todo não podemos encontrar nenhum ponto de partida para um possível monarca que combine seus próprios interesses com aqueles dos grupos de influência, nenhuma causa que, no longo prazo, justificaria sua reivindicação ao poder como objetivamente necessária em

benefício do Estado ou da sociedade como um todo; pois não havia nenhum Estado ou sociedade além da tradicional *res publica*. A sociedade romana necessariamente implicava em formas republicanas de governo (MEIER, 1990, p. 59).

Há, a partir da reflexão de Meier, um impasse ao lidarmos com a ruptura entre a República e o Império em termos de periodicidade: ela talvez não seja condizente com as permanências sustentadas entre um momento no qual o poder é distribuído horizontalmente para aquele em que ele é distribuído de modo vertical. A nomenclatura moderna dificilmente corresponderá à complexidade da ordem política romana.

O Império não representa totalmente um momento histórico de um sistema monárquico de governo. O poder centralizado – que não pode ser exercido descontroladamente – não justificaria, desse modo, uma completa mudança de sistema para outro. Para Sêneca, o poder centralizado, se bem administrado, poderia manter a ordem social e assegurar a sobrevivência da República.

3.2 Liberdade em Sêneca

A concepção de liberdade foi comumente relacionada à República. No plano político ideal, a República seria o ambiente por excelência para o exercício da liberdade: onde o poder é distribuído entre os melhores, a liberdade mantém-se, pois a ameaça da tirania não existe. Assim, a liberdade está também diretamente associada ao poder absoluto: onde um só governa deliberadamente e de maneira tirânica, o povo não é livre. Cícero (*Off.* III, XXI, 83), por exemplo, afirma que César quis ser rei de Roma e obteve sucesso. Instalou-se, então, a opressão e a liberdade teve fim.

A perda da liberdade está relacionada à emergência da monarquia. Em um governo monárquico, todo o poder de decisão encontra-se nas mãos de um rei, e resta aos inferiores obedecer e ter seu poder de decisão sacrificado. Esse não seria, definitivamente, aos olhos dos letrados romanos, um governo justo. O comentário de Cícero ilustra a dissipação da liberdade republicana com a ascensão de César. A liberdade foi, de fato, o elemento perdido na transição da República para o Império? Havia uma liberdade absoluta silenciada com o advento do Principado? Ela está relacionada ao tipo de sistema ou a outras variáveis? Como Sêneca apresenta essa noção política?

Parece-nos que, sendo uma construção política, a concepção de liberdade define-se a partir de alguns critérios, dentre eles, estar em vigência ou não um governo considerado tirânico ou a tentativa de implementação de um. Sêneca, dissertando sobre o tempo de Catão, no contexto da guerra civil, afirmou:

Ninguém decerto jamais mostrou maior coragem do que este homem que se ergueu ao mesmo tempo contra César e contra Pompeio, que desafiou por igual que os cesarianos quer os pompeianos, mostrando que havia ainda um terceiro partido: o da república! Na realidade, é pouco dizer de Catão que ele “não treme ao ouvir vãos ruídos”. Pois se ele não tremeu ao ouvir os ruídos autênticos, e bem próximos, da guerra, se ele ousou erguer livremente a sua voz contra as dez legiões de César e as tropas auxiliares gaulesas, mais as suas armas bárbaras lado a lado com as romanas, para exortar a república a não abdicar da liberdade, a lutar até ao limite, já que preferível seria ser feito escravo à força do que aceitar a escravidão sem resistência! Que vigor, que energia de alma havia neste homem, que autoconfiança ele demonstrou num momento em que todos tremiam de pavor! Ele sabia ser o único cuja situação não estava em causa: a questão, de facto, não consistia em saber se Catão seria livre, mas sim se viveria entre homens livres; daí o desprezo com que ele encarava o perigo das armas.⁷⁶

Catão enfrentou as forças da guerra civil para evitar que a República tivesse um líder tirano. Ao expor o exemplo de Catão, Sêneca mostra uma acepção da liberdade ligada à República: aquela de não ter a Coisa Pública governada por alguém contra a vontade de todos. Na vitória de Pompeu ou César, a República seria sujeitada. *Libertas* e *servitus* são conectados no trecho. A escravidão foi uma noção política utilizada para ilustrar também a relação do imperador com seus inferiores: no momento em que havia um mau governante – considerado assim por alguns grupos da aristocracia –, o recurso retórico à escravidão era retomado. Nesse sentido, Roller assevera que:

Certas palavras, imagens e símbolos que estão intrinsecamente associados com a escravidão e a experiência do escravo são apropriadas para caracterizar a relação entre chefes, ou os dinastas da república tardia e seus (juridicamente) livres súditos, especialmente aristocratas. Assim, a relação mestre-escravo, tornada presente através do vocabulário e símbolos de status social, serve como um paradigma para aspectos da experiência política das elites. A relação concreta, familiar e social do mestre ao escravo disponibiliza uma estrutura, um conjunto de categorias através das quais um tipo diferente de relação pode ser compreendida e experimentada (ROLLER, 2001, p. 217).

Como um paradigma da experiência política, a relação escravo-mestre denunciava a falta de liberdade. *Libertas*, *servitus*, *dominatio*, *seruus* e *regnum* compunham o universo

⁷⁶ Sen. Ep. 95, 70-71: *Altius certe nemo ingredi potuit quam qui simul contra Caesarem Pompeiumque se sustulit et aliis Caesareanas opes, allis Pompeianas [tibi] fouentibus tibi utrumque prouocauit ostenditque aliquas esse, et rei publicae partes. Nam parum est in Catone dicere: Nec uanos horret strepitus. Quidni? cum ueros uicinosque non horreat, cum contra decem legiones et Gallica auxilia et mixta barbárica arma ciuilibus uocem liberam mittat et rem publicam hortetur ne pro libertate decidat, sed nunc omnia experiatur, honestius in seruitutem casura quam itura. Quantum in illo uigoris ac spiritus, quantum in publica trepidatione fiduciaest! Scit se unum esse, de cuius statu non agatur; non enim quarei an liber Cato, sed na inter liberos sit: inde periculum gladiatorumque contemptos.*

etimológico da tirania. E esse universo etimológico serviria para delatar determinada forma de governar. “*Libertas* podia ser invocada como um lema contra líderes impopulares, para marcar seu poder como ilegal, numa palavra, como ‘*dominatio*’, não ‘*principatus*’ (SYME, 1939, p. 516). Mas seria possível uma completa liberdade em Roma? Wirszubski argumenta que:

A relação entre rei e povo é considerada como sendo análoga àquela dos senhores e escravos. Consequentemente a monarquia é chamada de *dominatio*; e a sujeição à monarquia é chamada de *servitus*. Liberdade gozada por um Estado significa negativamente a ausência de *dominatio*, bem como a liberdade de um indivíduo significa negativamente a ausência de um *dominium*. Mas no que diz respeito ao Estado, tanto quanto os indivíduos, o aspecto negativo da liberdade por si só não constitui a total liberdade (WIRSZUBSKI, 1968, p. 5).

Uma completa liberdade poderia significar falta de controle. O controle era necessário, mas não de maneira exacerbada. Segundo Syme, “a Liberdade completa pode ser impraticável, mas escravidão completa era intolerável. O principado proporcionou o meio termo entre esses extremos” (SYME, 1939, p. 516). A figura do *princeps* põe-se como um equilíbrio entre *libertas* e *servitus*.

A liberdade era limitada em qualquer modelo de distribuição do poder e, além disso, ela não era um privilégio de todas as classes sociais. Encontramos em alguns autores a aceção de liberdade moderada. Em *Histórias*, Tácito (*Ann.* IV, VIII, 7-8) afirma que, sob os bons imperadores, a liberdade era, preferivelmente, limitada. Tácito mostra, desse modo, a necessidade de haver um equilíbrio quanto ao poder dos imperadores: na ocasião de existir um poder absoluto, sem limite, todos seriam prejudicados; por outro lado, uma liberdade desmedida dada ao povo resultaria no mesmo efeito.

Ainda na mesma fonte, *Histórias*, pronuncia Galba para Pisão: “todavia és tu que deves mandar aos homens que não podem admitir toda a servidão nem toda a liberdade”⁷⁷. O binômio *libertas-servitus* aparece como opostos que devem ser equilibrados. Novamente, a necessidade de equilíbrio impõe-se e os homens não devem ser totalmente dominados como também não devem ter toda a liberdade. Joly confirma: “[...] esses pólos não correspondem a valores positivo-negativo, mas a opções que se dão dentro de certos quadros. Não existe aqui nem uma presunção de a liberdade ser sempre boa e precisar máxima, nem que o contrário seja desejável” (JOLY, 2004, p. 141).

⁷⁷ Tac. *Hist.* I, 16, 9: *sed imperaturus es hominibus qui nec totam seruitutem pati possunt nec totam libertatem*”.

A completa liberdade, muitas vezes sinônimo de República, não é menos prejudicial do que a tirania, para autores como Cícero (*Off.* I, 68), por exemplo. E, ainda mais, uma resulta na outra. Assim como Sêneca, Cícero afirma que, perdidos os tempos de ouro, o homem não estará jamais moralmente apto à liberdade. Respondendo a um discurso de Nero, em *De Clementia*, Sêneca demonstra sobre a liberdade:

Que pronunciamento digno! Que pudessem ouvi-lo todos os povos que habitam o Império Romano, cada um dos povos de duvidosa liberdade que se estendem ao longo de nossas fronteiras, cada um dos que se levantam contra o império com violência e paixão.⁷⁸

O filósofo estabelece uma diferenciação entre os romanos e os demais povos que compunham o Império. “Duvidosa liberdade” é uma liberdade irracional, diferente da romana porque é condicionada à existência de um bom governante, ou seja, a liberdade de outros povos pode ser desmedida. Para o preceptor de Nero, a liberdade seria sempre limitada, quer pelo poder de um só, quer pelo poder de muitos, seja na República, lugar de intensos conflitos políticos, seja no Império, ambiente de configurações políticas e sociais transformadas e com traços de permanência ao mesmo tempo.

Há, no entanto, uma ideia de liberdade republicana perdida no tempo de Catão. Ao referir-se aos sofrimentos dos homens de bem, Sêneca menciona os de Catão. Ele afirma: “[...] referir, por exemplo, à ferida mortal que Catão, como decisivo acto de coragem, inflingiu a si mesmo, ferida por onde a liberdade republicana exalou o último suspiro”⁷⁹. Catão é eleito, na narrativa senequiana, como um símbolo da República, um mártir que lutou pela sobrevivência dos interesses públicos. Porém, o Catão senequiano foi vencido pelas forças opostas às republicanas, Pompeu e César.

O trecho citado representa uma ruptura da liberdade, contudo, em *De Clementia*, o discurso tende a afirmar que o príncipe conserva a liberdade. Com Nero, o povo estaria em perfeita segurança, com “um direito colocado acima de toda injustiça; além disso, uma forma de Estado que se mostra aos nossos olhos como muito satisfatória, Estado ao qual nada falta para a liberdade absoluta, exceto a licença de se destruir”⁸⁰.

Sêneca defende a liberdade assegurada pelo príncipe, quem cessa conflitos e guerras civis, que está no poder por meio de consenso e em nome da paz. “A elaboração dessa

⁷⁸ Sen. *Cl.* II, 1, 3: *O dignam uocem quam audirent omnes gentes quae Romanum imperium incolunt quaeque iuxta iacent dubiae libertatis quaeque se contra uiribus aut animis attollunt!*

⁷⁹ Sen. *Ep.* 95,72: *quales fuerint narrare et exponere, Catonis illud ultimum ac fortissimum uulnus per quod libertas emisit animam.*

⁸⁰ Sen. *Cl.* I, 8: *securitas alta, adfluens, ius supra omnem iniuriam positum; obversatur oculis laetissima forma rei publicae, cui ad summam libertatem nihil deest nisi pereundi licentia.*

persona principesca é central para sua redefinição da *res publica* romana e sua *libertas*” (STACEY, 2014, p. 135).

Embora haja liberdade, ela não é ainda absoluta, pois aquele que governa precisa proteger o povo da própria destruição. O príncipe é a figura aglutinadora e protetora, enquanto na República reinavam desavenças. Parece-nos que Sêneca não defendeu a predominância de uma liberdade absoluta nem na República, nem no Império.

A liberdade não é, pois, o elemento definidor da ruptura entre República e Império. O governo não era completamente absoluto, e a liberdade nunca o havia sido também. Para Sêneca, um povo corrompido necessitaria de um príncipe, que deveria administrar sua liberdade. Restaura-se uma liberdade que nunca será completa, de fato. Sêneca mostra-nos não ser a liberdade uma prerrogativa da República em *De Clementia*.

Ele aponta para a afirmação de que todos estão submetidos à autoridade, os escravos ao senhor, nobres às paixões, inferiores ao *princeps*. Em *De Beneficiis*, dissertando sobre os favores que um inferior pode prestar ao superior, ele diz:

Se o escravo não dá um benefício para o mestre, um inferior não dá também ao rei, nem um soldado ao general; pois o que interessa a espécie de poder à qual somos submetidos se somos ao poder excessivo? Pois se um escravo não poderia tornar-se benfeitor porque ele é submetido a uma força coercitiva e ele teme as penalidades, pela mesma razão não teríamos êxito se temos um chefe acima de nós, porque sob um nome diferente somos submetidos a uma autoridade similar. Portanto, podemos ser benfeitores de nosso rei, de nosso general e de nosso senhor também.⁸¹

Haveria sempre um *summum imperium* exercendo influência sobre todos. Por similaridade, o poder do pai, imperador, senhor de escravos, general do exército resultaria em coerção. No trecho, a virtude independe do status social-jurídico, por isso um escravo poderia ser um benfeitor e um nobre poderia ser um escravo (das paixões, dos vícios, da corrupção). Em qualquer uma dessas relações, a liberdade excessiva é prejudicial como também o é a autoridade. Certamente, se Sêneca crê que o Principado é o espaço da liberdade, ele não diz que ela deveria ser absoluta. Joly discorre sobre a liberdade nesse ambiente político:

⁸¹ Sen. *Ben.* III, XVIII, 3-4: *Si non dat beneficium seruus domino, nec regi quisquam suo nec duci suo miles; quid enim interest, quali quis teneatur imperio, si summo tenetur? Nam si seruo, quo minus in nomen meriti perueniat, necessitas obstat et patiendi ultima timor, idem istuc obstat et ei, qui regem habet, et ei, qui ducem, quoniam sub dispari titulo paria in illos licent. Atqui dant regibus suis, dant imperatoribus beneficia: ergo et dominis. (tradução nossa)*

Fica claro também que o fortalecimento de senadores no âmbito institucional, sempre instável nessas condições, significava uma ameaça pessoal ao imperador. Um senador fortalecido tendia a rivalizar com o *princeps* e, dentro deste quadro dado, a apontar a alternativa de sucessão, que seria possível apenas com a morte do governante. Assim, o fortalecimento do Senado, do ponto de vista do imperador, leva não só a uma instabilidade institucional, mas também a uma ameaça pessoal. Vê-se, assim, que o cenário apontado pela *libertas* era pouco razoável. Desse modo, o cenário fundado na *servitus* tende a ser hegemônico. Uma rede de solidariedades orientada verticalmente, dirigida à fidelidade na relação com o governante e com a conseqüente abdicação da construção de poderes concorrentes ao dele, mostrava-se como a alternativa ótima. A conseqüência disso é um Senado enfraquecido institucionalmente, e um crescente fortalecimento do imperador. O servilismo senatorial é, assim, uma alternativa colocada dentro de um quadro historicamente dado e dinâmico (JOLY, 2003, p. 125).

O trecho ilustra a complexidade do Principado: a liberdade plena resultaria na completa desorganização da ordem política e social que teria também como efeito o colapso de todo o Império. O Principado é, assim, um meio de conservação social por intermédio da *servitus*. A liberdade política, impossível, torna-se ainda mais secundária diante de um cenário de caos político. Joly ainda explica que a dinâmica social modificada com a centralização do poder inibe intencionalmente a liberdade política:

A base dessa centralização e expansão é a mesma: o interesse imediato dos agentes que abrem mão das possibilidades de construção de solidariedades horizontalmente orientadas (no interior do Senado, no interior da província) em favor de solidariedades verticalmente orientadas (dirigidas aos romanos). O limite que se coloca a esse processo também é claro: a capacidade do centro prover mais favores do que se estima poder obter de outra origem qualquer, quer seja ela a retomada da liberdade (com o conseqüente ressurgimento de lutas internas) quer seja assumir uma postura servil com relação a outro pólo de poder regionalmente constituído (JOLY, 2003, p. 143).

Não se trata, novamente, da não existência da liberdade no Império, porém de uma configuração social que procura outros meios de negociação diferentes dos anteriores. A liberdade excessiva ocasionaria, novamente, guerras sociais.

Visto isso, será ainda de interesse apresentar uma acepção da liberdade em Sêneca: um tipo de liberdade ética e individual. Ao assumir que, dentro de seu meio político, o homem nunca será livre plenamente, Sêneca aponta para uma liberdade de si usando ainda as referências *servitus-libertas*, *dominus-seruus* etc. Em certa carta a Lucílio, ele afirma que “sob

um teto de colmo habitavam homens livres, entre paredes de mármore e ouro vive hoje a servidão!”⁸².

A simplicidade dos tempos áureos proporcionava a liberdade, pois a busca excessiva por riquezas não havia ainda tomado lugar. A liberdade pareceu, no trecho, condicionada à riqueza do Império. Sêneca continua a comparação do estado de ser livre com aquele de ser escravo: “A liberdade é a nossa meta, é o prémio das nossas canseiras. Sabes em que consiste a liberdade? Em não ser escravo de nada, de nenhuma necessidade, de nenhum acaso; em lutar de igual para igual com a fortuna”⁸³.

Ele não se refere à liberdade do ambiente político e social, mas, antes, um tipo que poderia estar ao alcance de todos quando fosse necessário. Tratava-se de uma emancipação ética dentro ainda de um ambiente de *servitus*. A independência de autogovernar-se eticamente tornava-se uma liberdade possível. Roller corrobora:

Ser livre, pois, não é uma questão de viver de acordo com um conjunto contingente de leis humanas para as quais nós damos nosso consentimento como manifestações de nossas escolhas, mas uma questão de viver de acordo com a lei da natureza muito mais atrativa, à qual nós iremos, se suficientemente racionais, consentir voluntariamente para que nos experimentemos livres. Nossa escravidão, por outro lado, será produto de uma disposição menos que racional rumo a eventos que nos ocorrem em nossas vidas (STACEY, 2007, p. 50).

Viver de acordo com a natureza era uma máxima estoica, senão a sua maior premissa. A independência do homem não estava, pois, vinculada ao melhor tipo de governo ou governante. Nas Cartas a Lucílio, Sêneca mostra-nos a importância de ser livre independentemente do funcionamento do mundo. Na carta 75, ele diz:

Queres saber em que consiste a liberdade? Em não temermos nem os homens nem os deuses; em não desejarmos nada que seja imoral ou excessivo; em termos o maior domínio sobre nós próprios: sermos donos de nós mesmos é um bem inestimável.⁸⁴

A liberdade, portanto, originar-se-ia do autocontrole. Controlar os prazeres, a ira, o ímpeto violento, a corrupção moral, a gula: a liberdade, nesse sentido, seria de uma esfera não política. Se, como vimos, a liberdade e o poder absolutos não se sustentariam, aos olhos de

⁸² Sen. Ep. 90, 10: *culmus liberos textit, sub marmore atque auro seruitus habitat.*

⁸³ Sen. Ep. 51, 9: *Quae sit libertas quaeris? Nulli rei servire, nulli necessitati, nullis casibus, fortunam in aequum deducere.*

⁸⁴ Sen. Ep. 75, 18: *Quaeris quae sit ista? Non homines timere, non deos; nec turpia velle nec nimia; in se ipsum habere maximam potestatem: inaestimabile bonum est suum fieri.*

Sêneca, na condição servil ainda poderia existir um tipo de liberdade. Ao dissertar sobre os domínios do corpo e da mente, ele afirma:

É um erro acreditar que a servidão penetra todo o homem. A melhor parte é uma exceção: se o corpo está sujeito ao senhor, a alma é autônoma; e ela é de tal modo independente e livre que a escravidão não pode impedi-la de seguir sua natureza, de possuir qualquer grande ideia e se jogar no infinito, acompanhando os espíritos celestes. É o corpo, por consequência, que a fortuna confia ao mestre, é o corpo que pode ser comprado, vendido, a outra parte, interior, não pode ser escravizada. Disso o que vem é livre.⁸⁵

A possibilidade de liberdade, na condição servil, é decorrente do domínio da própria alma. Um escravo, diferente de um nobre sem temperança, poderia ser livre em sua alma, mas servo de um mestre no que concerne ao seu corpo. Portanto, a liberdade, nesse sentido, não seria determinada pelo estatuto social. Se a condição servil não era absoluta, o poder, por consequência, também não seria.

O caminho para a verdadeira liberdade, em Cartas a Lucílio, é a morte. A morte condensa a potência da liberdade humana. E esse caminho estaria ao alcance de todos, independentemente dos status sociais.

Em que poderás exercitar melhor a tua vontade do que no esforço para te libertares da servidão a que até os escravos do mais baixo estrato, nascidos, por assim dizer, no meio do lixo, tentam por todos os meios eximir-se? O escravo gasta todas as economias que fez à custa de passar fome para comprar a sua alforria; e tu, que te julgas de nascimento livre, não estás disposto a gastar um centavo para garantires a verdadeira liberdade?! Escusas de olhar para o cofre, que esta liberdade não se compra. Por isso te digo que a “liberdade” a que se referem os registos públicos é uma palavra vã, pois nem compradores nem os vendedores de alforria a possuem. O bem que é a liberdade terás tu de dá-lo a ti mesmo, de o reclamar a ti mesmo! Liberta-te, para começar, do medo da morte (já que a ideia da morte nos oprime como um jugo), depois do medo da pobreza.⁸⁶

Um escravo não é livre como alguém que o fosse de nascimento, mas poderia ser verdadeiramente livre se aceitasse a morte, se pudesse dominar a vida retirando-se dela. Ser

⁸⁵ Sen. Ben, III, XX, 1-2: *Errat, si quis existimat seruitutem in totum hominem descendere. Pars melior eius excepta est: corpora obnoxia sunt et adscripta dominis, mens quidem sui iuris, quae adeo libera et uaga est, ut ne ab hoc quidem carcere, cui inclusa est, teneri queat, quo minus inpetu suo utatur et ingentia agat et in infinitum comes caelestibus exeat. Corpus itaque est, quod domino fortuna tradidit; hoc emit, hoc uendit; interior illa pars mancipio dari non potest. Ab hac quidquid uenit, liberum est;*

⁸⁶ Sen. Ep. 80, 4-5: *Quid autem melius potes velle quam eripere te huic seruituti quae omnes premit, quam mancipia quoque condicionis extremae et in his sordibus nata omni modo exuere conantur? Peculium suum, quod comparauerunt ventre fraudato, pro capite numerant: tu non concupisces quanticumque ad libertatem pervenire, qui te in illa putas natum? Quid ad arcam tuam respicis? emi non potest. Itaque in tabellas vanum coicitur nomen libertatis, quam nec qui emerunt habent nec qui vendiderunt: tibi des oportet istud bonum, a te petas. Libera te primum metu mortis : illa nobis iugum inponit, deinde metu paupertatis.*

livre significaria, na obra em questão, controlar-se e não temer diante das variáveis externas como a pobreza. A escravidão, assim como a liberdade, não é fundamentada somente socialmente, para Sêneca. Existiam escravos por nascimentos e escravos por escolha, por não se autodominar.

Isso posto, a escravidão é o oposto direto da liberdade, mas ambas possuem significações as quais ultrapassam a ordem política. O par *libertas-servitus* opera como medidor tanto das relações político-sociais como da postura individual do homem consigo e com o mundo. Sêneca afirma, então, que “não pode haver bem moral onde não há liberdade; medo é sinónimo de escravatura!”⁸⁷. A escravidão é um mal, enquanto a liberdade é um bem, nesse sentido. Aquela não é um bem moral porque “o bem moral nunca obedece a ordens e coações, é um estado puro, não contaminado por qualquer mal”⁸⁸. Sêneca está destacando, assim, um fundamento da escravidão, a coerção.

À vista disso, a liberdade concerne ao estado de não estar submetido a outra força maior que não seja a sua própria. Em primeiro lugar, tal liberdade era sustentada pelo desprezo com o corpo e a vida, para Sêneca. “Ninguém pode simultaneamente ser livre e escravo do corpo; para já não falar de outras tiranias que o excessivo cuidado com ele nos impõe, a soberania do corpo tem exigências que são autênticos caprichos”⁸⁹. Por tal razão, muitos nobres podem sofrer da escravidão moral: para o filósofo estoico, o corpo seria apenas uma prisão da alma, sua obrigação, e deveria ser desprezado.

Se considerarmos as críticas mordazes feitas aos costumes dos aristocratas encontradas nas obras senequianas, podemos concluir que, a partir de tal parâmetro, não existiriam homens livres no Império Romano. O desprezo com o corpo faria com que os homens pudessem abandoná-lo e adquirir uma faceta da liberdade: a morte. Sêneca diz:

Eu sou algo mais, eu nasci para algo mais do que para ser escravo do meu corpo, a quem não tenho em maior conta do que a uma cadeia em torno à minha liberdade. Este corpo, oponho-o como barreira aos golpes da fortuna, e não consinto que através dele algum golpe chegue até mim. Se algo em mim pode sofrer ataques é o corpo; mas neste desconfortável domicílio habita um espírito livre. Nunca esta carne me compelirá ao medo, ou a alguma hipocrisia indigna de um homem de bem; nunca serei levado a mentir por atenção a este frágil corpo. Quando chegar a altura romperei a minha ligação com ele. E mesmo agora, enquanto estamos colados um ao

⁸⁷ Sen. Ep. 66, 16: *Non potest honestum esse quod non est liberum; nam quod timet servit.*

⁸⁸ Sen. Ep. 66, 17: *Omne honestum iniussum incoactumque est, sincerum et nulli malo mixtum.*

⁸⁹ Sen. Ep. 92, 33: *Nemo liber est qui corpori servit; nam ut alios dominos quos nimia pro illo sollicitudo invenit transeas, ipsius morosum imperium delicatumque est.*

outro, não somos companheiros com direitos iguais: o espírito arroga para si todos os direitos. O desprezo pelo próprio corpo é a certeza da liberdade.⁹⁰

Os costumes aristocráticos maléficis elencados muitas vezes por Sêneca – excesso de vinho, de comida, de prazeres de toda natureza, corrupção e ambição por riqueza – seriam entraves para a verdadeira liberdade. Esses costumes poderiam resultar em outro tipo de escravidão, a política. Para Sêneca, quando uma sociedade é movida pela deturpação dos costumes romanos adequados para sua manutenção, tem-se não só o desregramento, mas o caos político. Joly informa:

Essa “escravização” dos indivíduos aos desejos e prazeres também implicou na escravização do homem pelo homem. Entre escravidão moral e escravidão legal há um vínculo direto, de modo que é precipitado afirmar que o estoicismo descarta a importância da segunda, enfatizando apenas a primeira. Trata-se antes de uma questão de precedência. A escravidão funda-se num ato de violência que pode se abater sobre qualquer um (JOLY, 2010, p. 155).

Diante de atos deliberados de violência, a ordem política seria ameaçada. Tal asserção é de tal modo importante que Sêneca concentra-se veementemente na figura do governante e seu comportamento ético. Sua defesa seria que o bom governante inibiria o comportamento vicioso da aristocracia. Continuando nas acepções de liberdade, Sêneca explica-nos uma já citada: como sinônimo de morte.

“*Medita na morte!*”: com estas palavras Epicuro manda-nos meditar na liberdade. Um homem que aprendeu a morrer esquece o que seja a servidão: está acima, melhor dizendo, está fora do alcance de todo e qualquer poder! Que lhe importam o cárcere, os guardas, as cadeias, se tem diante de si uma porta sempre aberta? Uma única cadeia nos tem manietados: o amor pela vida.⁹¹

A liberdade com o significado citado é uma saída para a submissão ao poder. Os poderes – do pai, do mestre, do pedagogo, do senhor, do *princeps* – são invariáveis no sentido

⁹⁰ Sen. Ep. 65, 21-22: *Maior sum et ad maiora genitus quam ut mancipium sim mei corporis, quod equidem non aliter aspicio quam vinclum aliquod libertati meae circumdatum; hoc itaque oppono fortunae, in quo resistat, nec per illud ad me ullum transire vulnus sino. Quidquid in me potest iniuriam pati hoc est in hoc obnoxio domicilio animus liber habitat. Numquam me caro ista compellet ad metum, numquam ad indignam bono simulationem; numquam in honorem huius corpusculi mentiar. Cum visum erit, distraham cum illo societatem; et nunc tamen, dum haeremus, non erimus aequis partibus socii: animus ad se omne ius ducet. Contemptus corporis sui certa libertas est.*

⁹¹ Sen. Ep. 26, 10: *Meditare mortem! qui hoc dicit meditari libertatem iubet. Qui mori didicit servire dedidicit; supra omnem potentiam est, certe extra omnem. Quid ad illum carcer et custodia et claustra? liberum ostium habet. Una est catena quae nos alligatos tenet, amor vitae*

de sempre operarem ativamente. Desse modo, quem sofre com um poder mal exercido sobre si, pode ausentar-se da situação de submissão por meio da morte.

A liberdade pode significar ainda o desprezo pela submissão. Não dar importância para a perda de liberdade e manter-se indiferente diante do controle das paixões e dos prazeres seriam um mal, conforme Sêneca. “Eu digo-te o que é o mal: é ceder àquilo que vulgarmente se chama ‘males’, é entregar-lhes uma coisa pela qual tudo deveremos suportar: a nossa liberdade. E a liberdade desaparece quando não desprezamos tudo quanto pretende subjugar-nos”⁹². Além do detentor do poder, existiriam outros “senhores” subordinando o homem. As paixões também seriam exemplos disso. “Destes insuportáveis tiranos que são as paixões – e que ora nos governam alternadamente, ora em conjunto – te libertará a sabedoria, a única liberdade autêntica”⁹³.

A sabedoria aparece, assim como a morte, como um meio de libertar-se do poder. Tratava-se, no entanto, da sabedoria de controlar-se perante situações e vícios, ou seja, não era a sabedoria do acúmulo de conhecimento, mas a sabedoria do discernimento, de saber comportar-se e administrar-se. A liberdade como sabedoria pertence aos filósofos e sábios. Conforme Sêneca, seria necessário ter contato com os estudos filosóficos “a fim de assimilarmos os princípios já estabelecidos e investigar o que ainda está por descobrir. Só assim a alma se pode arrancar à mais dura servidão e alcançar a verdadeira liberdade”⁹⁴.

Outra forma de liberdade presente nas cartas a Lucílio diz respeito ao consumo de alimentos e bebidas. Para o autor, não é livre quem é dominado por tais prazeres. “Uma grande parte da nossa liberdade está num estômago bem educado e habituado a sofrer contrariedades!”⁹⁵. Uma vez mais ser livre é não se deixar afetar por elementos externos. Tudo aquilo que não está no controle do homem não pode ser um instrumento da liberdade.

Na carta 83, Sêneca compara dois tipos de escravidão: a escravidão legal, na qual submete-se a um senhor; a escravidão moral, na qual se submete a algum tipo de prazer. Dissertando sobre o comportamento imoderado de Címbro, ele explica:

A tarefa de assassinar Gaio César (refiro-me ao César que, após a vitória sobre Pompeio, se tornou senhor do Estado romano) tanto foi confiada a Túlio Címbro como a Gaio Cássio. Ora, enquanto Cássio em toda a sua vida nunca bebeu senão água, Túlio Címbro era imoderado na bebida, o que o

⁹² Sen. Ep. 84, 28: *cedere iis quae mala vocantur et illis libertatem suam dedere, pro qua cuncta patienda sunt: perit libertas nisi illa contemnimus quae nobis iugum inponunt.*

⁹³ Sen. Ep. 37, 4: *Hos tam graves dominos, interdum alternis imperantes, interdum pariter, dimittit a te sapientia, quae sola libertas est.*

⁹⁴ Sen. Ep. 104, 16: *ut quaesita discamus, nondum inventa quaeramus; sic eximendus animus ex miserrima servitute in libertatem adseritur.*

⁹⁵ Sen. Ep. 123, 3: *Magna pars libertatis est bene moratus uenter et contumeliae patiens.*

tornava um indivíduo irascível. Ele próprio, aliás, admitia com ironia o seu vício, dizendo: “*Como hei-de eu aguentar um chefe supremo se nem consigo aguentar o vinho?*”⁹⁶.

O que Sêneca critica, no trecho, sobretudo, é o comportamento de alguns componentes da aristocracia romana. A tentativa de livrar a República de um governo tirânico – segundo a defesa dos partícipes da insurreição contra César – não parecia partir de homens de boa índole e que soubessem se controlar. *Fera* e *uinus* caracterizam, semanticamente, a ideia de que existiriam diversos senhores que teriam poder sobre os homens, sendo esses senhores humanos ou em forma de vícios. Túlio Címbro seria um escravo dependente do vinho e não poderia aguentar outro senhor, César. Assim, Címbro não seria um homem livre segundo o padrão senequiano, e tampouco haveria liberdade sob um governo de *fera*.

A liberdade ética, diferente daquela referente aos meios de atuação política, independe de ações coletivas, mas pode ainda beneficiar o ambiente político. Sêneca não crê, de fato, que o homem poderia ser completamente livre em todos os aspectos. Esta possibilidade de liberdade não é viável tanto por causa da natureza humana, quanto por sua organização como sociedade política. Ele defende que, no ambiente político desfavorável à completa liberdade, a liberdade ética torna-se uma possibilidade. Sêneca retira, sobretudo nas Cartas a Lucílio, o substrato legal da liberdade e a afirma como independente de status social. Na Carta 44, temos uma ilustração disso:

Qual é o homem de natureza nobre? Aquele que pela natureza foi dotado para a virtude. Apenas este ponto importa ter em consideração. Quanto ao resto, se fores invocar a antiguidade, não há família que não tenha antes de si o vazio. Desde a primeira origem do mundo até aos nossos dias a humanidade percorreu uma série alternada de grandeza e decadência. Um átrio cheio de bustos enegrecidos pelo fumo não faz de ninguém um nobre. Nenhum homem viveu para nos dar glória, nada do que nos procedeu no tempo nos pertence. A alma é que nos dá a nobreza, uma nobreza a que qualquer um pode aceder, independentemente da sua condição social. Imagina que não és um cavaleiro romano, mas sim um liberto: está na tua mão conseguir que entre gente de origem livre o único homem livre sejas tu.⁹⁷

⁹⁶ Sen. Ep. 83, 12: *De illa C. Caesaris caede, illius dico qui superato Pompeio rem publicam tenuit, tam creditum est Tillio Cimbri quam C. Cassio. Cassius tota vita aquam bibit, Tillius Cimber et nimius erat in vino et scordalus. In hanc rem iocatus est ipse: 'ego' inquit 'quemquam feram, qui vinum ferre non possum?'*

⁹⁷ Sen. Ep. 44 5-6: *Quis est generosus? ad virtutem bene a natura compositus. Hoc unum intuendum est: alioquin si ad vetera revocas, nemo non inde est ante quod nihil est. A primo mundi ortu usque in hoc tempus perduxit nos ex splendidis sordidisque alternata series. Non facit nobilem atrium plenum fumosis imaginibus; nemo in nostram gloriam vixit nec quod ante nos fuit nostrum est: animus facit nobilem, cui ex quacumque condicione supra fortunam licet surgere. Puta itaque te non equitem Romanum esse sed libertinum: potes hoc consequi, ut solus sis liber inter ingenuos.*

Diante da alegação de que ninguém provém absolutamente de uma família nobre, em Roma, as classes sociais tornam-se insuficientes como parâmetros de avaliação do caráter e da liberdade. Nobreza não significaria boa conduta e menos ainda era sinônimo de liberdade, para Sêneca. E, ainda mais, a imprevisibilidade do destino faria refém o homem. Sêneca assume que as riquezas não são meios de segurança. A liberdade, sobre a qual Sêneca disserta, não é um privilégio da nobreza. Nobres, pobres ou escravos são, desse modo, passíveis do destino, da decadência e da grandeza, também do não domínio de si.

Na carta 113, Sêneca demonstra sua ideia com o exemplo de Alexandre, o Grande. Alexandre não era um exemplo de bom governante na visão de Sêneca. Não somente nas Cartas a Lucílio, como também em *De Beneficiis* e *De ira*, ele aparece como um exemplo a não ser seguido. Descontrole, raiva, intemperança e vícios são características do Alexandre de Sêneca. O rei da Macedônia não conseguia, nas palavras de Sêneca, controlar-se.

Alexandre derrotou e pôs em fuga Persas, Hircanos, Indianos e todos os demais povos que desde o oriente se espalham até ao mar oceano; quando, porém, de uma vez ordenou a morte de um amigo, de outra perdeu um segundo amigo, Alexandre deitava-se às escuras, lamentando-se num caso do seu crime, no outro roendo-se de saudades. O vencedor de tantos reis e tantas nações deixava-se vencer pela ira ou pela amargura! E como não seria assim, se ele próprio julgava preferível conquistar o universo a dominar as suas paixões? Em que enorme teia de enganos se deixam enredar os homens que põem a sua ambição no desejo de estender a conquista para lá dos mares, que se julgam no cúmulo da felicidade quando ocupam militarmente imensas províncias, juntando novas terras às que já possuíam – e se não dão conta da forma de poder mais alta e divina que existe: o poder de nos dominarmos a nós mesmos!⁹⁸

No trecho, Sêneca comparou o poder que Alexandre obteve sob diferentes povos com aquele que, aos olhos do filósofo, era o mais importante de todos: o de si mesmo. Se administrar as paixões, não se deixar reger pela ira e domar o ímpeto são atividades do espírito livre, então Alexandre, o grande conquistador, não gozava de liberdade. Ele teria sido escravo do que lhe era exterior. Aqui temos a mesma máxima senequiana encontrada no *De Clementia*: um bom governante é aquele que, além de governar com e para o povo, tem discernimento diante das desavenças sociais. Não sendo seu poder absoluto, saber agir, controlar-se e até mesmo saber o momento certo de matar seriam meios de conservar o poder.

⁹⁸ Sen. Ep. 113, 29-30: *Alexander Persas quidem et Hyrcanos et Indos et quidquid gentium usque in oceanum extendit oriens vastabat fugabatque, sed ipse modo occiso amico, modo amisso, iacebat in tenebris, alias scelus, alias desiderium suum maerens, victor tot regum atque populorum irae tristitiaequae succumbens; id enim egerat ut omnia potius haberet in potestate quam adfectus. O quam magnis homines tenentur erroribus qui ius dominandi trans maria cupiunt permittere felicissimosque se iudicant si multas pro milite provincias obtinent et novas veteribus adiungunt, ignari quod sit illud ingens parque dis regnum: imperare sibi maximum imperium est.*

Outra crítica importante tecida no trecho é sobre a expansão territorial. Sêneca afirmava que a conquista de terras estrangeiras proporcionou o aumento das riquezas romanas, o que resultou, por seu turno, na ambição descontrolada e desordem social devido ao péssimo comportamento daqueles que eram beneficiados pela riqueza. Isso também, para ele, ocasionaria na escravidão do homem pelo homem. Assim, o crescimento do Império Romano agiria diretamente no comportamento dos homens – que já eram, para ele, afeitos a condutas moralmente inadequadas.

Na carta 86, Sêneca demonstra a ideia de que a possibilidade de um poder ilimitado, no caso de Cipião, poderia limitar a liberdade. Essa era a fórmula aplicada para inibir a ascensão de figuras indesejadas ao *summum imperium*: acusá-las de tirania e de aniquilação da liberdade do povo romano. Ao usar o exemplo de um general romano já morto em sua época, ele tece uma crítica à ascensão ao poder absoluto.

Ou Cipião continuava em Roma, ou Roma preservava a liberdade. “Não pretendo introduzir qualquer alteração nas nossas leis, nas nossas instituições” – afirmou ele – “que entre todos os cidadãos prevaleça a força do direito. Goza, ó pátria, dos benefícios que eu te fiz, mas sem a minha presença. Garanti a tua liberdade, e disso serei eu próprio a prova: parto, já que o meu poder aumentou para além das tuas necessidades”. Como não hei-de admirar uma grandeza de alma tal que levou Cipião ao exílio voluntário para aliviar a cidade da sua influência? A situação chegara a um ponto em que a liberdade pública seria nociva a Cipião ou Cipião seria nocivo à liberdade. Qualquer das hipóteses seria indesejável e assim Cipião cedeu lugar às leis, e retirou-se para Literno, beneficiando a República com o seu exílio, tal como a beneficiaria com o exílio de Aníbal.⁹⁹

Cipião é declarado, assim, como uma boa figura da época da República romana. O bom general, que se abstém da possibilidade de tornar-se o maior líder romano, deu a liberdade a Roma abdicando a uma espécie de “direito” de dominá-la, visto que domínio por Cipião poderia ser prejudicial a essa mesma liberdade conquistada por ele.

A liberdade poderá ser, uma vez mais, um recurso para uma crítica aos governos tiranos e uma tentativa de mostrar inadequação do poder absoluto à República. A República correria o risco de ter um “dono”, se Cipião não tivesse abdicado da possibilidade de sê-lo.

Talvez a dificuldade de entendermos a *libertas* romana está em nosso olhar daquela realidade: não havia uma aceção de liberdade política como hoje. Roller corrobora:

⁹⁹ Sen. Ep. 86, 1-3: *Aut Scipio Romae esse debebat aut Roma in libertate. 'Nihil' inquit 'volo derogare legibus, nihil institutis; aequum inter omnes cives ius sit. Utere sine me beneficio meo, patria. Causa tibi libertatis fui, ero et argumentum: exeo, si plus quam tibi expedit crevi.' Quidni ego admirer hanc magnitudinem animi, qua in exilium voluntarium secessit et civitatem exoneravit? Eo perducta res erat ut aut libertas Scipioni aut Scipio libertati faceret iniuriam. Neutrum fas erat; itaque locum dedit legibus et se Liternum recepit tam suum exilium rei publicae inputaturus quam Hannibal.*

É incorreto falar de *libertas* como sendo uma “ideia política” ou tendo um “significado político” na cultura romana. Tais formulações sugerem que esse termo designa uma categoria coerente do pensamento político romano, independente de sua função enquanto categoria de status social e sua integração à instituição da escravidão (ROLLER, 2001, p. 233).

Portanto, segundo Roller, a liberdade não existia em Roma como um conceito político. Ademais, ela não seria pensada fora do eixo da escravidão, ou seja, quando alguma fonte aponta para a perda da liberdade, ela seria pensada em comparação à escravidão. Não como uma realidade, pois os inferiores não eram, segundo o status jurídico, escravos do imperador, mas como uma metáfora daquela relação para denunciar uma face da tirania.

A liberdade seria, também, um tipo de linguagem fundada na instituição da escravidão e elevada à relação de príncipes e seus inferiores – muito diferente da representação de liberdade política moderna. Para Roller, os historiadores “estão erroneamente projetando conceitos e categorias modernas em fontes antigas” (ROLLER, 2001, p. 233).

Roller chama-nos a atenção para a ideia de que pensar a liberdade política em sociedades não predominantemente escravistas é completamente diferente. Roma, tendo a instituição da escravidão tão fortemente alimentada e necessária, via com outros olhos a liberdade. O autor afirma:

Nós vimos que quando a relação entre o detentor do poder com outros aristocratas é representada como a de um senhor com seus escravos, é comumente dito ou subentendido que ele está impondo punições físicas de vários tipos (estereotipicamente de escravos) sobre eles. Isto é, a característica evidente da “escravidão” nessa relação é a vulnerabilidade à espancamentos, tortura e execução de maneiras peculiares (*crematio*, *crux* etc.) Se a frequência com a qual um tema aparece nos documentos de uma sociedade é indicador das preocupações e ansiedades dos membros dessa sociedade, então a ansiedade de sofrer desses tipos de punições físicas, e nisso possivelmente experimentando não apenas dor e morte mas também degradação ao status de escravo, assombrou bastante os aristocratas júlio-claudianos. O temor e/ou a realidade de tais punições frequentemente se colocou como uma barreira ao “fazer como bem entender”. Em muitos casos, então, o que se atocia por trás dos usos do termo *libertas* na literatura e no discurso político é um simples e aterrorizante medo de sofrer punições físicas – um indicador poderoso da condição escrava, pois era intimamente associada à experiência dos escravos – não uma coleção de “direitos” legais abstratos, como Wirszubski e outros tem argumentado (ROLLER, 2001, p. 263).

Em última instância, a liberdade, em Roma, não diria respeito à possibilidade de desafiar um imperador. Ser livre nesse sentido era tão-somente não ser um escravo, não ter seu corpo punido, poupar-se da condição servil.

Ao pensarmos as diferentes acepções e usos da palavra *libertas*, no texto de Sêneca, tentamos percebê-la em diferentes níveis: do estatuto jurídico ao significado ético. A liberdade foi consideravelmente matizada por Sêneca. De fato, percebemos que as formas de ser livre, em Roma, segundo o filósofo estoico, não são determinadas pelos sistemas políticos, pois elas não atuam somente no campo político. A liberdade foi, conforme Sêneca, uma linguagem complexa por vezes ligadas às ordens políticas romanas e à instituição da escravidão, mas, por vezes, limitada, inalcançável e impossível de ser gozada plenamente em todos seus significados.

Nos termos da fronteira República-Império, notamos um amplo campo em que a liberdade desempenha papel importante. A liberdade excessiva significa perturbação da ordem pública, especialmente quando conduz à guerra civil. Essa incapacidade do uso da liberdade pelos aristocratas, que se escravizam aos vícios da desmedida, produzia desde a escravidão muito concreta e juridicamente regulada de milhares até a escravidão abstrata e de caráter ético deles próprios a seus próprios vícios.

A república, como sistema fundado no uso comedido da liberdade, foi inviabilizada à medida que essa liberdade paradoxalmente conduzia à servidão. O principado é apresentado, assim, como uma nova forma de liberdade. Uma liberdade limitada e que pode transformar-se tanto em mecanismo de servidão sob um mau governante quanto em verdadeira liberdade porque protegida dos vícios sob um bom governante.

A liberdade, nesse sentido sistêmico e político, contraria frontalmente a noção de liberdade isolada e filosófica que, por um lado, independe do sistema político e é atemporal e, por outro, não é inteiramente possível nos termos do Principado na medida em que, como vimos, a virtude só pode ser reconhecida se não for coagida. Nesses termos, liberdade concedida, liberdade tutelada seria sempre servidão.

Portanto, a república teria conduzido a uma liberdade excessiva e, esta, a uma servidão de todos. A superação dessa servidão seria possível a partir de uma nova forma de liberdade – e também de servidão. A liberdade e a servidão correspondem a múltiplos sentidos conforme o contexto histórico, conforme se refira à coletividade ou a um indivíduo, conforme se refira aos estatutos jurídicos ou morais etc. Há muitas liberdades e muitas servidões. A única liberdade verdadeira e absoluta na visão de Sêneca é aquela individual e atemporal do sábio.

Uma vez que o sábio é um indivíduo extraordinário que equivale aos deuses, surgindo apenas um de tempos em tempos, não corresponde a um modelo de sociedade, mas a um modelo para as pessoas individualmente saberem moderar o uso da liberdade que porventura tenham e saber suportar a servidão à qual inevitavelmente todos estão submetidos.

CONCLUSÃO

República e Império são modelos de análise do passado e formas de representação de sua dinâmica política. *Res Publica* e *Imperium* são conceitos consideravelmente complexos. República e Império, hoje, como regimes políticos opostos e completamente distintos, não compreendem a realidade romana. Ou seja, um modelo republicano e um modelo imperial como entendimentos estanques e opostos dificilmente caberiam no passado romano. Se somos herdeiros das formas políticas romanas, há que se considerar que modificamos intensamente as formas República e Império em nossos dias.

Entendemos, com este estudo, que nossas tentativas de compreender o passado talvez poderão ser sempre limitadas, pois, como **um passado-mosaico**, sempre nos faltarão muitas peças. Esta pesquisa buscou questionar o que entendemos como uma ruptura entre a República e o Império. Para isso, elegemos o político estoico romano Sêneca como fonte principal de nossa investigação, destacando que o pensamento do filósofo é sobremaneira interessante e desafiador.

Sêneca não viveu na época da morte de César e da ascensão de Augusto, mas esteve presente, principalmente, no Principado do último imperador da mesma dinastia, Nero. Um Império forte, enorme e heterogêneo foi o espaço onde a *Res Publica* foi sustentada por meio de um poder central. Profundas mudanças e consideráveis permanências mostraram-nos que a República romana não teve fim com a ascensão de Augusto, mas sobreviveu reorganizada e administrada por um poder centralizado.

Em Sêneca, encontramos um anúncio de uma das formas da *Res Publica* no Principado de Nero: ela sobreviveria na vigência de um governo clemente com um governante que soubesse governar em função do povo, limitando seu poder e moderando aos demais aristocratas.

Em muitos excertos senequianos, encontramos a severidade do autor diante da natureza humana corrupta: a Coisa Pública não estaria em sua melhor forma porque os homens eram sua principal ameaça. A *Res Publica Romana* foi ameaçada, nesse sentido, muito antes do aparecimento de Augusto. Mais do que a realização de um projeto de governo centralizado empreendido por diversos outros líderes políticos antes de Augusto, a época dos imperadores deu-se também como resultado de um tipo de “decadência moral” – a qual, curiosamente, muitos autores romanos relatam em épocas diferentes.

Se a República foi ameaçada, assim, por causa do comportamento ético, perderíamos as contas de quantas vezes ela “começou a declinar”. Se considerarmos, por outro lado, a

centralização do poder como um condutor do Império e legitimador de um rompimento com o regime anterior, poderíamos ter também possíveis outros Principados, como o de Pompeu ou de César. O poder centralizado, aparentemente, não é uma categoria que legitima uma ruptura. Ele é, antes, um meio pelo qual a *Res Publica* reorganiza-se e mantém-se.

Tentamos entender, em nosso estudo, como duas noções políticas associadas aos dois regimes políticos foram apresentadas na obra de Sêneca. O poder centralizado era necessário, para o filósofo estoico – apesar de poder representar e desenvolver-se em tirania –, mas não proporcionaria ao príncipe a liberdade de tudo fazer. Todas as funções, cargos e títulos políticos e religiosos entregues aos príncipes não os fariam totalmente seguros.

Portanto, o que é uma representação de profunda mudança – da estrutura de distribuição de poder mais horizontalizada para a mais verticalizada – traduz a readaptação de uma estrutura republicana política e social que sustenta e é sustentada por um poder centralizado. Um *princeps* era um cônsul, um militar. Era também o aristocrata mais visto porque estava no centro da *Res Publica*.

O poder centralizado, dessa forma, não determina a implementação de um regime político monárquico por completo porque é abarcado por uma estrutura republicana que não se modifica. Enumeramos, no trabalho, algumas variáveis limitadoras do exercício do poder, como a opinião pública, ou o fato de o governo ocorrer por meio de uma coalizão de aristocratas; o principado nunca foi, na prática, o governo de um só.

A liberdade, por sua vez, como noção ligada à República, é encontrada em outras formas na obra senequiana. A visão ética da liberdade, como um instrumento de aprimoramento do espírito humano, de controle de si, seria a única genuína e completa. Com exceção dessa liberdade, aos olhos de Sêneca, nenhuma outra seria completamente possível.

A liberdade, assim, independia de regimes políticos porque não se determinaria pela distribuição de poder nem pela dinâmica estabelecida pela ordem política e social, e, sim, pelo comportamento ético. A República não seria o único tipo de organização política na qual a liberdade sobreviveria porque essa sobrevivência dependeria dos homens e estaria para além da localização do poder.

Desse modo, a mudança da localização do poder para o centro levada a cabo por Augusto não seria suficiente para realizar uma completa mudança em todos os aspectos da vida social e política romana. O poder centralizado e a liberdade não nos pareceram elementos únicos de cada momento histórico, nos textos de Sêneca. Entendemos, com este trabalho, que a “substituição” de um regime por outro – e, novamente, admitimos ser um recurso didático prático e necessário – desconsidera a complexidade não somente do pensamento político

romano, mas também da atuação dos grupos aristocráticos dos quais Sêneca e também Tácito, por exemplo, participaram.

Ao termos contato com afirmações da sobrevivência da liberdade ou da República ou o seu desaparecimento, é preciso levar em consideração que as concepções políticas foram, indubitavelmente, influenciadas por membros da aristocracia e por seus interesses. A liberdade localizou-se, nesses contextos, como um instrumento de avaliação da sobrevivência da República, ou seja, ao acusar um imperador ou qualquer outro líder indesejado, como César, acusava-se por causa da “perda de liberdade”, logo, da morte da *Res Publica*. Mais do que um elemento deslegitimador de um governo monárquico ou da ruptura entre República e Império, a liberdade era um componente das disputas de poder.

Percebendo as diversas possibilidades de dissipação da República – seja no governo de Mário, César, Pompeu ou Augusto –, adotamos a ideia dessa fronteira como uma construção política realizada por membros da aristocracia letrada. Os “fins possíveis” ou “os momentos de sobrevivência” da República Romana obedecem a interesses que, algumas vezes, trabalham na construção de algumas imagens ou na destruição de outras.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Jean Marie. La conception de l'État et de l'Empire dans la pensée gréco-romaine des deux premiers siècles de notre ère. *ANRW*, II, 30. 1, 1982. p. 3-73.

AGNOLON, Alexandre. *A festa de Saturno. O Xênia e o Apoforeta de Marcial*. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2013.

AUGUSTINE. *The city of God against the pagans*. T. II. Translated by William M. Green. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1995.

AULU-GELLE. *Les Nuits Attiques*. Tome III. Texte établi et traduit par René Marache. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

BARTSCH, Shadi. Senecan Selves. In: BARTSCH, Shadi; SCHIESARO, Alessandro. (ed.) *The Cambridge Companion to Seneca*. New York: Cambridge University Press, 2015.

BASTOS, Juliana. Comentário crítico sobre o texto Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira, de Fábio Faversoni. *Mare Nostrum*, 2013, n. 4. p. 132-139.

BÉRANGER, Jean. Le refus du pouvoir: recherches sur l'aspect idéologique du principat. *Schweizerische Beiträge zur Altertumswissenschaft*. Bâle, 1953, p. 178-196.

BERNO, Francesca Romana. Exploring Appearances: Seneca's Scientific Works. *The Cambridge Companion to Seneca*. New York: Cambridge University Press, 2015.

BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn. *The Oxford History of the Classical World*. New York: Oxford University Press, 1986.

BRAREN, Ingeborg. Por que Sêneca escreveu epístolas? *Letras Clássicas*, n. 3, 1999. p. 39-44.

BRAUND, Susanna. *Seneca, De Clementia*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Cidade-Estado Antiga*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

CHAMPLIN, Edward. *Nero*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2003.

CHAUMARTIN, François-Regis. *Le De Beneficiis de Sénèque, sa signification philosophique, politique et sociale*. Paris : Les Belles Lettres, 1985.

CÍCERO. *De República*. (Tradução e introdução de Francisco de Oliveira) Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

_____. *Sobre os deveres*. (Tradução de Angélica Chiapetta). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CICÉRON. *La République*. Tome I. Texte établi et traduit par Esther Bréguet. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. *La République*. Tome II. Texte établi et traduit par Esther Bréguet. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. *Les Devoirs*. Tome I. Texte établi et traduit par Maurice Testard. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. *Les Devoirs*. Tome II. Texte établi et traduit par Maurice Testard. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. *Sur les pouvoirs de Pompée*. Texte établi et traduit par André Boulanger. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

CIZEK, Eugen. *L'époque de Néron et ses controverses idéologiques*. Leiden: E. J Brill, 1972.

DIO CASSIO. *Roman History*. (Vol.VII e VIII). Translated by Earnest Cary. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1955.

DUVERGER, Maurice. O conceito de império. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério (orgs.). *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

EDER, W. Augustus and the Power of Tradition: The Augustan Principate as Binding link between Republic and Empire. In: RAAFLAUB, Kurt A; TOHER, Mark (org.) *Between republic and empire: interpretations of Augustus and his principate*. University of California Press: London, 1990.

ERNOUT, A.; MEILLET. A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*. Rio de Janeiro: Mec: 1967.

FAVERSANI, Fábio. *Estado e Sociedade no Alto Império Romano*. Um estudo das obras de Sêneca. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

FAVERSANI, Fábio. Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. *Mare Nostrum*, 2013. n. 4., p. 100-111.

FAVERSANI, Fábio. O Estado Imperial e os Pequenos Impérios. *História*, 2007. v. 26, n. 1, p. 53-62.

FAVERSANI, Fábio. Qual é o Império de Sêneca? In: FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte (orgs.). *As formas do Império Romano*. Mariana: UFOP, 2014.

FAVERSANI, Fábio. Tácito, Sêneca e a historiografia. In: JOLY, Fábio Duarte. *História e Retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

_____. Quinquenium Neronis e a ideia de um bom governo. *Phoênix*, v. 20, 2015, p. 158-177.

FRIGHETTO, Renan. Do *imperium* ao *regnum* na Antiguidade Tardia: o exemplo do reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). *História*, 2016, vol. 35. p. 1-22.

FRIGHETTO, Renan. Imperium et orbis. Conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério. (orgs.). *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

GAZOLLA, Rachel. *O ofício do filósofo estoico: o duplo registro da Stoa*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GILL, Christopher. A Escola no período imperial romano. In: INWOOD, Brad. (org.) *Os Estoicos*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

GIOVANNINI, Alberto. *Les institutions politiques de la République romaine des origines à la mort d'Auguste*. Basel: Schwabe, 2015.

GLARE, P. G. W (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

GOWING, Alain. *Empire and memory: the representations of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRIFFIN, Miriam. *Seneca: a philosopher in politics*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GRIFFIN, Miriam. *Seneca on Society. A guide to De Beneficiis*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GRIFFIN, Miriam. *Nero, the end of a dynasty*. London: Bastford, 1984.

GRIMAL, Pierre. Le De Clementia et la royauté solaire de Néron. *Revue de Études Latines*. II, 1972, p. 205-217.

_____. Du De republica au De Clementia (réflexions sur l'évolution de l'idée monarchique à Rome). *Mélanges de l'Ecole française de Rome*. Antiquité, tome 91, n° 2. 1979. p. 671-691.

_____. *L'empire romain*. Paris: Éditions de Fallois, 1993.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

GRIMAL. *Sénèque: sa vie, son oeuvre*. Paris: Presses Universitaires, 1966.

GRIMAL. *Sénèque ou la conscience de l'Empire*. Paris: Fayard, 1991.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2016.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Nero, o estoicismo e a historiografia romana. *Boletim do CPA*, Campinas, n. ja/ju 1996, p. 53-61, 1996.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Prefácio. In: VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. p. 27-33.

HAMMER, Dean. What is politics in the Ancient World? In: BALOT, Ryan K. *A Companion to Greek and Roman political thought*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HARVEY, Paul. *The Oxford Companion to Classical Literature*. London: Oxford University Press, 1937.

HERMON, Ethella. L'Empire romain: concept et approche d'analyse. *Historical Reflections/ Réflexions Historiques*. Vol. 9, n. 3, p. 437-448.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORT, Antony (eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

HURLET, Frédéric. Le consensus impérial à l'épreuve. La conspiration et ses enjeux sous les julio-claudiens. *Ordine et sovversione nel mondo greco e romano*. Actes du Colloque, 2009, p. 125-143.

HURLET, Frédéric. Les metamorphoses de l'*imperium* de la République au Principat. Le monde romain de 70 av. J.-C. 73 apr. J.-C. V 96. 2014. *Pallas*. v. 96, 2014. p. 13-33.

HURLET, Frédéric. Le passage de la République à l'Empire: questions anciennes, nouvelles réponses. *REA*, t. 110, 2008, n° 1, p. 215 - 236.

JOLY, Fabio. *Libertate opus est: escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d.C.)*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004.

JOLY, Fábio; GUARINELLO, Norberto Luiz. Ética e ambiguidade no Principado de Nero. In: BENOIT, Hector; FUNARI, Pedro Paulo.(orgs.). *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: Unicamp, 2001.

JOLY, Fábio Duarte. Comentário a “Entre a República e o Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira”, de Fábio Faversoni. *Mare Nostrum*, 2013. n. 4. p. 115-118.

LINTOTT, Andrew. *The Constitution of the Roman Republic*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LINTOTT, Andrew. The crisis of the Republic: sources and source-problems. In: CROOK, J. A.; LINTOTT, Andrew; RAWSON, Elizabeth. *The last age of the Roman Republic 146-43*. Cambridge Ancient History. Vol. IX. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MALASPINA, Emmano. De la royauté chez Sénèque le philosophe et le tragédien. *Actes des communications du Collegium Politicum*. 2004, p.71-85.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (orgs.). *Repensando o Império Romano*. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

MEIER, C. C. Caesar *Divi filius* and the Formation of the Alternative in Rome. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark. (orgs.) *Between republic and empire: interpretations of Augustus and his principate*. University of California Press: London, 1990. (p. 54-71).

MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World (31 BC-AD 337)*. London: Duckworth, 1977.

MILLAR, Fergus. *Rome, the Greek World and the East. The Roman Republic and the Augustan Revolution*. The University of North Carolina Press, 2002.

MORTUREUX, Bernard. *Recherches sur le "De Clementia" de Sénèque*. Bruxelles: Latomus, 1973.

OMENA, Luciane Munhoz de. *A centralização do poder nas obras De Clementia e Diui Claudii Apocolocynthisis, de Séneca*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: 2002.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

QUINTILIANO. *The Institutio Oratoria of Quintilian*. T.4. Translated by H. E. Butler. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1998.

RICHARDSON, John. *The Language of the Empire. Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008

RIMELL, Seneca and Neronian Rome: In the Mirror of Time. In: BARTSCH, Shadi; SCHIESARO, Alessandro (eds.). *The Cambridge Companion to Seneca*. New York: Cambridge University Press, 2015.

ROLLER, Matthew B. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in julio-claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovitch. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SALLUST. *The War with Catiline*. Translated by J. C. Rolfe. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1995.

SALUSTIO. *A conjuração de Catilina. A guerra de jugurta.* (Tradução e introdução de Antonio Mendonça). Petrópolis: Vozes, 1990.

SANT'ANNA, Henrique Modanez. *História da República Romana.* Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus.* V.II. Tradução de J. Dias Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

SARAIVA. *Novíssimo dicionário latino-português.* Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2000.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio.* Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

SÊNECA. *De Clementia.* Tradução e introdução: Ingenborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990, 2013.

SÊNECA. *Sobre a tranqüilidade da alma. Sobre o ócio.* São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

SÊNECA. *Sobre a vida feliz.* São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

SÊNÈQUE. *De la clémence* (texte établi par François Préchac). Paris: Les Belles Lettres, 1921.

_____. *De la clémence* (texte établi et traduit par François-Régi Chaumartin). Paris: Les Belles Lettres, 2005.

_____. *Des bienfaits.* 2 v. Texte établi et traduit par François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1926-1927.

_____. *Dialogues.* De la providence. De la constance du sage. De la tranquillité de l'âme. De l'oisiveté. Tome IV (texte établi et traduit pas René Waltz) Paris: Les Belles Lettres, 1950.

_____. *Lettres à Lucilius.* Paris: Robert Laffont, 1993.

_____. *Lettres a Lucilius*. t. I. Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Huitième tirage revu et corrigé par Antoinette Novara. Paris: Les Belles Letres, 1995.

_____. *Lettres a Lucilius*. t. II. Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Sixième tirage revu et corrigé avec index par Claude Rambaux. Paris: Les Belles Letres, 1993.

_____. *Lettres a Lucilius*. t. III. 4ème tir. Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Paris: Les Belles Letres, 1989.

_____. *Lettres a Lucilius*. t. IV. 3ème tir. Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Paris: Les Belles Letres, 1987.

_____. *Lettres a Lucilius*. t. V. 3ème tir. Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Paris: Les Belles Letres, 1979.

SCHOFIELD, Malcolm. Seneca on Monarchy and the Political Life: De Clementia, De Tranquillitate Animi, De Otio. In: SCHIESARO, Alessandro; BARTSCH, Shadi. *The Cambridge Companion to Seneca*. New York: Cambridge University Press, 2015.

SHOTTER, David. *The fall of the Roman Republic*. New York: Routledge, 1994.

SHOTTER, David. *Nero*. Lisboa: Edições 70, 2008.

SILVA, F. S. *Apocolocintose do Divino Cláudio*. Tradução, notas e comentários. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

_____. *Historiarum libri*: estudo e tradução. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH-USP, 2015.

SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1939.

STACEY, Peter. The Princely Republic. *Journal of Roman Studies*. 2014.

STACEY. The Roman theory of monarchy. In: STACEY, Peter. *Monarchy and the Renaissance Prince*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

STAR, Christopher. *The Empire of the self: self-command and political speech in Seneca and Petronius*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 2012

SUETÔNIO. *Os Dozes Césares*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Guarulhos: Editora Germape, 2003.

TÁCITO. *Anais*. Tradução de J. L. Freire de Carvalho e prefácio de Breno Silveira. São Paulo: Editora Brasileira. Coleção Clássicos Jackson, 1957.

TACITUS. *Annales ab excessu divi Augusti*. (ed. Charles Dennis Fisher). Oxford: Clarendon Press, 1906.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *Estoicismo romano: Sêneca, Epitecto, Marco Aurélio*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

VAN RAIJ, Cleonice Furtado de Mendonça. A filosofia da dor nas consolações de Sêneca. *Letras Clássicas*. n. 3, 1999, p. 11-21.

VIZENTIN, Marilena. *Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

VEYNE, Paul. *Sêneca e o estoicismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

WALLACE-HADRILL. Andrew. Civilis princeps: between citizen and king. *Journal of Roman Studie*,. 76, 1986, p. 66-87.

WALTZ, René. *Vie de Sénèque*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1909.

WINTERLING, Aloys. Loucura Imperial na Roma Antiga. *História* (São Paulo). v. 31, n. 1, p. 4-26.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

WIRSZUBSKI, Ch. *Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and early Principate*. Cambridge: University Press, 1968.